

V ENCONTRO DA INTERNACIONAL DOS FÓRUNS
ESCOLA DE PSICANÁLISE DOS FÓRUNS DO CAMPO LACANIANO

**OS TEMPOS DO SUJEITO DO INCONSCIENTE
A PSICANÁLISE NO SEU TEMPO E O TEMPO DA PSICANÁLISE**

VOLUME PREPARATÓRIO

Volume organizado pelo Colegiado Internacional da Opção Epistêmica – CIOE

Jorge A Zanghellini - ALS

Lydia Gómez - Espanha

M. Angélica Teixeira - Brasil

Marc Strauss - França

María de los Ángeles Gómez - ALN

Ramon Miralpeix - Espanha

Organizadora da publicação na Língua Portuguesa

M. Angélica Teixeira

Colaboradores

Andréa H. Fernandes, Ida Freitas, Jairo Gerbase, Sonia Magalhães

Revisão

Solange Mendes da Fonseca

Projeto gráfico/editoração

2designers

OS DIREITOS DE REPRODUÇÃO NO BRASIL SÃO DA EPFCL - BRASIL

V ENCONTRO DA INTERNACIONAL DOS FÓRUNS
ESCOLA DE PSICANÁLISE DOS FÓRUNS DO CAMPO LACANIANO
SÃO PAULO - 2008

OS TEMPOS DO SUJEITO DO INCONSCIENTE

A PSICANÁLISE NO SEU TEMPO
E O TEMPO DA PSICANÁLISE



VOLUME PREPARATÓRIO



EDITADO PELA EPFCL - BRASIL
RUA GOETHE, 66, 2º ANDAR - CEP: 22.281-020 - TEL.: 021 2527-6624
BOTAFOGO - RIO DE JANEIRO/RJ



EDITORIAL

Ramon Miralpeix, 7

O SUJEITO E O TEMPO

América latina do norte

O tempo do ato – *Juan Guillermo Uribe, 12*

Objeto Corte e tempo – *Beatriz Elena Maya Restrepo, 15*

Na hora da verdade: a – *Juan Manuel Uribe Cano, 17*

Interpretação, corte e tempo – *Ricardo Rojas Gutiérrez, 19*

Subjetivação do tempo no final – *Patricia Muñoz, 22*

América latina do sul

Os tempos do sujeito (est opus temporis)- *Jorge Zanghellini, 26*

Os tempos do sujeito no discurso – *Susana Díaz, 36*

Tempo do inconsciente e discurso da época: progressão,
regressão, destituição – *Mario Uribe Rivera, 40*

A temporalidade da transferência – *Silvia Migdalek, 44*

A PSICANÁLISE EM SEU TEMPO

Brasil

A psicanálise em seu tempo – *Jairo Gerbase, 56*

América latina do norte

150 anos do nascimento de Sigmund Freud, Há ainda tempo
para a psicanálise? – *Silvia Arosemena, Dyhalma Ávila, Rebeca*

Campo, Sarah Cervantes, Rebeca Díaz, María de los Ángeles

Gómez Escudero, Hildamar Vilá, 74

O TEMPO DA ANÁLISE

EPFL - Espanha (F5)

O tempo na cura: as sessões a-temporais – *Manuel Baldiz, 90*

FOE de Barcelona – Fórum Psicanalítico de Galícia O

acontecimento imprevisto no marco da experiência analítica –

Ana Canedo, com a participação de Mar Criado, Rosa Escapa,

Christian Prado, Teresa Trías, 100

EPCL – França

O tempo, o inconsciente e a letra – *Luís Izcovich, 120*

O tempo que falta – *Colette Soler, 136*



EDITORIAL

Ramon Miralpeix

Heteridade 3 foi o eco, em 2003, das Primeiras Jornadas Europeias da IF, que ocorreram em Madri, em outubro de 2002, com o título: *O tempo da psicanálise*. Agora sai este “volume preparatório” no qual se reúnem os textos que deverão servir para nos pôr na rota do V Encontro da Internacional dos Fóruns; trata-se de um retorno novo, nunca igual ao precedente, como em uma análise, que deveria permitir-nos discernir melhor isto que talvez exista somente para o homem, o tempo, e a dialética que se abre entre o instante e a duração, e entre a atemporalidade e o dizer tudo isto em um marco, o de uma psicanálise.

O CIOE tornou-se responsável por sua publicação e espera que sua leitura ofereça a todos a oportunidade de chegar mais preparados ao Encontro.

Já faz quase um século que Freud colocou a psicanálise na história da humanidade na série das “grandes afrontas ao seu ingênuo amor próprio” (Freud, 1917¹). Agora não ficamos intranquilos ao saber que a Terra não é o centro do universo nem que a primazia do homem sobre a Terra não provém de nenhum privilégio em relação à sua própria origem... o próprio discurso da ciência se ocupa em suturar os traumas que seu saber pôde produzir. A intranquilidade efeito de saber que o “eu” sobre o que se tinha sustentado o próprio pensamento não era mais do que um véu, uma casca que ocultava suas próprias razões, esta intranquilidade não pode ser dissolvida porque quem dá validade a este saber, a psicanálise, tem por objeto justamente o furo, pois se trata de um saber que opera sobre esta ferida, pondo-a a descoberto em vez de suturá-la. Esta falta de comodidade convivencial está posta desde a origem e se manterá enquanto a Psicanálise perdure.

A questão, em relação a esse tempo, se baseia para nós, os psicanalistas, em poder discernir qual é “realmente” a contribuição da psicanálise à humanidade. Metodologicamente, a pergunta pertinente não é muito complicada: em que a psicanálise mudou a humanidade? Sabemos que a ciência introduziu a pos-

¹ FREUD, Sigmund. *Obras completas 18ª Conferência: La fijación al trauma, o inconsciente*. Buenos Aires: Ed. Amorrortu, v. XVI.

sibilidade de sua aniquilação, não apenas pelas guerras havidas ou pelas armas acumuladas com este fim, como também pelo manifesto desequilíbrio efetuado na atmosfera pelos gases-escória que produz: veremos se será capaz de suturar também este furo. A psicanálise introduziu, creio que pela primeira vez na história da humanidade, a perda da inocência, dito de outra forma, a possibilidade de um “verdadeiro” ateísmo ou, nas palavras de Lacan, “Isto é o grande segredo: Não há Outro do Outro”². Que este saber não produza apenas cínicos é um objetivo para a própria psicanálise e para nós da EPFCL.

Se a questão do tempo é fundamental para nós, adquire um valor a mais pelo fato de o tempo da sessão ser um traço unário – se me permitem esta expressão – sobre o qual se significantizou a diferença, um corte na história da psicanálise que faz supor que haja, agora, lacanianos e não-lacanianos. E é fundamental, além disso, porque a questão do tempo determina de algum modo o que pode ocorrer, e, portanto o que ocorre, entre uma entrada e uma saída, entre um início e um fim, pois se trata deste tempo.

A respeito do tempo da sessão, este deixa de estar sujeito ao cronômetro – tanto na sessão de duração variável como na sessão breve – para ficar sob a “responsabilidade” do analista. Este tempo virá determinado por uma lógica subjetiva relativa a um tempo simbólico, porém também por uma lógica “objetiva” mais relativa a um real no temporal, no qual se trata de assinalar seja o momento em que o objeto ou seu furo desponta diante do nariz, seja o corte que propicie sua emergência. A consequência técnica de tudo isto, a mudança do uso do tempo como muleta da lei para o uso do tempo como elemento que está na estrutura, é supostamente a contribuição “técnica” mais importante – talvez a única significativa – que se introduziu na cura analítica depois do divã.

Acerca do tempo de uma análise, sustentamos a tese de um final, porém também o tempo da emergência do desejo do analista e o tempo para o passe. Assinalamos estes três momentos, o final, a emergência do desejo do analista e o passe como não homogêneos nem contemporâneos; e pelo caminho ficam, difíceis de sistematizar, os momentos “cruciais”, de virada, de saída, de mudanças de analista. particulares a cada percurso, mas não por isso menos importantes e interessantes para o saber que nos ocupa.

2 LACAN, Jacques. *Seminário 6. el deseo y su interpretación*. Clase 16. 8 de Abril de 1959.

Diz-se – há um discurso que o sustenta – que a temporalidade atual é a da hipermodernidade, na qual o traço “ideal” do tempo é o imediatismo, o qual produz uma significação subjetiva de “consumidor impaciente”³. O prazer dos prelúdios, do caminho, fica sufocado pelo gozo do ato, da chegada, o qual não deixa de ser paradoxal com o fato de uma, senão crescente pelo menos persistente, “espiritualidade” e busca do que não se compra. Nosso “movimento” optou por fazer seu como campo de operações o campo lacaniano, que não é outro senão o campo dos gozos e os discursos em que se sustentam hoje e aqui. Por isso continua sendo pertinente um Encontro Internacional sobre o tempo.

O que nos cabe viver é um tempo em que o paciente, que talvez se torne analisando, se apresente antes, em muitas ocasiões, como consumidor, cuja temporalidade é a que vai da obtenção de um “gadget” através do qual pensa gozar até seu consumo, ou seja, até sua conversão, de resto quando outro “gadget” ocupe seu lugar. Isto é o que ocorre.

A atemporalidade do inconsciente exige um tempo oposto ao do imediatismo para realizar-se. O encaixe da psicanálise, então, não é fácil. Nunca foi, mas durante um tempo o desejo esteve na moda – ainda que revestido por ideais dos quais só fica o desencanto. Se o desejo tem sempre a falta como parceira e seu tempo é o de um percurso, o gozo faz sempre Um e seu tempo é o do instante. Talvez seja por aí, pela reivindicação de um espaço para o desejo, por onde a psicanálise adquire um novo valor subversivo, e aí onde um lugar possa lhe ser afim. Talvez seja este o contexto, o da subversão, no qual possamos discutir coisas como seu lugar nas regulamentações de psicoterapias o sua localização na relação com o mundo da sanidade e da saúde. Se tivesse que fazer uma comparação bélica, tratar-se-ia de ver estrategicamente o que pode ser mais útil à causa, se a guerra de guerrilhas ou a infiltração no campo inimigo... ou a combinação de ambos.

Finalmente “nosso” tempo, isto é, o dos Fóruns e sua Escola. Passaram-se dez anos desde julho 98, tempo suficiente para fazer um bom balanço de nossas instituições, em função de sua idoneidade para que a psicanálise possa ser sustentada pelos psicanalistas que elas acolhem, para que possamos avançar algo

3 LIPOVETSKY, G. Hipermodernidad, la era en que vivimos.
Disponível em: www.comunidadmujer.cl/Oactividades04_gilles_nvo.asp

no caminho do saber que consigamos obter do passe, e para o desenvolvimento e transmissão da psicanálise no mundo. Algumas das variáveis das quais partimos não são mais as mesmas: não estamos no momento da fundação no qual acentuar as diferenças com o modelo do qual saímos podia ser uma imposição lógica, e, por outro lado, já estamos no tempo de nossa Escola de psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano.

Não é este o espaço para os balanços e as novas propostas, mas o de anunciar sua possibilidade para a Internacional dos Fóruns e para sua Escola, para encontrar um novo equilíbrio entre o dinamismo de um “estado” constituinte permanente e a estabilidade de umas instituições bem assentadas.

Para terminar, o tempo entre este volume e o Encontro de São Paulo, um tempo preliminar que tem uma dupla finalidade: avançar – estar na vanguarda – no percurso teórico por distintas questões do tempo e da psicanálise, porém, sobretudo, provocar desejos de continuar com isto, e, portanto, encontrarmo-nos quantos mais, em julho de 2008, no Brasil.

Tradução: Jairo Gerbase

O SUJEITO E O TEMPO
AMÉRICA LATINA DO NORTE

O TEMPO DO ATO

Juan Guillermo Uribe

Vivemos, existimos e morremos no tempo. Nossa existência está marcada pela **duração...** O tratamento que cada sujeito faz desta **duração**, está afetado e determinado pela posição inconsciente. Pode-se afirmar que o tempo e sua concepção vêm sendo afetados pelas estruturas clínicas: o tempo na obsessão e sua postergação do ato. O tempo na histeria, com sua antecipação inibitória. O tempo na perversão, com a pressa da ejaculação. O tempo na melancolia, eternizado em sua duração. O tempo na psicose, com a bizarra alteração do espaço na esquizofrenia e a incansável iniciativa do Outro na paranóia. Daí a importância de tratar o tempo no dispositivo analítico e sua íntima relação com o ato analítico.

O sentido comum trata de organizar o fenômeno do tempo vivido valendo-se de recursos da física e da geometria: tempo linear, tempo circular, repetição do tempo. O registro da duração no cronômetro é o recurso ordinário para “pôr o tempo em seu lugar”. Quando se fala de eternidade, perpetuação e tempo infinito, trata-se, tanto no começo como no final deste fenômeno, de fixar limites. Sem dúvida, a gramática não se submete a estes modelos do sentido comum: o tempo presente pode ter significação de passado histórico; o pretérito pode expressar um presente permanente; o ante-futuro – futuro anterior – com sua estrutura de futuro condicional, simultâneo com um particípio passado, passa a ser o tempo utilizável na retroação do sentido: “chegarei e terás sido...”. A retroação do sentido, própria da estrutura significante, altera a linearidade discursiva em espera do ponto de enodamento entre código e mensagem.

Foi Freud quem percebeu a atemporalidade do inconsciente *Zeitloss*, especialmente na representação dos sonhos. Este fato clínico obriga a um retorno retroativo para decifrar o sentido enodado neste fenômeno “sem sentido”. Freud denomina esta operação *Nachträglich*.

Ao introduzir a lógica do significante como recurso ordenador dos fenômenos clínicos, Lacan enfrenta tanto o problema do tempo como o do espaço enodados em toda a experiência clínica e particularmente verificáveis no dispositivo analítico. Quando Lacan introduz a lógica do significante como recurso ordenador

dos fenômenos clínicos, enfrenta-se tanto o problema do tempo como o do espaço, tal como Freud os descrevera em relação ao inconsciente. *O Estádio do Espelho*, em sua versão de 1936, introduz a dimensão temporal ao relacioná-la com a apreensão da imagem refletida em uma superfície. Tempo e espaço se combinam no momento da precipitação da imagem fundadora do eu.

Uma reflexão cuidadosa sobre estes fenômenos leva Lacan a distanciar-se de Descartes que, com a experiência do cogito separa a “*res extensa*” da “*res cogitans*”. Para Lacan na experiência do Espelho, o sujeito se apreende na imagem refletida na superfície do espelho que é “um momento de estruturação genética da constituição da realidade”. Ao introduzir sua definição de **significante**, ele pode voltar a Freud para levar a termo a leitura bem conhecida e suas conseqüências. Vejamos sua definição canônica e não modificada ao longo do percurso de seu ensino: “nossa definição do significante (não há outra) é: um significante é o que representa um sujeito para outro significante. Este significante será, portanto, o significante pelo qual todos os outros significantes representam o sujeito”. Esta definição lhe serve para separar-se da fenomenologia da intersubjetividade do eu-tu no encontro com o semelhante, e para introduzir o conceito de Outro como lugar simbólico, “tesouro dos significantes”. O sujeito representado na cadeia significante permite a Lacan enodar o extenso da cadeia que desliza na flecha do tempo, com as escansões sucessivas da combinação da diacronia e da sincronia, que são as que determinam as condições do ato, isto é, a antecipação da tomada e a retroação do sentido.

O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada. Um novo sofisma. Este sofisma leva Lacan a muitos anos de elucidação teórica necessária para resolver o tema da intersubjetividade e da relação do sujeito individual com o coletivo social.

Mediante seu “pequeno sofisma” como o denominou, ele levou a termo a relação com o Estádio do Espelho e suas diferentes modificações, entre 1936 e 1949.

Ele examina, nesse período, as conseqüências da prematuraçã do nascimento da criatura humana e sua radical dependência do semelhante. O semelhante serve ao sujeito para encontrar a unidade ante a variedade das imagens do corpo. A imagem do duplo como ideal lhe serve como modelo e, simultaneamente, ele se aliena nela. Neste momento, segundo Lacan, é gerado o arquétipo dos sentimentos sociais. Pode-se observar nesta reflexão de Lacan a referência à primeira experiência de satisfação

descrita por Freud no *Projeto* (1895) em que o próximo se divide em auxiliador e objeto hostil. Freud afirma que se gera, ali, a fonte dos sentimentos morais.

Os ciúmes, a transitoriedade e a constituição do Eu são algumas das conseqüências da elucidação levada a termo por Lacan em relação ao *Estádio do Espelho*. Este é submetido a uma nova reflexão na qual o sujeito fica incluído na dialética social com as conseqüências de antecipação e vacilação implícita no sujeito em relação a seus semelhantes. Os registros imaginário e simbólico são recursos para a reflexão do “tempo lógico,” dado que a linguagem e a relação do sujeito falante com esta ultrapassam a simples cena da visão e seu reflexo.

Os três tempos lógicos – *o instante de ver, o tempo para compreender e o momento de concluir* – começam a se depreender do âmbito do “sofisma” para se incluir na reflexão clínica. Lacan considera a intervenção de Freud com “o homem dos lobos” como uma precisão temporal que produz um passo em direção à primeira pessoa. A aplicação do “*Tempo Lógico*” na clínica individual supõe abandonar a cena coletiva para trasladar o tempo lógico ao sujeito como conseqüência da articulação significante, tornando-se o “tempo lógico” a condição do ato.

Lacan amarrará o desejo do sujeito às condições do ato e mostrará que: “O tempo só pode distinguir-se da palavra no ato. O presente não é mais que o momento em que falo. Logo, é estritamente impossível conceber uma temporalidade na dimensão dos apetites. O ABC da temporalidade reclama a estrutura da linguagem”.

Tradução: Elisabeth da Rocha Miranda
Revisão: Solange M da Fonseca

OBJETO, CORTE E TEMPO

Beatriz Elena Maya Restrepo

A linguagem ser condição do inconsciente determina que a experiência da análise se mova em dois tempos: o diacrônico e o sincrônico. O tempo sincrônico, pelo fato de que a emergência do sujeito é a partir do corte da cadeia significante, demonstrado por Lacan em sua topologia, é o que o faz dizer “o sujeito enquanto marcado pelo significante é propriamente, na fantasia, corte de *a*”. Diacrônico para a demanda, o desejo e a repetição.

Duas formas de aceder ao tempo cronológico, *automatón* e *tyché*, na intenção de apreender o Imaginário da história, com o entrecruzamento Simbólico, porém introduzindo um Tempo Real. Em qual destes dois tempos se sustenta o Real? Lacan nos deixa outro, o tempo lógico. Um tempo marcado fundamentalmente pelo Objeto “*a*”.

No Seminário XX – *Mais ainda...*, ele nos diz: “O *a* minúsculo tetiza a função da pressa”.

Expressão que surge no marco de uma referência a seu artigo sobre *O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada*, que pretende responder pela lógica do final. O que nos diz esta expressão? Vejamos: Tetizar, “*Tithenai*”, significa colocar, quer dizer pôr para frente, fazer emergir, neste caso o quê? “a função da pressa”, expressão que introduz outro tempo, o do final da experiência: a pressa. Qual é sua função? A saída. Coincidem assim o objeto *a* e o tempo? Faz existir o objeto *a* no tempo da pressa? É este tempo que suporta o Real da experiência?

O objeto *a* é o que Lacan relacionou com a incomensurabilidade do número de ouro, como medida impossível do espaço entre dois. Temos, então, espaço e tempo articulados pelo objeto *a*, ou melhor, o tempo que o dito objeto faz surgir, tempo incomensurável, instante da pressa, tempo de um dizer. Tempo só descritível como relâmpago, como diz Lacan em referência a Heráclito: “O trovão comanda”, e ao comentário que disto faz Heidegger: “deixar estar adiante [...] como isto mesmo [...] colocar Um e o mesmo em Um”. O Bem disposto que, para Heráclito, “só acontece se Um é todo” e se escreve, o que é isto? O raio, o relâmpago, o trovão, que governa todos os Um. O Todo entendido não como universalidade, mas como a particularidade que o Um introduz.

De que maneira emerge o “*a*” no dizer do final? Se isto se escreve $1+a = 1/a$ ou $1/a+1 = a$, só existe a via do Um. Nomear o Um da repetição, aquele da identificação que leva ao Um da diferença, ou seja, do “penso” $1/1 + 1$, que leva à repetição do traço unário, ao sou=*a*. Claro que o “*a*”, por incomensurabilidade, não poderá ser nomeado; o que mais se aproxima dele é o Um da diferença que só indica; Lacan, por isso, dirá: “Eu penso, logo sou”. Este “logo sou” é um pensamento. O que o levará a corrigir a fórmula assim: “eu penso logo: sou”. Então, a emergência do *a* não podemos considerá-la como um dizer efetivo dito “*a*”, mas como o surgimento de um corte que introduz o traço fazendo surgir um tempo: o do objeto “*a*”.

Único saber possível, o do Traço da repetição isolado, saber mutilado de sentido, que se assume como *sinthoma* para saber-fazer-com ele. Letra que faria litoral entre o saber e o gozo.

Em sua obra, Lacan distingue o um da totalidade do Um da diferença. O Traço Unário está do lado da diferença, escreve-o e nos ensina que é um significante tomado do Outro, a partir do qual se faz cadeia com outros significantes, estabelecendo o sentido do sintoma e da repetição, porém, ao mesmo tempo, introduzindo o gozo a decifrar na análise. O gozo como o oculto, que viria a se presentificar em uma palavra, em um significante.

O objeto “*a*”, assim surgido, faz corte para a emergência do ser e também para causar a destituição subjetiva. Então, do corte significante, surge o sujeito, porém no final se destitui pelo corte que introduz o objeto “*a*”, tempo do ser. Tempo do final, mas também, tempo para a interpretação que o presentifica. “Será que não devemos ter uma parte essencial nisto que é imanente, mesmo, a toda situação, enquanto nosso desejo deve limitar-se a este vazio, a este lugar que deixamos ao desejo, para que se situe ali no corte? No corte que é, sem dúvida, o modo mais eficaz da intervenção e da interpretação analítica”.

Tradução: Elisabeth da Rocha Miranda

Revisão: Solange M da Fonseca

NA HORA DA VERDADE: a

Juan Manuel Uribe Cano

Tempo, corte, espaço e clínica são parte da vida da psicanálise, difícil de conjugar tanto no plano dos conceitos quanto na própria prática.

Em primeira instância, a realidade que se passa nos consultórios não pode ser diferente do que temos chamado a realidade psíquica que, aparentemente, se dá como resultado de uma diferenciação entre a realidade fictícia presente no discurso do analisante e uma realidade real do lado do analista enquanto depositário de um suposto saber.

Entendida assim, a realidade psíquica não difere muito de uma concepção ontológica e não apresenta maiores dificuldades para que todo bom arqueólogo a encontre. Sem dúvida, a realidade psíquica se coloca como não pertencendo nem ao simbólico, nem ao imaginário nem ao real de modo exclusivo, de maneira que nenhum registro em seu domínio representa tal....

Estes três registros, em sua interseção, no lugar para onde confluem, abrigam o objeto “ a ” que os sustenta e dão garantia de sua presença nos registros em nível estrutural. Dir-se-ia que os três apontam para ele e nenhum consegue capturá-lo fazendo desta captura o que, por natureza, é um impossível.

Mas este impossível, “ a ”, o é na medida em que não se entende que a relação existente na prática não é uma divisão elementar entre analisante e analista, se entendemos a existência dos espaços diferenciados. Ao contrário, se entendemos a existência de um só espaço contínuo vemos a oportunidade de inscrevê-lo nele mesmo, de fazê-lo possível, graças ao fato de que este sempre retorna ao mesmo lugar.

Espaço contínuo e retorno fazem com que não exista a distinção entre exterior e interior, mas, sim, que se apresentam como uma Banda *Moebiana* onde circula o “ a ”, de modo que o analisante está dentro do analisante e este dentro do analista.

Com o anteriormente expresso, vislumbra-se que a utilização da topologia se faz necessária para entender a realidade psíquica e particularmente o “ a ” e sua inscrição no contínuo.

A inscrição de “ a ” se consegue exercendo um corte em duas direções: a) no temporal e b) no espaço. No primeiro corte, o que se apresenta é uma descontinuidade no antes e no depois

da secessão para irromper no interregno do futuro anterior, quer dizer, no presente sempre fugaz e meramente dito no instante.

No segundo corte, do que se trata é de extrair o objeto, de fazê-lo saltar ali onde o ponto simbólico, que marca um limite espacial, permanece mediante um ponto abstrato, um ponto infinito de fuga que admite o acesso ao real. O anterior implica que a posição do analista é a perspectiva, como aquele que pretende a realidade.

O objeto como causa de desejo não pode ser apresentado por um ponto matemático, pois equivaleria a um ponto fixo e impenetrável, distinto do espaço em si. Este objeto deve ser espaço mesmo como possibilidade de sua presença constante nos registros e, por sua vez, possível de pensar como ausência de objetos.

O “*a*” é, então, um ponto projetivo que se atualiza mediante ação do corte. Corte oportuno em um tempo presente na cena clínica e advertido pelo analista, que captura porém não o apreende, sobrevindo do outro lado do espelho e posto do lado do analisante como motivo de sua angústia.

O ponto de fuga, que não se pode reduzir, pois em sua natureza sempre amplia, em cada caso, o horizonte, o limite, para pôr algo mais original, faz parte do plano projetivo que denuncia a estrutura da realidade. Entretanto, não se pode acreditar que este ponto de fuga se estenda ao infinito, já que, ao se encontrar circulando em uma Banda *Moebiana* dupla, devido à transformação dos três registros, está, este ponto, sempre no limite, é o limite, da singularidade de cada sujeito em seu ser faltante.

Ampliação do limite, do bidimensional ao tridimensional mediante a inclusão de um ponto no horizonte deslocado do centro onde os eixos do plano bidimensional se cruzavam, um ponto no horizonte descentrado que acaba com a organização espacial, do mesmo discurso, para denunciar o que está no fundamento, na causa.

Se o plano bidimensional consegue um posicionamento dos eventos do mundo, sob a coisificação algébrica, o plano tridimensional rompe com essa coisificação e, rompendo com ela, põe o plástico que constitui o elástico e com isto, simultaneamente, atrás do espelho, o monstruoso como in-forme.

O anterior posto no espaço de um consultório, todo posto na brevidade transfinita do espaço entre dois, motivo ético suportado no “*a*” e este impossível de inscrever em uma topologia que admite o corte para a vivência espaço-temporal do binômio em ação.

Esse instante, de feliz encontro, é o tempo da verdade, o momento do “*a*” ...na hora da verdade: “*a*”.

INTERPRETAÇÃO, CORTE E TEMPO

Ricardo Rojas Gutiérrez

Em seu texto *Recordar, Repetir e Elaborar*, Freud diz que o que distingue o tratamento psicanalítico de “todo influxo sugestivo” é o trabalho de elaboração (*durcharbeiten*) que, ao lermos este texto com Lacan, permite descobrir as moções pulsionais reprimidas na origem do fechamento do inconsciente.

Nessa direção, Lacan nos dirá em seu Seminário Livro XI – *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, que uma psicanálise didática é o que lhe deu volta no laço até o final, e este tem que ser percorrido mais de uma vez; é assim que ele dá conta do termo (*durcharbeiten*), como uma necessidade de elaboração, trabalho que implica a colocação em ato (repetição), da realidade sexual do inconsciente, trabalho de transferência, outra tradução possível do termo *durcharbeiten*, que põe em jogo a pulsão.

Em *A direção da Cura*, Lacan nos diz que a interpretação inscrita na doutrina do significante mostra os modos de efeito deste no surgimento do significado e, desta forma, ela pode produzir algo novo ao se fundar no fato de que o inconsciente tem a estrutura radical da linguagem. A partir daí, Lacan afirma que “a interpretação, para decifrar a diacronia das repetições inconscientes, deve introduzir na sincronia dos significantes que ali se compõem, algo que, bruscamente, torne possível sua tradução”. Neste mesmo texto, assinala que o desejo “não se capta a não ser na interpretação” e, mais tarde, chega a dizer que “o desejo é sua interpretação”.

Será, então, precisamente pelo desejo que vamos pensar a relação da interpretação com o tempo. Em seu Seminário Livro IX – *A identificação*, Lacan avança dizendo que “no espaço topológico que define o objeto do desejo, é provável que esse número inerente qualidade do objeto tal como está constituído a nível do desejo não é senão a marca da temporalidade inaugural que constitui este campo”. O que caracteriza o duplo anel é a repetição, pode-se dizer radical; há em sua estrutura o fato da dupla volta que, por sua vez, é este elemento do temporal. Vemos como um elemento central, na estrutura do desejo, este duplo anel, que aqui ele relaciona estritamente com a repetição, que põe em jogo - em ato- o pulsional no fechamento do inconsciente, precisamente pela incidência de algo que desempenha o papel de obturador – o ob-

jeto “a” aspirado, no orifício do esquema da nassa, utilizado por Lacan para que entendamos este assunto.

Então, vemos como, em primeiro lugar, é necessário um tempo de elaboração, trabalho da transferência, abertura e fechamento do inconsciente, as múltiplas voltas da demanda em volta do Toro, fechamento do inconsciente assinalado por Lacan como “ponto de impacto do alcance interpretativo”, “**momento** inicial em que a interpretação pode conseguir seu encargo”. Qual é, então, o encargo da interpretação? Que se presentifique algo do pulsional e estamos, então, aí, nos reunindo a Freud, no que constitui a especificidade da psicanálise.

Lacan, no Seminário Livro XIV – *A lógica da fantasia*, diz que é impossível definir o ato se não o fizermos sobre o fundamento do duplo anel da repetição e ressalta que podemos dizer que o ato é fundador do sujeito. Duplo anel, que é um simples traço, um traçado, traço unário, sustentáculo disto que se repete e que, se repetindo, deve fazer anel, reencontrar-se na origem e, por este fato, marcar, portanto, o repetido como tal. É assim que este anel introduz o elemento não numerável, o um a mais que é essencial para toda determinação significativa.

A dupla volta da interpretação coincide com o duplo anel constituinte do sujeito e é este circuito de dupla volta que delimita um vazio e o um-a-mais essencial para a determinação significativa, volta esta que o sujeito não pode contar e é ali que o ato analítico, na qualidade de corte interpretativo, faz revelar a estrutura de linguagem. Daí, tomam seu fundamento as sessões de duração variável, em que a pontuação, a escansão e a suspensão se constituem como três espécies de operadores que regulam a lógica do tempo da sessão analítica.

Porém a dupla volta e o duplo anel não só estão presentes na escansão da sessão, como também na estrutura da interpretação que faz equívoco. No texto *O Aturdido*, Lacan nos diz que é nestes equívocos que se inscreve o que está ao lado da enunciação e que se concentram em três pontos nós, onde se ressalta não somente a presença do ímpar, mas também que nenhum deles se impõe como primeiro; além disto, a ordem em que Lacan os expõe homofônicos, gramaticais e lógicos, é algo que se mantém em duplo anel mais que de um só giro. Estas três interpretações que alcançam a cifra três, do zero ao ímpar três ressoam apontando para a *Bedeutung* que não é outra senão o objeto “a” presente no circuito da pulsão.

Então, como se resolve essa significação-referente para a qual

a interpretação aponta? Lacan nos diz no *Aturdito* que “o objeto “a”, ao cair do furo da banda, se projeta aí *après-coup*, nisto que chamaremos, por um abuso imaginário, o furo central do Toro, ou seja, em volta do qual o transfinito ímpar da demanda se resolve pela dupla volta da interpretação.”

Assinalamos que as interpretações equívocas e as por escansão coincidem com o duplo anel, porém Lacan nos assinala aqui uma interpretação que resolve o transfinito ímpar da demanda, quer dizer que o sintoma: cesse, “vírgula”, de se inscrever. Podemos concluir, então, que há, em Lacan, uma interpretação do final de análise, interpretação e final a que ele acrescenta uma lógica do Ato. Ela enfatiza: é, em si mesma, um Ato que é significante. “É um significante que se repete, ainda que se passe em um só gesto, por razões topológicas que tornam possível a existência do duplo anel criado por um só corte. É a instauração do sujeito como tal”. Quer dizer é um Ato verdadeiro de onde o sujeito surge diferente, pois, em razão do corte, sua estrutura é modificada. O correlato deste ato é o desconhecimento, ou, mais exatamente, nos diz Lacan, o limite imposto a seu reconhecimento no sujeito, *Repräsentanz* na *Vorstellung*, que neste Ato é a *Verleugnung*.

Limite e reencontro com a inconsistência do Outro, momento em que o enodamento entre l e “a” se desfaz, o Um de exceção cai e se reúne à série dos outros uns, o que torna possível examinar as relações entre o Um e o Outro e, por sua vez, permite reconhecer a equivalência do sujeito com o objeto “a”, momento do fim, onde a eleição do final permitirá ao analisante, por suas conseqüências, “desabonar-se do inconsciente” ao encontrar o justo lugar da *press(a)* em um saber-fazer-aí-com, mais além da *Verleugnung*.

Tradução: Elisabeth da Rocha Miranda
Revisão: Solange M da Fonseca

SUBJETIVAÇÃO DO TEMPO NO FINAL

Patrícia Muñoz

*“O tempo só pode distinguir-se no ato da palavra.
O presente não é mais do que o minuto em que se fala.”*

O sujeito depois de terminar a análise é um sujeito transformado em muitos sentidos e nos interessam os efeitos em sua relação com o tempo e, por conseguinte com a vida, com a morte e com o ato. É no enfrentamento com a morte, no sentido de fazer-lhe frente, de encará-la, de estar disposto a morrer, que mudamos a relação com o tempo e com a vida.

Em psicanálise, a castração e a morte estão estreitamente relacionadas; pode-se dizer que assumir a castração é efeito do final da análise.

Vejam a definição de tempo no dicionário da Maria Moliner: “magnitude em que se desenvolvem os distintos estados de uma mesma coisa ou ocorre a existência de coisas distintas em um mesmo lugar. Se lhe damos com freqüência um valor patético, como sucessão de instantes que chegam e passam inexoravelmente e nos quais se desenvolvem a vida e a atividade, o tempo se vê refletido na linguagem com verbos como: perseguir, apressar, estimular, acelerar, apurar.”

Essa definição do tempo inclui a vida e o ato e também apresenta essa pressão que nos evoca a pulsão, ou o objeto “a” como pressa em direção ao Ato. No Seminário Livro XX: *Mais ainda...*, Lacan retoma o apólogo dos prisioneiros, os tempos lógicos, para considerar o momento de concluir, não mais a partir de um cálculo intersubjetivo, porém a partir da função da pressa introduzida pelo objeto “a”, a função da pressa necessária para que o saber passe ao dizer. Há um efeito de tempo apressado no final da análise.

O sujeito neurótico está suspenso no tempo do Outro; a análise permite separar-se do Outro e aceitar a hora de seu próprio desejo. A virada final da análise marca um antes e um depois, troca a posição do sujeito em sua relação com o tempo. Ele deixa de se preocupar com o tempo, porém, ao mesmo tempo, aproveita ao máximo o tempo pois já não lhe resta muito tempo. Esta virada do fim de análise implica não só o atravessamento da fantasia, o separar-se do Outro, mas tem a ver, também, com a

castração e com a morte; é um momento de juízo final, como diz Lacan no Seminário Livro VII – *A Ética*: Agiste de acordo com teu desejo? É colocar-se no tempo de seu desejo. É um Ato, o dizer que é Ato.

No Seminário Livro XVII – *O Averso da Psicanálise*, Lacan retoma o sonho do paciente de Freud, “ele não sabia que estava morto”, diz que é “indispensável para a vida que algo irreduzível não saiba... não saiba que Eu estou morto, o pai morto é o gozo, é o signo do impossível [...] Daí surge o real. O gozo é, exatamente, correlativo da forma primeira em que entra em jogo o que chamo a marca, o traço unário que é marca para a morte, se querem dar-lhe seu sentido. Observem bem que nada faz sentido senão a partir do momento em que entra em jogo a morte”.

O sujeito entra em jogo como morto, pela entrada no significante, porém é como vivo que vai jogar, é em sua vida que tem que tomar a cor que, ocasionalmente, nele se anuncia; em francês há um ditado “anunciar a cor”, é a isto que se refere Lacan no texto “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose”, pois está utilizando a metáfora do jogo de cartas onde a marca é a cor, o sentido figurado deste dito é “dizer o que se tem que dizer”, é tomar posição como vivo, por meio do dito. No encontro com o impossível, o sujeito tem uma opção, que implica um desejo do sujeito, e o desejo se veicula na palavra, como dizíamos antes “dizer o que se tem para dizer”, tomar posição como vivo.

A existência não está inscrita no Outro. Como entender esta afirmativa? Há um furo, o do desejo de vida, é o significante da falta no Outro, os significantes que faltam no Outro são os que poderiam subsumir o vivente e o sexo. Com o deslocamento da causalidade da loucura até a insondável decisão do ser, na qual este compreende ou desconhece sua liberação, até esta armadilha do destino que não engana a respeito de uma liberdade que não conquistou; não formulo nada mais que a lei de nosso sobreviver, tal qual expressa a fórmula antiga: *Tenoi, otoz essi* “chega a ser tal qual és”, é a maldição assumida, permite a assunção do próprio desejo, transformar esta infelicidade em infelicidade vã, no final da análise, no encontro com o impossível. Afirmando-se em seu ser-para-a morte, dizer que não, para afirmar-se a si mesmo, como singularidade, assumindo seu desejo próprio, o *Tenoi, Otoz, essi*, “chega a ser tal qual és”.

No encontro com o impossível, o sujeito tem uma opção que implica um desejo do Sujeito, tomar posição como vivo. Afirmando-se em seu ser-para-a-morte, “é dizer que não” (o termo

Versagung que Freud utiliza), para afirmar-se a si mesmo como singularidade, assumindo seu desejo próprio. Implica, também, a separação, que é do lado do sujeito e não do lado do Outro. É o tempo presente do dizer do sujeito.

Tradução: Elisabeth da Rocha Miranda

Revisão: Solange M da Fonseca

O SUJEITO E O TEMPO
AMÉRICA LATINA DO SUL

OS TEMPOS DO SUJEITO (EST OPUS TEMPORIS)

Jorge Zanghellini

(Com a colaboração de Horacio Birkis, Stella López,
Alicia Dubin, Florencia Borgoglio e Yanina Gette)

[...] as condições do comércio e do tráfego experimentaram uma alteração radical; tudo se faz com pressa e em estado de agitação: a noite se aproveita para viajar, o dia para os negócios, ainda as “viagens de prazer” são ocasiões de fadiga para o sistema nervoso; a inquietude produzida pelas grandes crises políticas, industriais, financeiras, se transmite a círculos de população mais amplos que antes; (A moralidade sexual cultural e o nervosismo moderno. Sigmund Freud, 1908).

Na psicanálise, é necessário o tempo. “Este ‘necessário tempo’ (“faut le temps”), é o ser que solicita do inconsciente para retornar cada vez que o necessitar, se necessitar o tempo⁴”.

É o analista aquele que suporta, bastante tempo, aquilo do sujeito que vem a se dizer para chegar à conclusão.

Tempo na análise, tempo da época, tempo do capitalismo; o tempo é ouro...

Quando Newton escreveu sobre a gravidade, estava sentado em posição contemplativa e unicamente se distraiu com a queda de uma maçã, que não por cair em sua cabeça marcou menos um corte do tempo que lhe possibilitou concluir.

O tempo inaugural do Big Bang faz consenso na marca a partir da qual se pode contar, fazer história do tempo, como assinala Hawking, o ato de Deus que deu origem.

A atemporalidade do inconsciente

Em 1915, em “*O inconsciente*”, comenta Freud que “os processos do sistema Ics são atemporais, ou seja, não estão ordenados por uma temporalidade, não se modificam pela evolução deste, nem, de forma geral, têm relação alguma com ele. Também a relação com o tempo sucede do trabalho do sistema Cc”⁵. Em *Mais*

4 LACAN, J. *Radiofonia y Televisión*, Barcelona: Editorial Anagrama, 1977. p. 46

5 FREUD, Sigmund. *O consciente* (1815). In: _____. *Obras Completas*. Buenos Aires: Ed. Amorrotu, 1992. v. XIV, p. 184

*Além do Princípio do Prazer*⁶(1920), Freud diz que a tese kantiana do tempo e do espaço como formas imprescindíveis de “nosso pensar, pode hoje nos submeter a revisão à luz de certos conhecimentos psicanalíticos”. “*Temos verificado que os processos anímicos inconscientes são em si atemporais. Isto significa, em primeiro lugar, que não se ordenaram temporalmente, que o tempo não altera nada neles, que não se lhes pode separar a representação do tempo*”. Em ambos os textos (assim como naqueles em que de maneira não tão explícita o menciona, por exemplo, em *A negação* (1925)⁷, em *Notas sobre o bloco mágico*⁸ ou, de forma incipiente, desde o *Projeto para uma Psicologia Científica (1895)*⁹ descreve esta noção de atemporalidade do inconsciente no mesmo sentido.

O que é intemporal é o tempo cronológico.

A fundamentação freudiana vai em direção à cronologia.

É necessário o tempo para dar conta da estruturação subjetiva, os tempos do Édipo.

Já na *Carta 46 a Fliess*, Freud diferenciava os tempos da repressão, indiferente para a eleição da neurose, dos tempos do sucesso traumático, que determinavam a eleição do sujeito.

Delimitou os tempos do dormir dos tempos de despertar, em relação às lembranças encobridoras.

Em *Os três ensaios*, refere-se aos dois tempos da eleição de objeto, da infância e da puberdade, ao que o período de latência lhe faz de intervalo.

Os tempos de uma fantasia, que desenvolve no delírio, e os sonhos da Gradiva, que separa no atual que dispara, a lembrança de outro tempo e o desejo que se projeta em uma cena no futuro. Serão três os tempos de constituição da fantasia em *Bate-se numa criança*, onde o segundo tempo, reconstruído pela análise, dá seu valor aos outros dois, enquanto é o que permanece inconsciente.

Dali pode-se estabelecer que os dois tempos são reflexivos, tais como os do trauma, entre o originário e o posterior que o evoca, o tempo do *fort* e o tempo do *da*, enquanto que o três define conclusão.

6 FREUD, Sigmund. *Mas allá dell principio dell pracer* (1920). In: _____. Obras Completas. Buenos Aires: Ed. Amorrortu, 1992. v. XVIII, p.28.

7 FREUD, Sigmund. *La negacion* (1925) In: _____. Obras Completas. Buenos Aires: Ed. Amorrortu, 1992. – vol XIX, p. 249

8 FREUD, Sigmund. *Notas sobre o bloco mágico*. In: _____. Obras Completas. Buenos Aires: Ed. Amorrortu, 1992. – v. XIX, p. 239

9 FREUD, Sigmund. *Projeto para uma psicologia Científica (1895)*. In: _____. Obras Completas. Buenos Aires: Ed. Amorrortu, 1992. – v.1, p. 382-383

Lacan, referindo-se aos três tempos lógicos, marca uma lógica. Esta lógica lhe outorga a repetição de duas escansões um valor que é o de engendrar no sujeito ao acerto pelo tempo destas escansões, isolando simultaneamente a função específica da urgência.

E curioso, diz Lacan, *que haja posto em segundo tempo o tempo para compreender, o tempo para compreender o que há que compreender. É a única coisa desta forma que fiz o mais depurada possível, a única coisa que havia que compreender. É que o tempo para compreender não acontece se não há três.*¹⁰

É o tempo para compreender que vai dar lugar ao lugar fundamental do intervalo e cuja lógica determina o lugar do sujeito no “entre dois”.

Por isso é que se pode dizer, musicalmente, que o sujeito é o lugar do silêncio entre duas notas.

É necessário o três, para um dizer subjetivo na cadeia, pois o dois, sem o três, faz cair sobre o um. *Conclui-se que* se trata de concluir atravessado. Sem o qual, se não há os três, não há nada que motive o que se manifesta com clareza no dois, ou seja, esta escansão, que é a de uma detenção, de um cessar e um recomeço.

Alienação-separação

Na constituição do sujeito, estrutura-se a díade alienação separação, própria do *Seminário XI*.¹¹ Une dois conceitos freudianos: identificação e repressão.

Introduzir o sujeito no significante, o advir do sujeito é produto da intimação do Outro, pois parte de sua resposta enquanto que é primeira, isso fala dele.

“O Outro faz do grito, chamada (‘onipotência da resposta’). A resposta precede a pergunta.

No nível da alienação como identificação, o vazio do conjunto é substituído por S1, escolha forçada: opta pela bolsa (o Outro) ou a vida (conjunto sujeito) entre a parte vazia do conjunto e a parte cheia.

“O véu da alienação se define por uma escolha – cujas propriedades dependem de que, na reunião, um dos elementos de-

¹⁰ LACAN, J. Seminario XXI, clase del de 9 de abril de 1974, (Versão Escola Freudiana de Buenos Aires).

¹¹ LACAN, J. Seminario XI : *Los cuatro conceptos fundamentales del psicoanálisis*. Barcelona: Seix Barral editores, 1972.

termine que, seja qual for a escolha, sua conseqüência não seja um nem o outro. Diz o personagem feminino de um filme¹², ante uma escolha : Por que deve ser sim ou não, acaso não pode ser sim e não ao mesmo tempo?

A escolha só consiste em saber se nos propomos a conservar uma das partes, já que a outra desaparece de qualquer jeito.

Ao introduzir o sujeito no significante, nós confrontamos com o par S_1 - S_2 . A identificação fundamental está sustentada pelo S_1 , só que implica apagar o sujeito.

S_1 cria o sujeito e, ao mesmo tempo, o apaga. Se há sujeito, é por obra e graça do significante. É o S_1 que coloca o traço mínimo que permite dizer não há.

Na separação, se introduz a interseção, o sujeito não está representado no Outro do significante, senão que se localiza por sua falta.

Na alienação, o sujeito está representado no Outro por S_1 e isto faz com que seja solicitado por efeitos de sentido.

Na separação, no sujeito fica seu vazio, com ele é que pode solicitar o vazio no Outro.

Ali onde estava o sujeito está o objeto perdido, o objeto “a”. No Seminário 11, o inconsciente é não só descontinuidade (que é compatível com o significante), senão como uma borda que se abre e se fecha, como uma boca, um ânus.

O buraco é introduzido como uma perda e justificado como uma perda natural.

Ali se podem introduzir os objetos da pulsão como reparando ou enchendo esta perda de vida. O gozo se reparte na continuação, sob as figuras do objeto “a”.

No Seminário XIV, a alienação já não é a privação só no Outro senão a criação de uma nova forma social num correlato com a ciência: a alienação no objeto, o que faz a ciência foracuir o sujeito.

E o sujeito foracuído retorna como dejetos ou como produção dos *gadgets* da ciência. Aqui então o silêncio do gozo se diferencia do calar-se da pulsão.

Em *Mais Ainda*, Lacan define o sujeito como o efeito do que se desliza na cadeia significante e é ao signo desse sujeito que pode advir amor. Então, quer dizer que se ama o silêncio entre dois significantes.

12 *Crustaces et coquillages*. Direção: Oliver Ducastel e Jacques Martineau. França. 2006

Esta localização do que faz signo para o amor no intervalo abre a questão necessária do que, no capitalismo, aponta a exacerbada pressa da *Flambee Époque*.¹³

Os tempos do sujeito neurótico

Podem-se definir as particularidades subjetivas relacionadas com sua posição em relação ao tempo, na medida em que estão atravessadas pelas marcas de sua estruturação.

Como para o sujeito obsessivo, quem é alguém que não está jamais aí onde está em jogo algo que poderia ser qualificado seu desejo. Isto não é possível senão desfraudando-o no tempo, temporalizando esta relação, voltando a deixar sempre, para amanhã, seu compromisso nesta verdadeira relação do desejo. É sempre para amanhã que o obsessivo reserva o compromisso com o seu verdadeiro desejo.

A antecipação obsessiva de seu encontro com a “foice do tempo” viabiliza, no presente a apresentação da prorrogação, que, em sua acumulação, o deixa na borda da precipitação via passagem ao ato.

Ali onde o instante de ver toma essa forma kierkigardiana, onde o instante é o equívoco em que o tempo e a eternidade se tocam. Na Argentina, temos isto exemplificado na cena de ruas e autopistas, onde a velocidade automobilística, nas falhas de sua regulação, precipita inumeráveis passagens ao ato ante a débil autoridade.¹⁴

A modalidade histérica, pelo contrário, carrega os traços da estrutura instantânea, relacional, de estar na hora da verdade. Sua forma de poder ficar exposta ao gozo do Outro, é onde recusa em nome do real. Collete Soler remete à modalidade histérica marcada pela prevalência do ideal do dia seguinte, do outro lugar e do ainda não.¹⁵

É onde a histérica utiliza o desejo do outro e se identifica com sua falta, ou seja, é uma militante do que não existe. Daí o traço conclusivo em relação ao relâmpago da verdade. Contrariamente à modalidade obsessiva, a histérica precipita a conclusão ante a penumbra do desejo do Outro.

¹³ Metáfora que alude ao capitalismo carbonizante do século XXI.

¹⁴ ZANGUellini, Jorge. *Transtorno obsessivo al volante. (humorística versión)*. Publicada em forma digital em *Psyché Navegante: Revista de Psicoanálisis y cultura*. Buenos Aires, 2007

¹⁵ SOLER, Colette. *Le temps qu'il faut*. In: *les structures freudiennes du temps*.

A modalidade fóbica se orienta no mundo pela localização do significante fóbico que faz borda, débil e frouxa com a angústia.

Essa praia da angústia faz, no tempo presente, a cena que aponta para abolir tanto o que ficou detido no passado como as linhas em torno do futuro.

A antecipação se joga nas coordenadas da evitação e a precipitação na fuga do desejo do Outro. Os tempos, na modalidade fóbica, podem oscilar entre a proximidade com a marmorização obsessiva e com a proximidade com o aturdimento histérico.

Os traços do sujeito perverso respondem ao tempo acelerado de sua direção aos buracos no outro, veiculado pela certeza próxima de sua identificação ao chicote do Outro. Então, como o que ordena ao perverso é o *partner*, é o que o introduz na cena do tempo.

Aquilo que faz limite ao masoquista, é o limite do gozo. E é o que marca o tempo. Gozo, interrupção, gozo, interrupção.

Se partimos de que o psicótico se refere pelo significante no real, a seqüência temporal não marca seu ser. Este fora do significante faz a questão de um tempo marcado pela convenção e respeito no qual, tem lugar o fazer rua, fora dos tempos do Outro.

Distingue-se o esquizofrênico pela fragmentação horária, o paranóico mais pela infinitude sobre o que organiza o delírio enquanto a melancolia vive no pântano eternizante e o maníaco, como diz Soler, pela série de instantes justapostos na desordem a-histórica¹⁶.

E sobre estes traços, como desenvolver a série das apresentações do sintoma autista? Como pensar os tempos do sujeito adicto, do anoréxico, do bulímico e outros, que na época de seu empuxo produz incessantemente?

O gozo toxicômano é o paradigma do autismo do gozo contemporâneo.

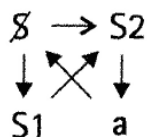
Quando os ideais sustentam um modo de gozo, o circuito deve passar pelo Outro social. Nosso modo de gozo atual se situa pelos mais-de-gozar, o que faz a sua precariedade porque já não está mais solidificado, não está mais garantido pela coletivização do modo de gozo.

Podará ser a psicanálise uma forma de operação que dê tempo ao sujeito?

¹⁶ Trabalho citado acima.

Os tempos e a época

Quando Lacan, nos anos setenta, escreve o discurso capitalista o escreve assim:



Com isso afirma que não se trata de que o capitalista aponte para a forclusão do sujeito, senão que o coloca como consumidor. As flechas apontam para um círculo fechado, onde ficam trocados os lugares que ocupam as letras. Trata-se de um sujeito mestre que manda na cadeia da linguagem para produzir o objeto, mas é igualmente verdadeiro que, ao mesmo tempo é um sujeito mandado, e este círculo descreve em nossa realidade o que aponta o consumo.

Em um de seus fragmentos póstumos, Walter Benjamin define o capitalismo como religião: “*O capitalismo é quiçá o único caso de um culto não expiatório, senão culpabilizante... Uma monstruosa consciência culpável que não conhece redenção se transforma em culto, não para retirar sua culpa, senão para torná-la universal ... e para capturar finalmente o próprio Deus na culpa... Deus não morreu, foi incorporado ao destino do homem*”.¹⁷

Em nosso território capitalista, a “liberdade” de horários obriga pequenos comerciantes a abrir nos dias “festivos” (a festa do capital se intensifica esses dias) se é que querem subsistir. Será precisamente no Natal, orgia do consumista capitalismo revestida com roupagens de celebração cristã, que o grande capital, fazendo que a mercadoria penetre na intimidade e produza o que George Luckacs denominou “coisificação da subjetividade”, leve ao extremo sua cerimônia culpabilizante.

Giorgio Agamben, tomando de Benjamin esse conceito, coloca que o capitalismo leva ao extremo uma tendência presente no cristianismo, que é absolutizar e generalizar a estrutura da separação que define a religião.¹⁸

¹⁷ BENJAMIN, Walter, *Capitalismo como religião*. In: Benjamin, W., *Gesammelte Schriften*, Suhrkampn Verlag, 1972-1973. 6 Bands, v. 6. Frankfurt, 1972-1985 páginas 100-103. (tradução castelhana do mencionado texto realizado por Luiz Meana e Aparecida no diário El País em 20 de setembro de 1990)

¹⁸ AGAMBEN, Giorgio. *Elogio de la profanación*. In: *Profanaciones*. Buenos Aires Adriana Hidalgo Editora, 2005.

Esta separação é o que precisa desunir o sagrado e o profano. O sagrado (*sacer, santus venerandus*) é aquilo que ficava na esfera dos deuses, fora as coisas da esfera do direito humano.

A partir daí define a religião como aquilo que subtrai coisas, lugares, animais ou pessoas do uso comum e os transfere a uma esfera separada.

Então a religião capitalista realiza a pura forma da separação sem que haja nada para separar. O objeto de consumo (até mesmo o humus) é subtraído para a esfera própria do produto a consumir.

Consta de uma velha bula do papa Juan XXII, “Ad conditorem canonum”¹⁹, a separação entre o uso e o objeto de consumo, sendo na época que o próprio ato do uso não existe antes de se exercê-lo e é algo que não se pode ter, que não se pode constituir numa propriedade. O uso, então, é inapropriável.

Daí, podemos deduzir que os consumidores na sociedade atual consomem objetos porque crêem exercer seu direito de propriedade sobre eles e, portanto, seu uso lhes resulta alheio

Esses objetos de consumo, Lacan, no Seminário XVII, os definiu como *latusas*²⁰, pondo em relação com a aletosfera, o lugar de produção da tecnologia científica.

As *latusas* representam o saber da ciência.

O saber trabalha na produção de *latusas*, de objetos mais de gozar. Podemos dizer que este saber trabalha sob o domínio do significante mestre?

As *latusas* é o nome dos objetos, que se lhes propõem, inclusive impõem em tempos da ciência. E *latusas* respondem a que a produção tem a ver com os tempos. *Latusas* é o nome que tomam hoje as causas do desejo.

Podemos dizer justamente que estas *latusas* são bens de consumo.

O sujeito do capitalismo tem um desejo de gozo, mas sob a forma de uma apropriação, porque o desejo de gozo tem muitas formas, o gozo sob a forma de apropriação dos bens, do dinheiro, da mais valia, dos gadgets, estes objetos calculados para sustentar nosso apetite.

Podemos, então, definir que estas *latusas* ocupam o lugar do silêncio, ali onde o sujeito pode fazer-se representar. Este lugar onde chovem os nomes das marcas que passam a representá-lo

19 Bula de 1322 quando o então Papa estava em conflito com a ordem dos franciscanos justamente acerca da propriedade. Enciclopedia católica. *Catholic Encyclopedia*. Sítio digital.

20 LACAN, J. *Seminário XVII: El anverso de la Psicanálise*. Buenos Aires: Paidós, 1992.

embora sob a condição de cobri-lo. E aí o sujeito se aliena ao objeto, o corpo de consumo, as marcas de consumo. Então o sujeito da época é Dolce & Gabbana, é Ford, é Sony e as *latusas* fazem dele um semblante brilhoso ante a sociedade do espetáculo.

Na Clínica

A precipitação generalizada opera na descrença em torno do valor do luto e seus tempos. O sujeito consumidor opera *latusas* no lugar das perdas e paga seguros para prevenir que haverá sempre algo no lugar do que falta.

Um paradigma é a posição do drogadicto . Por este caminho, a definição cobra outra dimensão: a droga é o ponto de referência que nomeia uma prática (a toxicomania), a partir da qual se cria um personagem: o toxicômano. O toxicômano não é um sujeito, senão um personagem que, por fazer com a droga, cria um eu sou, um “eu sou toxicômano”, que lhe permite escapar às impressões que impõem a função fálica. A partir da fórmula “eu sou toxicômano”, o fato de ser homem ou mulher não tem importância. Não há, na toxicomania o masculino e o feminino, só existem consumidores, o sonho do discurso capitalista.

O toxicômano é o personagem da modernidade que, com seu trabalho, quer provar que o inconsciente não existe.

Tanto o toxicômano como tantos outros chegam à consulta na precipitação do não há tempo.

O adicto consome drogas e, enquanto isto, como foi colocado acima, não as usa.

Assim, a APA norte-americana propõe incluir, entre as adições, o “empanturrar-se”* de compras, que é, ainda mais que o toxicômano, o paradigma da época e que atravessa a subjetividade na cultura.

Em outro lugar que as terapias da compensação, a psicanálise, sua clínica, se constitui, tomando a idéia agambeana**, em uma prática profana, uma prática que opera descompletando o sagrado do consumo, deixando ao sujeito a factibilidade de sua eleição, que se permita o uso ou o não uso.

Opera, o dispositivo, na direção dos tempos do sujeito.

É possível, então, determinar o dispositivo analítico operando como cavador de intervalo.

* N.T.A palavra utilizada pelo autor foi “atración”, na tradução literal: ato ou efeito de “atracar-se” com a comida ou bebida, escolhemos “empanturra-se”.

** N.T. Refere-se a idéia do filósofo Giorgio Agamben.

O traslapo²¹ alienante com que a religião capitalista obtura o intervalo, de que o lema “**compre já**” é bandeira.

Podemos, então, definir a clínica psicanalítica como um des-traslapador profano, que cava o intervalo, por baixo das *latusas* que esgotam o sujeito?

Podemos situar, junto a uma clínica do sujeito em intenção, dispositivos e operações em relação ao casal e à família que apontem para o fazer intervalo hospitalar?

Podemos fazer laço com ele? É preciso a psicanálise para dar tempo para o sujeito?

É importante introduzir mudanças no dispositivo? É necessário para que a psicanálise esteja à altura da época?

Tradução: Arlene Araújo Costa
Revisão : Arturo Santiago Blanco

21 Em Posição do Inconsciente Lacan coloca em relação à separação: “Passemos à segunda operação, em que se fecha a causação do sujeito, para por à prova nela a estrutura da borda em sua função de limite, mas também na torção que motive o traslape do inconsciente. “Esta operação chamaremos: separação”. Reconhecemos nela o que Freud chama *Ichspaltung* ou cisão do sujeito, e captaremos por que no texto onde Freud a introduz, fundamenta em uma cisão não do sujeito, senão do objeto (fálico concretamente).
N.T. Traslape — O dicionário da Real Academia Espanhola refere-se ao verbo *traslapar* — parte de uma coisa coberta por outra.

OS TEMPOS DO SUJEITO NO DISCURSO

Suzana Diaz

O sujeito em tempos de Freud

Embora o criador da psicanálise não empregue o termo sujeito, dedicou-se de forma meticulosa a distinguir uma instância inconsciente do eu, ou do *Ich* que não tem nada a ver com estar encarnado. Neste último caso, estaria mais bem dito: paciente, neurótico, doente, indivíduo, pessoa, palavras que aludissem a um sujeito encarnado que visitava o consultório do fundador da psicanálise.

Porém, a subversão já estava em marcha, antes de nomear o sujeito. O esmerado cuidado com ele, que vemos tomar forma, através da leitura dos textos, a diferença de um eu ideal a um eu especular, e sua diferença com o Ideal do eu falam de uma preocupação com a forma subjetiva que se forja na identificação.

É com a cisão do eu, a *Ich spaltung*, que, enfim, o professor* consegue dar conta da divisão subjetiva²². É aí quando realmente vemos emergir o sujeito barrado, dividido entre enunciado e enunciação. É assim que o sujeito dos tempos de Freud é falado por seu inconsciente, nos sonhos, na psicopatologia da vida cotidiana e na outra também, a dos sintomas. Nisto consiste o padecer do sujeito, na intromissão, na entrada de surpresa de um enunciado inconsciente que o deixa em suspenso, ou desautorizado, ou feito uma confusão. Dizemos, então, que o diabo mete o rabo, e com isto falamos de um sujeito suposto do inconsciente. Freud conseguiu impor, no pensamento de seu tempo e no nosso, a hipótese de um sentido subjetivo dos atos inexplicáveis e contraditórios que se sucedem na vida cotidiana.

Esse sujeito, como se fosse pouco, mantém relações perturbadas com a sexualidade, a ponto de que sua resposta (subjetiva) à irrupção do gozo do corpo aparece sempre fora de hora, sempre de forma inoportuna.

Mas não é só esse encontro do sujeito com o sexo o que estaria comprometido irreparavelmente com o tempo, a marca

* N.T. Na Argentina Maestro é aquele que ensina.

22 FREUD, Sigmund. "Cisão do eu no processo de defesa". In: _____. *Obras completas III*, Madrid: Biblioteca Nueva, 1968, v. 3.

deste acontecimento adquiriria, a partir deste momento, um poder de inscrição indelével. O trauma, escrito no aparelho psíquico, poderia ser ressignificado posteriormente. O inconsciente é atemporal, no entanto suas pegadas não são atenuadas pelo esquecimento.

No *Bloco Mágico*, seu negativo atesta a marca de suas letras.

Em que outro caso seria possível que um acontecimento a que o sujeito assiste em sua tenra infância, seja elaborado posteriormente em seus sonhos e em sua análise?

Mas além de o passado possa ser revisitado, possa ser reelaborado na evocação, além do trabalho da *Durcharbeiten*, há outra relação com o tempo, que é fundamental na hora de pensar a cura. Refiro-me à repetição.

Trauma ou reedição fantasiosa, o episódio tem sede de ser reeditado, busca então elementos de certo modo parecidos, confunde as situações até encontrar a forma de pôr a mesma cena sob os refletores. É claro que o sujeito não é quem busca a repetição, pelo contrário, mais que agente, é escravo, e a padece, às vezes, inclusive em seu motivo para iniciar uma psicanálise. É a própria cena que volta com força constante a se reviver. Dialética entre o ser de gozo e o sujeito que requer de uma resolução que não é passagem. Para isso faz falta o tempo de uma análise. É assim que “o ser que solicita do inconsciente para retornar, cada vez que o necessita-se, se necessitasse o tempo”.

E nos tempos de Lacan

Ausente dos textos freudianos mas presente em suas formalizações, o sujeito vai ser protagonista na obra de Jacques Lacan. O fato responde a sua formalização filosófica e a sua época.

Em seu escrito princeps *Subversão do sujeito*, em 1960 Lacan reconhece a pertinência filosófica do sujeito. E o extrai de Hegel, diz, da *Fenomenologia do espírito*. Ali obtém a ferramenta para situar o sujeito: *numa relação ao saber*²³. Parte deste sujeito que saberia, que poderia saber-se a si mesmo para efetuar a subversão que o título anuncia. Opõe, então, o sujeito clássico a um sujeito em fading deduzível da obra freudiana. O texto é uma crítica demolidora ao sujeito da psicologia, ou a toda suposta ciência que se rege por um critério da unidade do sujeito.

23 LACAN, Jacques. Subversión del sujeto y dialéctica del deseo no inconsciente freudiano. In: Escritos. México: Ed. Siglo veintiuno, 1978.

Coloca o sujeito como o escravo-mensageiro do uso antigo, “[...] o sujeito que leva sob sua cabeleira seu códice que o condena à morte não sabe nem seu sentido nem seu texto, nem em que língua está escrito, nem sequer que o tenha tatuado em seu couro cabeludo raspado enquanto dormia”.

O sujeito é um resultado, é causado segundo a dupla operação de alienação no Outro e de separação. Esta origem do sujeito deixa um resto, o objeto que organiza a repetição. Repetição de um encontro sempre falido por impossível entre o sujeito e o objeto fundamento do desejo.

O sujeito dito entre significantes, suposto sujeito dividido por um saber que não conhece. O trajeto de uma análise, se é cumprido, tem como horizonte sua destituição, destituição subjetiva. É ali que se trata de “verificar se se conseguiu fazer advir o desejo de analista”.²⁴

O sujeito de nosso tempo

Então, até aqui o sujeito da psicanálise, instituído, suposto, destituído, barrado... sujeito do discurso enquanto assujeitado ao modo histérico, ao do mestre antigo, o universitário, e, no melhor dos casos, ao do analista. Entre eles, é o discurso histérico que abriu a porta de entrada ao do analista.

Mas temos mudado de paradigma, a histeria se aloja com maior frequência em um canto antidiscursivo. O humano toma cada vez menos a palavra em nossos dias, aturdido como esta pelos ruídos que emite o grande Outro comunicacional e técnico. O grande irmão dos meios difunde dados que o espectador não chega a decodificar. Velocidade e informação são os eixos do ruído que acompanha a vida cotidiana do homem e a mulher de nossos dias.

O conjunto de ditos dos comunicadores de nosso tempo “sujeita” os humanos de hoje, faz-lhes ver e falar do que há que ver e falar. Coloniza o inconsciente, rejeita o sujeito, de forma que os espectadores vivem atordoados de informações, condenados a um ruído que não chegam a processar. O tempo do sujeito hoje é rapidez, é velocidade, como o tem assinalado Paul Virilio. E esta velocidade é a que impede a imaginação e a tomada da palavra.²⁵

24 LACAN, Jacques. Proposición del 9 de octubre de 1967. In: *Ornicar I*. Barcelona: Ed. Petrel, 1981.

25 VIRILIO, Paul: Velocidad y e política. In: _____. *La marca*. Buenos Aires, 2006.

Feinman o diz deste modo no *Jornal Página 12*: “... não é possível ter um movimento interno de imaginação e pensamento. Nós passamos porque são mais velozes. Daí a rapidez dos espertos da televisão. Todos têm língua fácil, veloz. São sem-vergonha, artlianos*, que conhecem todas... Não são a inteligência e o talento o que se requer é a audácia”²⁶. E aí fica o cidadão, o falante que ficou sem voz e fica reduzido a um objeto esponja que assimila mais e mais ruído e algo de consolo nos objetos de consumo.

Por outro lado, a característica do mercado de trabalho em tempos do império mostra uma hiper-seleção do trabalhador especializado, que, em caso de grande fortuna, obtém um trabalho que, se bem lhe outorga um lugar num Outro social do consumo, o inquieta com o temor de ficar fora, como é o caso de muitos outros. Isto o conduz à alienação e à entrega no trabalho como um sacrifício que se paga para obter uns, sempre poucos, dias de ócio.

Que oferece, então, a psicanálise ao sujeito aturdido de nosso tempo? Que pode nossa prática contra a velocidade, o ruído e a solidão do sujeito moderno? A psicanálise é uma verdadeira alternativa para este sujeito, para que recupere seu dizer, para fazer de seu sintoma pergunta até desnudar a causa de desejo chegado o caso. A velocidade opõe o tratamento ao ritmo do sujeito, à *fast therapy*, à *slow*. Ao ruído, contrapõe a palavra em sua escansão. E à solidão do sujeito lhe propõe a companhia de uma escuta única e uma resposta particular. Por último, e é aí onde a psicanálise revela sua faceta anticapitalista, claramente deixa o ganho ao analisante.

Resta a pergunta: se os psicanalistas de hoje podem subtrair-se ao ruído e à velocidade dos mídias colonizadores de inconscientes e à solidão sem risco do conforto de seus consultórios de portas fechadas. Ou o que é talvez pior, à entrega alienada e com espírito de sacrifício, à grande instituição-grupo psicanalítica formadora de opinião. Ante a esta opção que apresenta o mercado de nosso tempo vale a pena trocar os termos e renovar a aposta do campo lacaniano de que um novo laço é possível, a Escola pode reunir sujeitos que produzam saber, mais além dos efeitos de grupo.

Tradução: Arlene Araújo Costa
Revisão: Arturo Santiago Blanco

* N.T. Referido a típicos personagens de Roberto Arlt — escritor argentino.

²⁶ FEINMAN, José Pablo. La filosofía y el barro de la historia. *Página 12*. Domingo, 3 junio 2007.

TEMPO DO INCONSCIENTE E DISCURSOS DA ÉPOCA: PROGRESSÃO, REGRESSÃO, DESTITUIÇÃO

Mario Uribe Rivera

A diferença do tempo psicológico concebido como simples duração do fluxo da consciência, a psicanálise constata que o inconsciente se exterioriza como corte, escansão ou descontinuidade. Com isto introduz uma experiência inédita da temporalidade não homogênea com aquela tradicional noção de um tempo objetivo e mensurável legado pela física clássica. Trata-se de um tempo outro cuja aleatória pulsação transgride além da clássica tripartição gramatical, a saber, passado, presente, futuro. E toda vez que implica algo da ordem da memória histórica de um sujeito, mostra-se particularmente resistente à eternização do presente e à destituição generalizada das formas históricas do Outro que observamos como tendência existencial dominante em nossas sociedades capitalistas, globalizadas e neoliberais. Responder em profundidade à pergunta sobre as razões de tais diferenças implica, em última instância referir-se ao comportamento antinômico das categorias do tempo, do espaço e do movimento, no marco da coerência interna do discurso analítico sobre os discursos da psicologia e do capitalismo. Estando bem entendido que o tempo psicológico é solidário a lógica progressiva e que o discurso capitalista empurra o sujeito a curto-circuitar a descontinuidade inerente ao tempo, proponho simplesmente, que, o germe desta resposta se encontra no binário progressão-regressão, identificável desde os primeiros escritos freudianos.

Com a *nachtraglich*, Freud inaugura não só uma diferença qualitativa entre o tempo cronológico do mundo físico e o tempo lógico que regula as relações do sujeito com o inconsciente, mas também uma nova ordem de razões na lógica da causalidade. Com efeito, a tese da sobredeterminação das formações do inconsciente subverte a lógica de uma temporalidade inspirada na silogística aristotélica – em que se permitia a implicação de C a partir da anterioridade das premissas A e B –, em benefício de uma causalidade solidária de um movimento *reversivo* e retroativo do sujeito envolvido. Esta teoria rompe com o classicismo, que identifica sistematicamente a causa com o pretérito, ao dar conta da forma particular com que o presente atua sobre o pas-

sado. Segundo ela, a história do sujeito é feita de movimentos de retroação mediante os quais eventos passados tomam sentido e efeito a partir de eventos presentes.

Desde seus primeiros esquemas de funcionamento do aparelho psíquico, Freud se dá conta de dois movimentos opostos: progressão e regressão. A diferença dos fenômenos conscientes ou das experiências diurnas, os quais se subordinam a um movimento cujo gradiente progressivo vai do pólo perceptivo ao pólo motor, os fenômenos inconscientes – particularmente o sonho – implicam um gradiente regressivo que se estende em sentido inverso, permitindo que *“as idéias se transformem em imagens”*. Porém este movimento regressivo não é privativo dos fenômenos oníricos, podendo também se apresentar nas alucinações histéricas, na paranóia e inclusive, com certas reservas, nos estados de reflexão consciente. Em estrito rigor, Freud dá conta de uma tripla regressão na lógica do inconsciente: tópica, temporal e formal. A regressão tópica implica o movimento aludido do pólo motor ao pólo perceptivo ou sensitivo. A regressão tópica ajuda o retorno a formações psíquicas anteriores. A regressão formal é a substituição de modos de expressão e representação habitual por outros primitivos. Na discussão sobre o caso do Homem dos Lobos, salienta além disso as premissas do funcionamento do inconsciente e ainda entrega as condições de possibilidade da *nâchtraglich* o do tempo reversivo do sujeito do inconsciente. A primeira condição é a disposição natural do sujeito de acolher precocemente, na vida infantil, as percepções e a conserva-las no inconsciente. A segunda remete à possibilidade de *“uma elaboração a posteriori das impressões recebidas”*. A terceira se refere à possibilidade da técnica analítica, no sentido de *“fazer consciente de um modo coerente e convincente, os detalhes de uma cena vivida e compreendida em semelhantes circunstâncias”*.

Lacan aprofunda essa tendência definindo não uma causalidade física ou material senão uma psíquica ou lógica, e faz repouso a causa tanto no objeto como na cadeia significante. Na perspectiva do significante, a causa como instância do inconsciente atualizada no discurso implica um movimento retroativo do significante segundo o qual a precipitação dos efeitos de sentido nas frases exige que não somente seja pronunciada a última palavra. Não tem causa sem esta palavra final que fecha o ciclo. E a condição da historicidade do sujeito é a linguagem e a combinatória da cadeia significante. O sintoma enquanto forma de incidência do trauma na subjetividade é outro exemplo deste efeito causal

retroativo. Por sua vez, a perspectiva do objeto como causa e sua incidência na temporalidade psíquica se refletem no mecanismo de repetição enquanto expressão do encontro, sempre falho ou impossível, entre o sujeito e o objeto. Este mecanismo inevitável implica a função da perda enquanto condição lógica deste efeito metonímico essencial chamado desejo, efeito por demais indestrutível segundo o ensino freudiano.

Então, Lacan não só coloca um complemento formal à *nâchtraglich* de Freud, a partir de suas elaborações sobre as leis do significante e da lógica do objeto “a”, mas também uma topologia diferente e um efeito analítico singular da dinâmica frustração-agressividade-regressão, a saber a destituição subjetiva. A topologia aludida implica desmitificar a noção de um inconsciente freudiano concebido como um espaço interno para privilegiar a idéia de uma estrutura que se fecha onde o espaço se reduz a uma combinatória representada por uma *borda*. Este espaço do entre dois e particularmente a instância evanescente do sujeito do inconsciente – *fading* – remetem à banda de Moebius, figura que permite facilmente colocá-los em evidência. Enfim, a destituição subjetiva é um efeito analítico salutar que implica uma radical separação entre o sujeito e os significantes do Outro, efeito que tem algumas atualizações extra-analíticas, identificadas pelo próprio Lacan, sendo a atitude do protagonista do Guerreiro Aplicado, de Jean Pauhlan, uma das mais conhecidas.

Os mecanismos de globalização contemporâneos, a primazia do discurso capitalista e, particularmente, a decadência progressiva das sucessivas figuras históricas do Outro – particularmente a mais recente representada pelo proletariado – enquanto referente simbólico ou discursivo de legitimação têm implicado o surgimento de um novo sujeito essencialmente definido pela autonomia, a saber, cego às tradicionais relações fundadoras de submissão simbólica e, portanto, às possibilidades de regulação externa de seus atos. Então paralelamente à emergência de um sem-número de indubitáveis benefícios inerentes pelo desenvolvimento tecnológico, esta mutação também é responsável do surgimento de um novo mal-estar na cultura. Um dos efeitos subjetivos para se administrar é o sentimento de onipotência que resulta da erosão do limite da morte, conseqüente a promessa de imortalidade que a ciência vetoriza. Esta nova condição de precariedade simbólica implica que o sujeito seja engolido por um presente alienante em que tudo se joga, gerando, de passa-

gem, o espaço para irrupção, sem contrapeso, de toda espécie de feridas narcisistas que remetem ao discurso binário maniqueísta dominante. Este verdadeiro empuxo para a destituição subjetiva como modelo extra-analítico de época deve preocupar a psicanálise, toda vez que remete à promessa de um efeito subjetivo similar pela simples inércia social e, portanto, transmite a idéia de se prescindir a disciplina, ou ao menos de uma destituição sem passar pelo doloroso caminho da regressão. Convém, não obstante, se perguntar pela salubridade deste empuxo contemporâneo para a destituição.

Tradução: Arlene Araújo Costa
Revisão: Arturo Santiago Blanco

Bibliografia

FREUD, Sigmund. La interpretación de los sueños. España: Editorial Biblioteca Nueva, 1996.

FREUD, Sigmund. Um caso de neurosis Infantil: el hombre de los lobos. España: Editorial Biblioteca Nueva, 1996.

LACAN, Jacques. Position de l'Inconscient. In: _____. Ecrits. Paris: Éditions du Seuil, 1966.

A TEMPORALIDADE DA TRANSFERÊNCIA

Silvia Migdalek

Quanto mais te aproximas do final, mais te fica por dizer.

O final é só imaginário, um destino que se inventa para seguir adiante. Pois chega um ponto em que te das conta que não chegarás nunca. Pode ser também que tenhas que te deter, mas só porque terminou o tempo que tinhas a tua disposição.

Tu te deténs, mas isto não significa que tenhas chegado ao final.

P. AUSTER [O país das últimas coisas]

Considerações gerais

O sujeito do inconsciente: é o que advém, ou melhor, o que podemos esperar no interior do dispositivo analítico. Isto se produz em fundamental um entre dois, no que temos que sublinhar a ênfase deste “entre”, já que nos distancia de uma idéia ou forma semelhante a uma díade ou relação dual, e nos permite, de início, dar lugar a nossa premissa: que é a incidência do Outro na constituição do sujeito, ou seja ao lugar do Outro enquanto este entendido como Outro da linguagem.

Com relação a isso, transcrevemos uma citação de Lacan, do Seminário 11: “[...] esse é o lugar onde se ventila a questão do sujeito do inconsciente, imenso escalonamento, espectro espacial, situado como se diz entre couro e carne, como um intervalo no qual está o lugar do Outro, onde se constitui o sujeito”.

Como veremos, o intervalo, pelo qual se “presentifica” o inconsciente como corte, se nos mostra alguma forma do tempo, é a “forma” de um tempo fora do tempo concebido como tempo linear. No intervalo se delineia uma forma do tempo na psicanálise.

Lacan lê Freud, e no primeiro modelo de psiquismo, que se conhece como a primeira tópica freudiana, nos sugere justamente apreciar o modo particular com que nesta “se mostra” uma cisão do psíquico, este “outro cenário”, esta “Outra cena”, como a hiância que Lacan sugere ver aí, distanciando-nos assim, de alguma representação ontológica do Inconsciente; mais além do

valor que se lhe possa determinar ao que mais tardiamente se denominou segunda tópica, e que mostra outras linhas de cisão do psíquico.

O capítulo VII da “Interpretação dos sonhos”, como construção da primeira tópica do psiquismo, ou do aparelho psíquico, como Freud gostava de denominá-lo, está sustentado no conceito da “regressão”, sendo este o caráter psicológico mais peculiar do processo onírico, embora ela já tivesse sido constatada em termos da eficácia das lembranças inconscientes reprimidas nos primeiros trabalhos sobre a etiologia da neurose histérica; no sentido de que qualquer processo de rememoração, implica uma “marcha à ré”.

Essa lógica está destinada a ser utilizada como um modelo, mais precisamente como uma conjectura, nos diz Freud, a que, com todo o direito, temos que dar livre curso.

“Para isso não é necessário supor um ordenamento realmente espacial dos sistemas psíquicos assim definidos. Basta que se tenha estabelecido uma seqüência fixa entre estes, melhor dizendo, que na raiz de certos processos psíquicos, os sistemas sejam percorridos pela excitação dentro de uma determinada serie temporal”, e deixa assim mesmo aberta a seguinte possibilidade: “*a de que a série possa experimentar uma alteração no caso de outros processos*”.²⁷

Poderíamos antecipar aqui uma pergunta: que coisa ou que processos podem alterar a temporalidade de uma série? Será este, o lugar reservado para algum efeito de transferência, pensado este mais além da repetição?

Se um trabalho, como o é o do sonho, serve a Freud como porta de entrada para a delimitação da experiência do inconsciente, não deveríamos descuidar do que há nisto da referencia a um trabalho.

É a força pulsional dos desejos inconscientes, que coloca a energia necessária para que esse trabalho se realize, e, mais precisamente é seu caráter de Imortais e Indestrutíveis, o que nos introduz em uma estranha dimensão temporal, já que como desejo tem uma determinação que provém do futuro, no que se põe como testemunha do que haverá de ser, só pelo fato de tê-lo dito. “Na medida em que o sonho nos apresenta um desejo como cumprido, nos transporta indubitavelmente ao futuro, mas este

27 FREUD, S. La psicología de los procesos oníricos. In: _____. La interpretación de los sueños. Buenos Aires: Ed. Amorrortu. Cap. 7, p. 530.

futuro, que ao sonhador lhe parece presente, é criado à imagem e semelhança daquele passado pelo desejo indestrutível”²⁸.

Poder-se-ia pensar que a qualidade de atemporalidade que Freud atribui ao sistema inconsciente, no sentido de que os processos que ali acontecem não são modificados pelo transcurso do tempo, provém deste carácter atribuído ao desejo inconsciente.

Sobre “o *nachtraglich* recordemos que fomos os primeiros que extraímos do texto de Freud, o *nachtraglich* ou *après-coup* (feito a *posteriori*), segundo o qual o trauma se implica no sintoma, mostra uma estrutura temporal de uma ordem mais elevada”²⁹.

Se Freud sustenta que o estudo do sonho é a “via régia” de acesso ao conhecimento do inconsciente, é porque, entre outras coisas do sonho, se extrai a ilustração de algum “trabalho” que se “produziu” sobre a “matéria psíquica”.

E adverte:

*“Por que se empenham em confundir o material com o trabalho que o informa? Que vantagem teriam os que só conheceram o produto do trabalho e não puderam explicar de onde provém e como está feito? A única coisa essencial no sonho é o trabalho que operou sobre o material de pensamentos”*³⁰.

Rapidamente então concluímos que o conceito de inconsciente, surge inicialmente associado à idéia de trabalho. Detenhamo-nos um pouco na idéia de trabalho.

Não podemos pensar algo da ordem de um “trabalho” que não implique ou ponha em jogo de algum modo a dimensão do temporal.

Com efeito, Freud faz uso do termo trabalho – em alemão *Arbeit* – muito precocemente. Em “A interpretação dos sonhos” (1900) dedica um capítulo – o VI – ao que denomina *Die Traumarbeit*: o trabalho do sonho.

No capítulo seguinte, o VII, “Sobre a psicologia dos processos oníricos” abundará na utilização deste campo semântico:

*Para dizê-lo com semelhança: é muito possível que um pensamento onírico desempenhe para o sonho o papel de empresário; mas o empresário que, como às vezes se diz, tem a idéia e o empuxo para colocá-lo em prática, nada pode fazer sem capital; necessita de um capitalista que lhe custeie o gasto [...]”*³¹.

28 Id., *ibid.*, p. 608.

29 LACAN, J. Posición del inconsciente. In: _____, *Escritos*. México: Ed. Siglo XXI, 1975. P. 375.

30 FREUD, S. El cumplimiento de deseo. In: _____, *Conferencias de introducción al Psicoanálisis*. Buenos Aires: Ed Amorrortu. V.15, n.14, p. 204.

31 Id., *ibid.*, p. 553.

Concretamente, Freud concebe o trabalho do sonho como um trabalho capitalista, com uma divisão estabelecida entre capital e mão-de-obra: o desejo inconsciente e os restos diurnos, respectivamente. É uma analogia que lhe resulta útil para dar conta do fenômeno essencial que demonstram os sonhos, a saber, a existência do Inconsciente, a cisão radical do sujeito humano.

Posteriormente, Freud voltará a recorrer ao termo *Arbeit*, se bem que em contextos diferentes. O mais importante deles é o que desenvolve no artigo de 1914, “Recordar; Repetir e Elaborar”. O que foi traduzido para o castelhano como “elaboração”, “reelaboração”, “perlaboração”, etc. É o termo alemão *Durcharbeitung*, que conota um movimento, literalmente se poderia traduzir como “trabalhar através de”. Neste texto, trata-se de permitir ao analisante o domínio da resistência mediante este processo de “elaboração”, e é o que possui sobre o paciente a maior ação modificadora, como assim mesmo a que diferencia o tratamento analítico de toda influência por sugestão.

Por ultimo, cabe mencionar a *Trauerarbeit*, o “trabalho do luto”, que, em o “Luto e Melancolia” define a função de certo estado psíquico. O luto tem como função desfazer a libido do objeto perdido, e realiza este trabalho mediante a ligação das cargas a outros objetos. O luto, então, também é tempo e trabalho.

A transferência, uma forma do tempo

A transferência, entre outras coisas, é tempo, logo falaremos sobre isto.

Só adiantaremos que é um tempo que tem um ponto de finitude. Em Lacan, embora reconhecendo os diferentes momentos de seu ensino, a idéia do tempo é uma das coordenadas que intervém na constituição do sujeito.

Encontramos três lugares privilegiados em suas idéias acerca do tema do tempo:

- “O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada”: um novo sofisma, 1945;
- “Função e Campo da fala e da linguagem”, 1953;
- “Posição do inconsciente”, 1963.

Em “Função e Campo da Fala”, há um parágrafo particular que aborda um passado que está em vias de chegar:

[...] “o que se realiza em minha história não é o pretérito definido do que foi, posto que já não é, nem sequer o perfeito do que

foi no que eu sou, senão o futuro anterior do que eu terei sido para o que estou chegando a ser".³²

Teremos então, até aqui, o retorno a Freud iniciado por Lacan, que coloca no centro os efeitos da linguagem na palavra e a relação que esta última tem com a verdade, verdade produzida como efeito do inconsciente. Trata-se de uma verdade que não se alcança senão pela mediação do Outro e, especialmente, pela mediação do analista.

O *point de capiton* alcançado pela via da análise, só pensado em termos de alienação, conduz a um ponto de interminabilidade da análise, sendo necessária a operação de separação, já que, como tempo de espera aberto, a experiência da análise carrega uma promessa de separação. Voltaremos a isto na última parte do trabalho a propósito da relação entre *fading* e separação.

Em "Posição do Inconsciente", encontramos algumas precisões que nos parecem fundamentais para nosso tema.

Lacan afirma ali que a transferência é uma operação essencialmente ligada ao tempo e seu manejo. É uma afirmação que surge no texto logo quando apresenta a segunda operação de constituição do sujeito em termos de separação. Se é certo, como ele mesmo diz, que a maneira de tratar os pacientes está governada pelo conceito que se tenha sobre a transferência, mesmo quando se o ignore, o tempo da análise é uma promessa de separação.

Melhor dizendo, o final está necessariamente antecipado no começo, só que ao modo de alguma retroação, para a qual inevitavelmente é mister contar com algum tempo.

Como dizíamos antes, nessa época do ensino de Lacan já não se trata de esperar só o advento do sujeito, enquanto sua realização pela via da palavra ou a assunção da palavra plena. Na alienação, trata-se do sujeito dividido pela linguagem como causa, e, na separação, do que se trata é de sua própria perda como objeto do desejo do outro.

A separação, como a segunda operação de causação do sujeito, remete a uma dimensão diferente do que se pode esperar de "uma" experiência analítica. Vejamos do que se trata.

Lacan enfatiza a importância da operação da separação, seu desenho fundamental se volta para encontrar na técnica analítica, "*pois a escansão do discurso do paciente, enquanto o analista intervém nele é aquele à qual se verá acomodar a pulsação da borda por onde deve surgir o ser que reside mais perto*".³³

32 LACAN, J. *Escritos I*. México: Ed. Siglo XXI, 1971, p. 117.

33 LACAN, J. Posición del inconsciente. In: _____. *Escritos II*, op. cit., p. 380.

Vemos assim o surgimento, agora, do ser, que reside mais perto, mas de quê? Como afirmávamos antes, quem sabe se poderia responder: do sujeito da alienação. Mas, por outro lado, no “deve surgir” se deixa escutar um imperativo ético.

A espera do ser se situa em si mesma no nível do que Lacan chamou a operação de separação. A separação em jogo não está relacionada ao Outro senhor da verdade senão ao Outro como Outro do desejo.

Na separação, o sujeito deve resolver algo concernente ao problema de seu ser, algo que Lacan chama a opacidade do ser. Localizemos duas citações de “Posição do Inconsciente”, para sustentar o percurso que estamos tentando fazer:

“Sem dúvida, o “pudera perder-me” é seu recurso contra a opacidade do que encontra no lugar do Outro como desejo, mas é para remeter o sujeito à opacidade do ser que lhe voltou a seu advento de sujeito, tal como primeiramente se produziu pela intimação do outro”.

“A espera do advento desse ser em sua relação com o desejo do analista, no que tem de inadvertido, pelo menos até a data, por sua própria posição, tal é a mola verdadeira e última do que constitui a transferência.

*Por isso a transferência é uma relação essencial ligada ao tempo e seu manejo”.*³⁴

Que vemos aparecer aqui, então, em relação ao advento do ser? O “desejo do analista”, melhor dizendo, a separação em questão não é qualquer separação, é aquela que só é esperável como produto de um percurso de análise e, portanto, em relação a “uma” transferência.

Vemos assim que, se a transferência é uma relação ligada ao tempo e sua manobra, pode inferir-se que o manejo do tempo é pelo menos uma condição fundamental.

Há um tempo que se abre como tempo de espera, e, por isso mesmo, como dizíamos no começo, está totalmente determinado por seu termo final. Em toda espera, o termo final é o que estrutura o tempo.

O tempo de espera se acha estruturado como o desejo: o próprio desejo implica uma falta: falta do que se espera.

Em relação a uma análise, não é a mesma coisa pensar que a análise termina em algum momento, que pensar que a espera da transferência tem um ponto de finitude, como diz Lacan em sua proposição.

³⁴ Id., loc. Cit.

Voltemos ao tema a que nos referíamos há pouco, de que o que se pode esperar é o advento do ser, e não só o advento do sujeito.

Há um problema do ser, por ser falante, que é duplo. Por um lado, à medida que o vivente se torna sujeito, há uma perda de ser, é o efeito de negativização da linguagem, todos experimentamos, pelo próprio fato de falar essa falta, falta de ser, mas em “Posição do Inconsciente”, Lacan utiliza a expressão que localizamos há pouco: “opacidade do ser”. A parte do ser que é sua e opaca, desconhecida, fora de saber, pergunta: isto, na clínica, como se traduziria?

Detenhamo-nos um pouco sobre esta questão da opacidade. Ela conduz a várias linhas que em si mesmas poderiam ser vias de trabalho.

Poderia pensar-se o opaco em certa oposição ao especular. Portanto esta opacidade remeteria a certo resto não assimilável à imagem especular. Vamos desbravando a que se poderia referir esta resposta do ser em sua opacidade: não é o “je” e nem tampouco o “moi”, o primeiro desbravamento.

Em uma linha mais freudiana, poderíamos conectá-lo com aquele do complexo do semelhante, que Lacan recorda no Seminário 7, aquilo do semelhante que não admite nenhuma predicação; a decomposição do complexo do semelhante como a primeira orientação do ser vivente no mundo, faz-se no interior desta experiência com o Outro pré-histórico inesquecível: *Das Ding*, núcleo do não reconhecido no interior mesmo do ser, resto da identificação. *Resto* também, pensando-o já em outra perspectiva, a que se esclarece na última clínica freudiana: no “Problema Econômico do Masoquismo”, nem toda pulsão de morte se transpõe ao exterior, se expulsa, “*uma vez que a parte principal da pulsão de morte foi transportada até fora, em direção aos objetos; no interior permanece, como seu resíduo, o genuíno masoquismo erógeno*”³⁵.

Se o sadismo primário permitia pensar na constituição do corpo e do eu, Freud, na torção que supõe o masoquismo primário, assinala um elemento que escapa a esta constituição que permanece fora do corpo. O masoquismo primário assinala, então, uma cisão que tem outras linhas de clivagem, e neste caso poderíamos pensar em uma cisão do corpo. Isto permanece no interior, constituindo um “fora do corpo” no qual se refugia a satisfação

35 FREUD, S. El problema económico del masoquismo. In _____. op. cit., v. 19, p. 170.

pulsional. É nesta exterioridade ao corpo especular, nesta parte separada do corpo, que em Freud podemos localizar a disfunção corpo gozo.

Não percamos de vista o fio condutor, estamos tratando de dar algumas voltas ao que Lacan formula como pergunta em “Posição do Inconsciente”: qual é este ser que responde? E como?

Isso nos interessa, particularmente no ponto de que se trata de algo que, como indicávamos no começo, concerne a um acontecimento ou a uma emergência, na transferência. A resposta a esta pergunta, seguindo a lógica do texto que estamos propondo à leitura para o tema que nos interessa, leva Lacan a recorrer ao conceito de libido, mas libido como órgão, “a pequena lâmina”, que representa esta parte do vivente que se perde ao se produzir este pelas vias do sexo, via na qual, como disse Freud, na metáfora homóloga do soma e do germe, este último, em si mesmo imortal, e acerca do qual o soma, por uma primazia de prazer e obedecendo unicamente a este ganho, é intimado a ser seu hóspede, fazendo-se assim testa-de-ferro deste fator letal que conecta o ser sexuado com a morte.

Então, a resposta do ser é a de um ser que goza, e remete ao que Freud chamou o silêncio das pulsões. É uma resposta em ato, que remete à transferência como posta em ato da realidade sexual do inconsciente em ato, e silenciosa ao mesmo tempo.

Em ato, indica uma temporalidade que a transferência emoldura, dá lugar, como advindo de um tempo que não cessa, sempre atual, Lacan utiliza a expressão temporalidade do instante, instante da fantasia, para dar conta deste acontecimento; a fantasia, então, seria uma resposta, este é um dos refúgios do gozo pulsional.

Insistamos com o fato de que a resposta se faz presente se foi feito algo para isso na análise, é mister que o analista tenha operado com a abstinência, um dos nomes freudianos do desejo do analista, operar com a abstinência no sentido de se haver absterido de responder enquanto Outro que predica o sujeito, permitindo, deste modo, que a resposta do ser se faça presente. O ser só responde, emerge, se desde o lugar do analista, se preserva o X do desejo, e o ser responde se, do lado do Outro, aparece o X, enigma aberto do desejo do Outro.

A análise faz responder o próprio ser do sujeito na condição de que o desejo do Outro permaneça como vazio, isto permite uma distância com a psicanálise como mera prática sugestiva, que, sabemos, é parte de que está feito o amor enquanto crença no Outro.

Na transferência, existe algo que se temporaliza pela repetição, não ao modo das sombras, senão que a transferência atualiza encontros nos quais se manifesta a presença do desejo, não como reprodução do passado, mas como recomposições dos encontros que interpretam o real.

O fantasma é um modo de resposta ao desejo do Outro, melhor dizendo, à castração, velando o vazio do Outro em posição de “ser” este objeto que o preenche.

A transferência, já o dissemos, adquire valor de separação, separação do objeto que o sujeito é no ponto do desaparecimento. Como analistas, estamos chamados a encarnar o lugar desse objeto do qual o analisante se separa.

Esta é quicá uma das vertentes pelas quais nossa prática não é inofensiva, ou, como diz Freud, “convoca fragmentos de vida real”. A separação se produz em relação não do Outro como linguagem, senão do Outro enquanto Outro do desejo; a separação se produz entre o Outro do desejo e o sujeito do inconsciente determinado pela linguagem.

Esta separação é de uma posição gozo, responde, então, não ao sujeito que fala senão, poderíamos dizer, ao ser que goza.

É uma resposta em ato, à qual como dizíamos há pouco, Lacan chama o instante do fantasma.

Aqui, podemos então reencontrar a conhecida afirmação da transferência como o colocar em ato da realidade sexual do inconsciente.

...”Acontece com particular freqüência que se “recorde” algo que nunca pôde ser “esquecido”...”³⁶

Em “Mais Além do Principio do Prazer”, Freud anuncia o que haverá de culminar com a conceitualização da repetição como topo da lembrança, e como manifestação, ao mesmo tempo, da pulsão de morte, que, como certeza indeterminada do sujeito, a aninha em nosso ser como desejo.

Na transferência, o sujeito repete porque não pode recordar, e reciprocamente, a repetição é a única maneira de recordar. Eis aqui o declive por onde poderia deslizar-se a homologação de transferência e repetição, homologação sobre a qual Lacan nos adverte, que é o encobrimento daquilo que na repetição, como *automaton*, há que se distinguir do que é sua causa, *tyché*, como encontro sempre falho. Neste sentido, podemos dizer que *tyché* e *automaton*, são formas da temporalidade na transferência.

³⁶ FREUD, S. Recordar, repetir e elaborar. In: _____. Op. cit. v. XII, p. 150.

As repetições na análise vão traçando sulcos, ou, no dizer freudiano, vias facilitadas de uma vez e para sempre, traçado de sulcos, que vão recortando duas dimensões essenciais, no mais além da transferência como repetição: a realidade sexual do inconsciente.

O que se “mostra”, ao cabo de uma experiência de análise, não poderia ser de outra ordem que aquilo que, no inconsciente, tem a forma de uma hiância, em que o analista como presença não é mais que sua manifestação, em termos desses encontros que na transferência, são de rejeição do inconsciente, e que não fazem mais que revelar este movimento do sujeito que não se abre senão para se fechar de novo em uma certa pulsação temporal.

“Encontramos aqui de novo a estrutura em compasso dessa pulsação da fenda. Ontologicamente, pois, o inconsciente é o evasivo, mas conseguimos circunscrevê-lo em uma estrutura temporal da qual podemos dizer que, até aqui, nunca foi articulada como tal”³⁷.

Essa ambigüidade da realidade que está em jogo na transferência, já que ela não pode apreender-se nem em ausência nem em efígie, só se pode discernir, com Lacan a partir da função do real na repetição.

Trata-se, então, de um encontro, como “acontecimento” que, encenado no marco da transferência, já que ela não é nem em ausência nem em efígie, requer a presença do analista de seu desejo como operador.

Operação analítica pela qual, havendo-se consumidas todas as certezas do sujeito, até suas últimas miragens, como função da alienação, rompe o espelho em algo que tem a temporalidade do instante, “que o faz cair da sua fantasia e o destitui como sujeito”.

Conjugação do ato do analista e da tarefa, ou melhor, do trabalho do analisante. *“Ao final, é ele, o analista, o que dá corpo ao que o sujeito se torna sob a forma do objeto “a”.*³⁸

Em termos freudianos, esse momento seria equivalente ao advir no marco da transferência, de certos fragmentos que, não pertencendo ao reprimido esquecido, emergem com fidelidade não desejada, como representação daquilo que não se pode recordar porque tampouco nunca foi esquecido como um corpo

37 LACAN, J. *Seminário 11*. Buenos Aires: Ed. Paidós, cap. III, p. 40.

38 LACAN, J. *Seminário XV*. Clase del 6 del enero de 1968. Inédito.

estranho e alheio ao conteúdo restante da neurose; “que nunca teve existência real”, sempre é uma construção da análise, da ordem do necessário.

Trabalho do analisante, em que pelo advento da certeza de gozo, que habita a fantasia, como satisfação paradoxal do campo pulsional a ele articulado, lhe permitirá saber, se o quer, de que se satisfaz.

Se, ao cabo do percurso de nosso trabalho, podemos convir que, ao final de uma transferência, o sujeito se confronta com o objeto perdido como causa de sua divisão, então podemos concluir afirmando que o objeto a é um dos nomes do tempo em análise.

O tempo, igualmente ao objeto por estrutura, “se perde”.

...”Ninguém perde (repetes de forma vã) se não o que não tem e não teve nunca, mas não basta ser valente para aprender a Arte do Esquecimento”...

J.L.Borges

*Tradução: Arlene Araújo Costa
Revisão: Arturo Santiago Blanco*

**A PSICANÁLISE EM
SEU TEMPO
BRASIL**

A PSICANÁLISE EM SEU TEMPO

Jairo Gerbase

O tempo da psicanálise é um tema acredito atualíssimo e, de fato, é preciso justificar se esta disciplina que, como se sabe, já é centenária, tem porvir.

Pensei que, para fazer uma mínima demonstração de como é crucial o tema – a psicanálise em seu tempo –, poderia reparti-lo em dois aspectos: o da evidência terapêutica e o da evidência institucional da psicanálise.

Gostaria de antecipar que devo reservar dois terços do que tenho a dizer ao problema da evidência terapêutica da psicanálise, evidência, adianto, realmente duvidosa, mas, quem sabe, menos duvidosa do que a de outras terapêuticas que concorrem com ela, e um terço final ao problema da instituição psicanalítica, porque me pareceu que o assunto – a psicanálise em seu tempo – tem também a ver com isto.

A promessa de felicidade

O mundo contemporâneo comporta uma terapêutica? Comporta uma quimioterapia? Comporta uma psicoterapia?

Gostaria de exercitar um pouco a idéia de que o mundo contemporâneo comporta uma terapêutica por duas razões: a primeira é o fato de que o homem contemporâneo continua experimentando a angústia, e, por outro lado, continua experimentando a alucinação.

Será que estes fenômenos que o homem contemporâneo experimenta justificam uma terapêutica? E, entre elas (a terapêutica farmacológica da psiquiatria e a terapêutica cognitiva da psicologia), justifica-se também a terapêutica da psicanálise?

Escolhi tais fenômenos porque acerca deles se tem feito uma promessa de solução muito difundida na mídia, do ponto de vista da farmacologia. Há sobre isto coisas curiosas que talvez seja interessante comentar.

A neurociência tem proposto que esses fenômenos podem ser reduzidos a uma questão de regulação e transmissão no sistema nervoso, uma questão de neuroregulação e neurotransmissão. Vários biólogos moleculares têm feito esta promessa. Eles tomam por modelo a diabetes, o sintoma da disfunção do pâncre-

as, glândula que secreta um hormônio → a insulina → que tem a função de regular os níveis de glicose nas células.

A hipótese neuroquímica prevê que aconteça mais ou menos o mesmo no sistema nervoso central; a comunicação entre as células nervosas é proporcionada por alguns neurotransmissores → serotonina, dopamina, noradrenalina → e, com base na sua neuroregulação, podem-se controlar bioquimicamente os sintomas mentais.

Essa hipótese supõe poder decretar o fim da psicanálise, o fim das terapias que, conforme a mídia especializada na divulgação desta promessa biológica e cognitiva tenta veicular, não passam de um grande engodo do século XX.

Isso merece uma pesquisa, posto que, há várias décadas, a mídia divulga os medicamentos que fazem a promessa de resolver a angústia e a alucinação, a promessa de felicidade química.

Conhecemos a década dos benzodiazepínicos e, em seguida, a dos antidepressivos, concepção dominante na psiquiatria biológica e que reorientou a própria classificação dos transtornos mentais.

Do lado da psicose, apresentaram-se os neurolépticos atípicos com a promessa de solucionar o problema da alucinação por meios bioquímicos. A promessa neuroquímica baseia-se em que, regulando-se os neurotransmissores, se pode dissolver a experiência alucinatória.

A teoria, assim chamada neurocientífica, reduz o sintoma mental a uma questão de neurotransmissão e neuroregulação. Tentarei demonstrar que esta é uma hipótese pouco sustentável, senão insustentável, ao menos para o psicanalista, que pode seguir de perto a experiência subjetiva da angústia e da alucinação e verificar que não se pode reduzi-las à evidência do tratamento neuroquímico.

Diria mais: que a psiquiatria biológica não tem evidência, e a cada década verifica-se que os meios neuroquímicos são ineficazes para dar conta do problema da subjetividade.

A psicanálise tem evidência?

É no cerne deste problema crucial que gostaria de apresentar a questão da evidência da psicanálise. A psicanálise, por sua vez, tem evidência?

Creio que, de imediato, não se pode responder afirmativamente a essa pergunta. No estágio atual em que se encontram a

teoria e a prática psicanalíticas, não se pode dizer que a psicanálise tem evidência. É possível apostar no futuro da psicanálise, mas isto irá depender do avanço nos planos teórico e prático.

O primeiro obstáculo relativo à evidência da psicanálise é que ela está embaraçada no mesmo modelo de cientificidade da psiquiatria biológica. Ela também quer encontrar uma causa eficiente para o problema da angústia e da alucinação. Por isso ela realiza uma operação de redução. Assim como a psiquiatria reduz o sintoma mental a uma questão de neurotransmissão cerebral, a psicanálise o reduz a uma questão de parentesco.

Essa teoria da causalidade psicanalítica se desenvolveu e se sofisticou de tal maneira que, em relação à angústia, pode-se dizer, por exemplo, que a fobia pode ser concebida de duas maneiras opostas: a fobia é ao mesmo tempo temor e ajuda ao pai. Dado que a criança está supostamente submetida ao risco de uma relação incestuosa, é preciso um agente de interdição, de castração, tal como o pai, e a fobia pode substituí-lo a cada vez que ele fracassa em sua função. A fobia, então, pode ser apresentada como medo do pai e como auxílio ao pai.

Para essa concepção da psicanálise, a causalidade da angústia não é a serotonina, mas a paternidade. Eu debito a pouca evidência da psicanálise a este tipo de redução.

Tudo isso começou com um sonho de Freud. Ele supôs ter encontrado o complexo nuclear da neurose, o complexo de Édipo. Há nesta mitologia um ensinamento muito interessante, destacado por vários autores, que é o fato de que tudo que Édipo fez, de todos os seus atos, *ele nada sabia*. Édipo começa na verdade com um infanticídio. O oráculo vaticina: um pai será assassinado e a partir daí se ordena o infanticídio. Seguem-se o parricídio e o incesto.

Creio que a ciência tem todo o direito de duvidar de uma teoria científica que pretende reduzir a explicação dos sintomas mentais ao complexo de Édipo. Estou supondo que todos sabem que a geração de Freud e a dos pós-freudianos até os nossos dias consideraram como fundamento da psicanálise, como explicação causal do sintoma analítico, o complexo de Édipo.

Sustentada nesse fundamento, a psicanálise não tem evidência. Sustentada no complexo de Édipo, a psicanálise não tem devir. Daí porque exijo de mim trazer outros argumentos nesta direção.

Da mitologia de Édipo, creio que o dado mais importante, de que *ele nada sabia*, e a que Freud chamou de inconsciente, é o que

se salva. O inconsciente é a suposição de que se pode fazer seja o que for sem o saber. Não se pode justificar nem explicar o problema da angústia e da alucinação ou qualquer outro discurso mental com base neste fundamento, a não ser apoiando-se no detalhe de que o que está em jogo no Édipo é o fato de que *o sujeito nada sabia*.

O homem shakesperiano

Considero muito bem inspirada a pesquisa do professor e crítico da literatura americana → Harold Bloom → que, por força de seu ofício, trabalha há muitos anos ensinando Shakespeare. Evidentemente, ele estudou as observações de Freud sobre o *Hamlet* de Shakespeare e discordou delas.

Desde o seu primeiro livro sobre o assunto, *O cânone ocidental*³⁹ e num livro mais recente, *Shakespeare, a invenção do humano*⁴⁰, ele propõe uma hipótese árdua, mas que sustenta com muita desenvoltura: Shakespeare teria inventado isso que conhecemos hoje como personalidade humana, no sentido em que a psicologia o emprega.

Bloom sugere que, em lugar do complexo de Édipo, poderíamos explicar os atos humanos tomando como fundamento o complexo de Hamlet. Há uma vantagem na hipótese de Bloom: ela dispensa a referência ao parricídio e ao incesto. Em *Hamlet*, não há parricídio, mas fratricídio. Também não há incesto. Isto quer dizer que não é preciso fundamentar no parricídio e no incesto a angústia humana.

Se seguirmos a hipótese do *Hamlet* de Shakespeare, veremos aparecer outra face do problema do homem. É necessário parar de tributar ao menino um desejo incestuoso por sua mãe e um desejo assassino em direção ao seu pai, renunciando à explicação do contexto ambiental do homem a partir deste modelo.

Uma leitura atenta da tragédia *Édipo Rei*, de Sófocles, pode mostrar que o que está em questão, mais além de uma problemática histórica do parentesco, é uma problemática estrutural do parentesco. Shakespeare nos mostra esta mudança, alterando a concepção. De sua parte, Shakespeare também inaugura a modernidade, embora tenha sido, ao contrário de Descartes, um autor inculto.

39 BLOOM, H. Freud: uma leitura shakespeariana. In: _____. *O cânone ocidental*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995. p. 359.

40 BLOOM, H. *Shakespeare: a invenção do humano*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p. 126.

Não podemos entrar no segundo século da psicanálise fundamentando o problema do sintoma analítico na mitologia ou na literatura trágica. A este respeito, consideramos esgotado o argumento de Roudinesco que, num dos capítulos de seu livro *Por que a psicanálise*⁴¹, chega a resgatar o homem trágico fundamentado no Édipo.

Shakespeare constrói um homem novo. Pode-se dizer, inclusive → esta é a tese de Bloom →, que Shakespeare inventa o homem. O sentimento de amor, de ciúme, a paixão e a intriga são invenções de Shakespeare. Otelo, Hamlet, Falstaff são personagens humanos inventados por Shakespeare.

Por sua vez, Freud destaca em Hamlet a procrastinação, o fato de que ele não pode decidir realizar o ato de vingar o pai, o ato de assassinar o tio. Esta ação se desdobra em cinco atos e somente no último, involuntariamente, isto se consuma. Hamlet tem várias oportunidades para realizar seu ato, mas não consegue fazê-lo. Freud conclui que Hamlet está inconscientemente identificado ao seu tio Cláudio.

A dimensão estrutural do parentesco: o significante

Quando Lacan examina o ato de Hamlet em seu seminário “O Desejo e sua interpretação”⁴², diz que ali se desloca o problema da relação incestuosa, da relação do menino com sua mãe, para o problema da relação sexual, da relação do homem com a mulher. O que importa, no drama de Hamlet, é a descoberta de que a mãe é uma mulher, que a mãe também deseja, que ela goza.

Se Édipo introduz a questão do desejo da mãe, Hamlet introduz a questão do gozo da mulher, o fato de que uma mãe goza. Este é um grande passo, porque nos faz sair do contexto familiar, nos faz caminhar em direção ao contexto ambiental. Em outras palavras, somos lançados da endogamia em direção à exogamia, o que nos permite ultrapassar a dimensão histórica do parentesco, rumo à dimensão estrutural do parentesco.

Shakespeare nos conduz para além da dimensão trágica e nos aponta a dimensão cômica da realidade humana. A disputa de algum modo ridícula entre Hamlet e Laertes pelo amor de Ofélia, na cena do enterro, tem dimensão cômica.

41 ROUDINESCO, E. *Por que a psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 128-142.

42 LACAN, J. *Hamlet por Lacan*. São Paulo: Escuta/Liubliú. 1986.

Lacan assinala que, do ponto de vista teórico, Shakespeare nos ensina nessa cena que o objeto de amor só agrega valor quando está perdido, que a ameaça de perda do amor é o que torna o objeto de amor valorizado.

O impasse maior quanto à evidência da psicanálise é que a psicanálise reduz tudo ao sexo. A psicanálise não tem nada a ver com o sexo. A psicanálise não terá evidência enquanto supuser que o sentido do sintoma tem a ver com o sexo. Esta afirmação está suportada na tese de que não há relação sexual. Por esta razão, o sintoma mental não pode ser reduzido ao complexo de Édipo.

Como uma afirmação desta grandeza → a psicanálise não tem nada a ver com o sexo → exige referência, comento um fragmento de um seminário de Lacan.⁴³ Desde que leu a *Interpretação dos sonhos*, de Freud, ele resolveu introduzir a lingüística na análise. Freud ficou atrelado à categoria do pensamento porque não tinha à sua disposição as coordenadas culturais que encontrou Lacan. Foi isto que o levou a cometer a imprudência de colocar o complexo de Édipo como fundamento da análise.

Por que Freud foi levado a valorizar essa referência literária como fundamento da psicanálise? Nossa hipótese é que não devemos reduzir o fundamento da psicanálise nem ao Édipo nem ao Hamlet. O fundamento da psicanálise está na passagem do significante ao significado. Na passagem do significante ao significado, na ultrapassagem dessa barra, que não é a barra de uma fração, mas a do real, perde-se gozo.

É preciso procurar no fio do pensamento, que é o significante, o seu efeito de mal-entendido, que torna, por exemplo, minha comunicação com vocês problemática. Em que pese o fato de me expressar na língua portuguesa, sei bem que não nos entendemos, ao menos completamente, que cada um apreenderá do que digo aquilo que lhe convém. Cada um fala a sua própria língua, desde o começo da vida, o que suscita muitos mal-entendidos.

Para que a psicanálise tenha evidência, em lugar de procurar seu fundamento no erotismo que pode existir entre um menino e sua mãe, devemos procurá-lo no mal-entendido que pode existir entre um menino e sua mãe, devido ao fato de que cada um, mãe e filho, fala sua própria língua.

O fio de pensamento, que é o significante, é o que conta na impossibilidade da relação sexual, da relação biunívoca, quer di-

43 LACAN, J. *Seminário 25 - o momento de concluir*. 11 de abril de 1978. Inédito.

zer, o fato de que não podemos dispor de todos os significantes.

A linguagem é um instrumento realmente poderoso, que nos pode permitir toda comunicação, mas pode promover, ao mesmo tempo, todo um mal-entendido, porque é um aparelho incompleto. Ela não pode dizer, por exemplo, o que é a relação de um sexo com o outro sexo, não pode nomear esta relação, porque não pode nomear o outro sexo, a feminilidade, só pode nomear um sexo, a masculinidade.

Diria que o problema da evidência da psicanálise se verifica desde o momento em que pedimos ao analisando para dizer não importa o quê e verificamos que ele não consegue, e que tudo que ele consegue é dizer alguma coisa que funciona como racionalização, isto é, como mentira. Há sempre um *não sabido*, há sempre um vazio diante do qual, por não saber o que dizer, o sujeito responde com uma mentira, com uma fantasia, com uma hipótese.

Creio que a evidência terapêutica da psicanálise se depreende ao se tratar o problema da mentalidade com argumentos lógicos, com o conceito de significante, com o conceito de sexo no sentido de asexualidade, da impossibilidade do significante dizer algo do outro sexo. O problema da união sexual, da cópula, cujo sentido lógico é a relação entre predicado e sujeito, deve ser entendido como o problema da impossibilidade, da precariedade da linguagem em dizer a pulsão sexual, mais do que um problema sexual, propriamente dito.

O fundamento da psicanálise: a perda de gozo

Aí é que se coloca o problema da consciência: saber se temos um domínio permanente do sentido, se aceitamos tranquilamente a hipótese segundo a qual o problema da mentalidade é o da noção de realidade, hipótese igualmente desenvolvida por Freud nos anos vinte, em que a perda da realidade é substituída pela fantasia ou pelo delírio.

A perda da realidade, o que é senão a perda do sentido, da significação, da capacidade de mentir ou, se se quiser, da capacidade de fazer de conta, de usar de racionalizações, de colocar no lugar daquilo que não se sabe uma explicação verossímil?

Quando isso falha, temos um transtorno, um sintoma. A angústia pode ser decorrente da perda de realidade, da perda de sentido, de um abalo semântico, da incongruência da relação do significante com o significado. É por isso que valorizo esta frase

e quero tirar todo o proveito dela: *na passagem do significante ao significado, perde-se gozo*. Este é o fundamento da psicanálise.

Acredito que a psicanálise só terá evidência se admitir esse fundamento, porque o que se espera, justamente, da psicanálise, é que venha desfazer pela fala o que foi feito pela fala. Um tratamento que é fundado sobre o método da fala só terá evidência se se assentar na teoria da fala, na teoria do significante, na teoria do que Freud descobriu sob o termo de inconsciente.

O inconsciente não é um termo bem escolhido porque se confunde com a inconsciência; o que importa no conceito é menos a questão da inconsciência, da oposição à consciência, do que a questão do mal-entendido, do equívoco, do fato de que tropeçamos nas palavras.

O inconsciente é o fato de que tropeçamos nas palavras. A *chance* que temos de tropeçar nas palavras, de nos equivocarmos, de criarmos mal-entendidos é surpreendente. Os casos de Freud são ricos em exemplos.

Desde o começo da vida, a *chance* de haver mal-entendidos é impressionante. Esses mal-entendidos vão-se depositando como aluviões e o resultado disto é o sintoma. A evidência da psicanálise depende desta racionalidade, de tratar o problema do método analítico com esta racionalidade.

A literatura é uma das maiores criações do homem. Todos nós estamos de acordo com que não se deve ler uma obra literária procurando compreendê-la a partir da psicobiografia do autor. No entanto, quando vamos fazer a análise de um caso clínico, tentamos explicar a obra do autor, a novela familiar do neurótico, recorrendo às comédias familiares.

Lacan insistiu demasiadamente sobre o fato de que o neurótico acaba se centrando sobre as relações de parentesco, ao invés de se centrar sobre o contexto ambiental. Nossas observações clínicas nos autorizam a diferir a neurose da psicose com base nesta especificidade. O psicótico não atribui suas alucinações às relações de parentesco, mas, ao contrário, diz que suporta ser insultado pela voz alucinatória, pela voz do Outro, porque obedece a um propósito social.

Freud denomina essa experiência de “reconstrução do laço social”. Diz que o sujeito necessita fazer uma conciliação de modo a poder suportar a alucinação. Assim se constitui a interpretação delirante da realidade. Não há melhor exemplo de racionalização do que o delírio. Costumo dizer que o delírio de Schreber é um argumento nacional-socialista, que seu tema não é o parentesco; está preocupado com uma nova raça, a raça

ariana. Esta é, de meu ponto de vista, a principal diferença entre o argumento do neurótico e o argumento do psicótico: a família, de um lado, e, do outro, a nação.

Racionalidade em psicanálise: o mal-entendido do significante

Estou tentando me desvencilhar do fundamento edipiano da psicanálise proposto por Freud e também do fundamento hamletiano sugerido por Bloom, insinuando que adotemos a hipótese lacaniana que chamei de racionalidade científica, quer dizer, a hipótese de que o fundamento da psicanálise é a perda de gozo que se verifica na passagem do significante ao significado.

Não há termo melhor para dizer isso senão denominar de perda de sentido ou perda da realidade, lembrando de que se trata da realidade do significante. Recuso a idéia de disfunção de neurotransmissores, serotonina, dopamina ou noradrenalina, como causa eficiente da angústia e da alucinação, como agente do fenômeno considerado. Prefiro explicar que é a desarmonia entre o significante e o significado que induz à disfunção da neuroregulação e da neurotransmissão.

Na modernidade, a procura da causa eficiente cedeu lugar à busca de leis gerais, ou seja, a idéia de uma relação de causalidade entre fenômenos foi substituída pela de sistema de relações cientificamente descritíveis.

Podemos considerar os exemplos mais elementares, como o caso da oscilação permanente do humor, da distímia, como exemplo de incidência do significante na regulação bioeletroquímica do organismo.

Hoje não se sabe mais se os sujeitos extremamente angustiados exigem do psicanalista um ato psiquiátrico, com a introdução paralela de um ansiolítico, porque a angústia contemporânea é mais grave, ou se sua gravidade é produto da informação. Não se sabe mais, a esta altura, se a angústia pertence à categoria do insuportável ou à categoria do impossível.

Acredito que ainda não se explorou devidamente essa vertente do mal-entendido no ensino de Lacan, ao contestar a hipótese de Otto Rank de que a primeira experiência de angústia é o trauma do nascimento. Esta hipótese contrariava a hipótese da castração e por isso Freud também a contestou em *Inibição, sintoma e angústia*⁴⁴.

44 FREUD, S. Inibição, sintoma e angústia [1926]. In: _____. *Edição standard brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, 1976 v. XX.

Otto Rank só tem razão em falar de trauma do nascimento porque de fato o homem nasce mal-entendido no meio de dois outros seres mal-entendidos. Não importa se o homem é desejado. O que ainda é vigente na psicanálise é que um filho necessita ser desejado, que um filho não desejado é de saída um traumatizado. Lacan diz claramente: desejado ou não, não importa, na medida em que se é desejado por alguém que não sabe o que deseja nem quem deseja.

A psicanálise terá evidência se adotar essa posição de racionalidade, se se afastar da literatice do Édipo, do Hamlet, e adotar a teoria do mal-entendido da linguagem. Sua evidência depende da vertente que Lacan abriu e precisa ser explorada com mais consistência. Eu diria que sua evidência passará por um debate interno entre os psicanalistas que resgatam todo dia as proposições ultrapassadas.

Está em voga novamente Winnicott, que centra o problema do sintoma na relação do menino com a mãe, na teoria do traumatismo baseada na “mãe suficientemente boa”.

Convenhamos, essa psicanálise não tem evidência. Do ponto de vista da física, essa teoria psicanalítica está muito distante das conseqüências teóricas das descobertas da mecânica quântica, do ponto de vista da química, muito longe das conseqüências teóricas das descobertas da infinita combinação dos aminoácidos e, do ponto de vista da biologia, está muito afastada das conseqüências teóricas da descoberta do DNA.

Não se pode dizer que tem evidência uma disciplina que quer explicar o sintoma, a angústia e a alucinação com base na maternidade ou na paternidade.

Acho que a psicanálise tem evidência na vertente de Lacan, nessa racionalidade que consiste em explorar o mal-entendido do significante. Há toda uma teoria econômica da psicanálise a ser explorada, uma termodinâmica do que acontece quando se passa do nível significante ao nível semântico, o que não acontece sem ser regulado pelo princípio da entropia.

O pai: do mito à função → o sintoma

A evidência da psicanálise está na clínica do discurso, embora a clínica do discurso esteja por ser desenvolvida. Temos o esquema dos quatro discursos. É aí onde Lacan introduz o além do Édipo, a exigência de tratar o analista como uma função. É preciso desenvolver a clínica do discurso porque, afinal, o mental é o discurso.

Em *O avesso da Psicanálise*⁴⁵, a clínica do discurso está apenas ensaiada. No capítulo cinco desse seminário, aparece pela primeira vez a hipótese da entropia, da troca energética que ocorre quando se passa do campo do significante ao campo do sentido, o que não é muito fácil de compreender, mas que lida com a idéia de valor, com uma hipótese quantitativa.

Lacan propõe que procuremos a idéia de valor antes na economia do que na física. Não sei se ele tem razão. É uma referência muito importante para a ciência a referência à mecânica quântica. De todo modo, precisamos de uma teoria do valor, construída no nível do discurso. Com isto não quero dizer que a psicanálise deva tornar-se necessariamente, uma ciência experimental.

A teoria do Nome-do-Pai deve permanecer, porém renovada, isto é, indo-se além do pai. O conceito de pai, tal como está formulado em Freud, como um agente interditor, deve ser atualizado para o conceito de função paterna, e em seguida, para o conceito de função de enodamento, de laço do nó do real, do simbólico e do imaginário. A proporção que o Nome-do-Pai aparece como o quarto nó para desfazer a propriedade borromeaniana, segundo a qual não há solidariedade no sistema RSI, sua permanência se institui.

Esse termo, pai, deve finalmente ser atualizado para o termo sintoma, o que permite resgatar a dimensão positiva do sintoma, questionando a normalização suposta à psicanálise, exercício constante de Freud. A análise dos sonhos, dos atos falhos e dos chistes tem também o sentido de questionar a normalização da psicanálise; por sua vez, em Lacan, o conceito de sintoma, que substitui o conceito de pai, tem também o propósito de não-padronização.

É verdade que permanece o pai, mas não a mitologia do pai. O pai tem a função de nó do sistema. No ensino de Lacan, esta função de enodamento atravessou os conceitos de pai, de feminilidade e, por fim, o conceito de sintoma.

Há pouco dizia que a fobia é um pai e por aí se pode ver um sintoma cumprindo uma função paterna, a função de interdição. Poderia dizer isto de outra maneira: a linguagem não torna possível dizer tudo, o que, no léxico de Freud, se denomina castração e, no de Lacan, Nome-do-Pai, função de interdição.

A linguagem é o próprio agente da interdição. O fato de que a linguagem não pode dizer toda a verdade significa interdição, significa que devo deixar muitos ditos interditos, nas entrelinhas,

45 LACAN, J. *O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

o que Freud denominou recalque. Logo, o recalque é uma função do significante.

A rigor, o homem não pode se ouvir, contra toda a aparência de evidência, pois neste momento ouço o que estou dizendo sem, contudo, poder me ouvir sem me dividir. A experiência da alucinação ensina isto. Normalmente, o sujeito deveria poder falar automaticamente, como no caso da alucinação, do automatismo mental. Mas este mecanismo que Freud chamou de recalque consiste em permitir ao sujeito se dividir e dizer “eu penso”, o que quer dizer “eu me falo”, dado que penso com ajuda das palavras, e assim fazer parecer que sua fala não é automática.

Prefiro definir a alucinação como o fato de que o homem não pode se ouvir falar. Normalmente, o homem não observa que não pode se ouvir falar, supondo que pode apenas ouvir a voz de outro homem, seu semelhante, mesmo quando se trata de sua própria voz. Por isso, quando observa que escuta sua própria voz, suas próprias proposições, tende a defender-se atribuindo este enunciado a um outro que lhe fala.

A experiência alucinatória consiste em atribuir a um outro isso que “eu penso” e afirmar “o outro me disse”. Esta função é exclusiva do significante, quer dizer, da acepção lacaniana do significante. De todo modo, o que a experiência alucinatória mostra é que falar não é uma simples função do aparelho de fonação, mas um automatismo do corpo humano. Falo sem saber. Tenho o impulso de falar. Seria realmente catastrófico proibir o corpo humano de falar.

A hipótese de Freud é que o corpo humano tem esse automatismo pulsional de falar, assim como há outros impulsos: oral, anal, fálico, escópico. É por isso que falamos de um gozo de falar, de uma satisfação de falar.

A hipótese do inconsciente → falo sem saber → questiona o problema da consciência. A instância do inconsciente ou a razão de Freud consiste em afirmar que há um corpo animal que, além de outras propriedades, tem a propriedade instintual que ele resolveu chamar de pulsão, que se separa em diversos níveis: oral, anal, fálico, escópico, etc. Ele decidiu tratar a fala como um impulso pulsional, como uma pulsão, a pulsão de falar.

Em que lugar a psicanálise é transmissível?

Abordo agora a questão sobre a psicanálise em seu tempo do ponto de vista da evidência da instituição psicanalítica. Reencon-

tramos o problema do tempo da psicanálise em todas as instituições que transmitem a psicanálise e formam os analistas.

Cada uma delas se orienta sempre com base em um modelo totalitário, no qual um grupo centraliza todos os poderes políticos e administrativos, não permitindo a existência da diversidade, da pluralidade, o que vai de encontro aos princípios da própria psicanálise que busca a diferença, a singularidade, a diversidade e a idiossincrasia.

Para que a psicanálise possa dialogar cientificamente com outras disciplinas, é necessário não se isolar em pequenas ou grandes agremiações, nacionais ou internacionais, sem estar aberta ao intercâmbio. Foi isto o que Freud mais acentuou acerca da constituição dos grupos. Para que um grupo se constitua é preciso identificar o “não idêntico a si mesmo”, a pequena diferença narcisista fora do grupo e ao tempo em que isto constitui o outro como diferente do grupo, constitui o grupo como bairro. As minorias de negros, mulheres, homossexuais, freudianos, lacanianos, são constituídas desta maneira.

Lacan observou que foi essa preocupação que guiou Freud na organização da IPA e, especialmente, a partir de 1912, quando apadrinhou a forma de autoridade que prevalecia aí, que consistia em explorar nos mínimos detalhes o modo de exercício e transmissão dos poderes. Esta preocupação se deveu à defecção de Jung. Freud aceitou a idéia de uma jovem guarda que aspirava ao veteranato, zelar pela manutenção do seu pensamento, à custa de uma solidariedade secreta⁴⁶.

Lacan dá o argumento lógico dessa organização, dizendo que Freud pôs a IPA em seu rumo, dez anos antes de escrever “A psicologia do grupo e a análise do eu”, antes de se interessar por grupos como a igreja e o exército, pelos mecanismos mediante os quais, em um grupo orgânico, acontece uma identificação do eu de cada indivíduo com uma mesma imagem ideal, cuja miragem é sustentada pela imagem do líder. Não deixa de observar, na oportunidade, que essa é a lógica das organizações fascistas, porque ela deixa margem ao predomínio da função do *boss*, do *caïd*, do chefe.

Em benefício do futuro da psicanálise, penso que podíamos amplificar o alcance dos adjetivos restritivos – freudiano, laciano – e transformá-los em referenciais teóricos de análise e intercâmbio com outros discursos psicanalíticos – kleinianos,

46 LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1998. p. 476-478.

bionianos, winnicotianos, – além de promover o intercâmbio com outros discursos não psicanalíticos – científicos, filosóficos, artísticos, religiosos. Penso também que devemos analisar a diversidade das organizações psicanalíticas existentes – sociedades, associações, escolas – e nos perguntar se é verdade que a psicanálise se transmite melhor em umas mais que em outras, enfim, perguntar: em que lugar a psicanálise é transmissível?

Faz uma década que abrimos esse debate, primeiramente supondo que poderíamos falar em “retorno à Lacan”, no sentido em que ele falou em “retorno a Freud”. Quer dizer que tínhamos uma intuição de que havia certa degradação do próprio discurso analítico, tal como ele estava sendo praticado em nosso meio. Alguns colegas disseram que não se podia dizer isto em relação aos conceitos fundamentais, por exemplo, ao conceito de final de análise, que não se podia dizer que se teria praticado certo desvio conceitual que justificasse um “retorno a Lacan”. Mas, em relação ao conceito Escola, temos realmente elaborado esse resultado de uma década de estudos e constatado que havia certos desvios que podiam justificar este sintagma de Foucault de “retorno a”, que é, segundo ele, um fato estrutural, tal como Freud também analisa em seu texto “Moisés e o monoteísmo”, dizendo que de tempos em tempos certa verdade radical de um discurso deverá ser esquecida pelos seus praticantes e, neste caso, é preciso que se retorne à radicalidade desse discurso.

Há uma particularidade na formação do analista que a faz diferente da formação do médico, posto que esta formação depende de duas condições que são especiais, a condição necessária, a análise, e a condição que Lacan denominou de condição suficiente, que é o passe, que é um dispositivo que nos convida a averiguar sob que condições houve a virada de analisando a analista.

O *dispositivo analítico* é a contribuição de Freud ao método psicanalítico. Ele se define, do ponto de vista imaginário, como a situação romanesca que se estabelece entre um analisando e um analista. Do ponto de vista simbólico, trata-se de uma relação baseada na suposição de um saber ao sujeito do inconsciente e sua atribuição ao analista, suposição a ser entendida no sentido de Occam. Lacan diz que o sujeito não supõe, que a suposição é de um significante, que representa o sujeito para um outro significante. Logo, não se trata de que alguém suponha, assim como não se pode dizer que o saber se atribua a alguém. À suposição, Freud chamou de transferência positiva, e seu dispositivo

dá conta de toda a experiência, inclusive a do final da análise, quer dizer, de como se liquidará a suposição que foi necessária para se promover a solução do sintoma. É um dispositivo que funciona há mais de um século e sobre o qual todos os analistas, das orientações as mais diversas, estão de acordo em relação à sua necessidade e à sua eficácia. Por isso Lacan o elevou à condição necessária da formação do psicanalista.

O *dispositivo do passe* é a contribuição de Lacan ao método psicanalítico. Ele o define como a condição suficiente da formação do psicanalista. O que este dispositivo quer verificar é se realmente aconteceu, durante uma análise o desejo do analista. Ele quer identificar o que se chama de passagem da posição de analisando à posição de analista. É uma especificidade da psicanálise, dado que o ensino da psicanálise não corresponde ao modelo universitário. O modelo universitário é baseado em um currículo. O aluno é creditado em cada uma das disciplinas e conclui uma graduação. O ensino de disciplinas é o que tem menos importância na formação do analista. Lacan propôs, em lugar de um sistema como este, um sistema quase jurídico, para verificar se uma análise realmente tem efeitos didáticos, tem efeitos de formação: um analisando, denominado passante, relata a um outro analisando, denominado passador, o que surgiu em seu espírito para se constituir como alguém que quer receber pessoas que venham lhe demandar uma análise. O passador relata a um júri, denominado cartel do passe, o testemunho desta passagem. O cartel do passe elabora um argumento sobre essa passagem.

Com efeito, é possível discutir se o passante deve dar testemunho dessa passagem durante sua análise ou somente depois de terminá-la. A segunda opção seria, do ponto de vista teórico, a mais desejável, porém, na prática, todo analista se autoriza praticante um pouco antes de terminar a sua análise. Pode-se perguntar, enfim: alguém que ainda não terminou sua análise pode-se apresentar ao passe, julgando poder testemunhar sua decisão de se autorizar a receber pacientes?

Alguém começa a praticar e a partir daí diz: vou ver se estou à altura desta função. Isto se discute, porque há sempre o risco de se estar praticando a psicoterapia supondo praticar-se a psicanálise. E, depois, não parece ser necessário sondar nem garantir por que se pratica a psicoterapia. Na IPA, funciona assim: o analista sabe que o seu analisando começou a receber pacientes, porque ele é médico ou psicólogo, considera que ele está fazendo

psicoterapia, não sonda nem garante o que está sendo praticado, até autorizá-lo analista. Entretanto, o passe de Lacan, o passe ao desejo do analista, tem esta especificidade: não visa avaliar o fim da análise, mas a *virada* do desejo do analisando *ao desejo do analista*. Isto exige distinguir – Soler fez esta observação – o que é a virada de analisando a analista no curso de uma análise, do que é o final de uma análise. O passe, propriamente dito, identifica aqueles que estão além da virada. A contribuição fundamental de Lacan sobre tal distinção revela que a transferência para o analista se liquida. Trata-se da liquidação do sujeito suposto saber. Seria ainda mais adequado dizer que o que se liquida é a suposição. O saber não se liquida, fica como resto, como uma falta real, que vai funcionar como causa do desejo.

O essencial é que pretendemos desenvolver a demonstração de que houve pelo menos esse desvio estrutural, e fazer um esforço de apontar este desvio e proclamar o retorno à verdade radical de Freud, que é retomada por Lacan e que parece que se perdeu em nossa prática institucional.

A própria nomeação do Analista da Escola, do AE, é um fato questionável, evidentemente, muito menos para os franceses, porque é mais difícil para eles abrir mão dos *gradus* que Lacan estabeleceu, mas para nós, que podemos tomar uma certa distância, que não fomos analisados nem discípulos diretos de Lacan, é possível pensar em questionar este próprio título, porque nos parece que foi este título que favoreceu o desvio do conceito de Escola.

Mesmo na EFP, na Escola dirigida por Lacan durante dezesseis anos, não foi possível verificar esse *gradus* por muito tempo, não foi possível saber o que é o analista. Há uma interferência política tão extrema nesta nomeação, que sua dimensão clínica praticamente desaparece. Esta é a discussão que gostaríamos de retomar para chegar verdadeiramente a poder dizer o que é o passe, a passagem de psicanalisando a psicanalista, ou mesmo para chegar a poder dizer que não é possível fazer tal asserção.

Desde a primeira entrevista com o secretário do passe, é difícil, do ponto de vista clínico, antes mesmo que se tenha configurado a situação de crise, de acordo com o uso deste termo em medicina clássica, recolher os indicadores da demanda de passe. Não sabemos, rigorosamente, quais são os sinais indicadores do desejo do analista, nem os indicadores do momento de passe.

Por essa razão, a orientação que a IPA adota é a de dizer que é melhor que o próprio analista didata decida a autorização do

analista candidato. Lacan pretendeu criar um sistema em que um analisando que se encontrasse no momento de passe pudesse identificar outro analisando na mesma posição.

Estou convencido do argumento do Professor Milton Santos⁴⁷, de que, se as instituições querem ter futuro, têm o dever de lutar contra este fenômeno moderno, de estarem atentas a todos os fenômenos de seu tempo, e um dos fenômenos de seu tempo contra o qual elas têm de lutar e que diz respeito à sua institucionalização é a globalização.

Milton Santos examina isso de uma maneira que me parece muito precisa, que é a bipolaridade da globalização. A globalização tem hoje dois pólos: a informação e o dinheiro. Não se globalizou nenhum outro bem. Curiosamente, estes dois bens da globalização são em si mesmo elitistas, estão nas mãos de poucos, de modo que isto criará a própria resistência à globalização. Uma grande maioria que não tem acesso nem à informação nem ao dinheiro e, portanto, está excluída desta globalização, formará a resistência à globalização. Esta me parece uma idéia singela, uma aspiração. Espero que ele tenha razão.

De modo que concludo dizendo que, além da questionável evidência terapêutica da psicanálise, a instituição da psicanálise responde também, em uma medida considerável pela ameaça ao futuro da psicanálise. Quem melhor podia estabelecer os modelos de agrupamento humano parece que fracassa no agrupamento dos próprios psicanalistas.

Apresento, portanto, à apreciação de vocês, os dois problemas da psicanálise em seu tempo: a precária evidência da teoria da prática psicanalítica e a precária evidência das instituições psicanalíticas.

⁴⁷ SANTOS, M. Por uma outra globalização. Rio de Janeiro: Record, 2000.

**A PSICANÁLISE EM
SEU TEMPO
AMÉRICA LATINA DO NORTE**

APÓS 150 ANOS DO NASCIMENTO DE FREUD, AINDA HÁ TEMPO PARA A PSICANÁLISE?

*Silvia Arosemena, Dyhalma Ávila,
Rebeca Campo, Sarah Cervantes, Rebeca Díaz,
María de los Ángeles Gómez Escudero, Hildamar Vilá.*

Por isso a cultura deve ser protegida contra os indivíduos, e suas normas, instituições e mandamentos cumprem esta tarefa. Não somente perseguem a finalidade de estabelecer certa distribuição dos bens senão a de conservá-los, e na verdade, devem preservar das moções hostis dos homens tudo quanto serve ao domínio sobre a natureza e à produção dos bens. As criações dos homens são frágeis e a ciência e a técnica que edificaram podem ser empregadas também em seu aniquilamento.⁴⁸

“Se a psicanálise pode chegar a ser uma ciência – pois ainda não o é –, e se não deve degenerar em uma técnica – coisa que talvez já esteja feita –, devemos recuperar o sentido de sua experiência. Nada melhor poderíamos fazer com este fim que voltar à obra de Freud⁴⁹.”

O sesquicentenário do nascimento de Sigmund Freud deu vez a múltiplos escritos e atividades que põem em perspectiva a vigência e pertinência de seu legado. Apesar dos insistentes esforços para diluir, banalizar, destituir e destruir sua proposta, a contundência e a radicalidade de suas descobertas têm prevalecido. O campo para o trabalho clínico por ele aberto não pode ser fechado. O legado que Sigmund Freud nos deixou é, antes de tudo, um ato de transmissão. Este ato, que vincula seu trabalho intelectual e seu trabalho clínico a uma ética muito particular, Freud soube sustentar até o final de sua vida.

As elaborações que se perfilam ao longo de sua obra alteram radicalmente a forma como se pensa o ser humano e suas ações, a forma como se concebe a realidade e como se escuta o sofrimento, permitindo destacar os efeitos que os excessos da civilização podem ter no surgimento dos mal-estares humanos. Seus questionamentos permitirão abrir uma nova via de escuta

48 FREUD, S. [1927]. El porvenir de una ilusión. In: _____. Obras Completas, Buenos Aires: Amorrortu Editores, ano, T. XXI, p.6.

49 LACAN, J [1953] Función y campo de la palabra y del lenguaje em psicanálise. In: _____. Escritos, Argentina: Siglo XXI, p.256.

e de aproximação da complexidade da condição humana, com a descoberta do inconsciente e suas formações: o sonho, o lapso, o esquecimento, o sintoma. Freud vinculou os avatares do sujeito às questões mais essenciais da existência, articulando o sofrimento e as dificuldades do sujeito com as vicissitudes do desejo e da sexualidade, com o peso dos ideais e com a problemática questão dos limites e da morte.

Pode-se dizer que a obra freudiana exerce um poder subversivo que se tentou debilitar, tratando de circunscrever as propostas freudianas do tempo e ao lugar em que foram formuladas, para assim torná-las obsoletas e anacrônicas na época atual. Apesar de aquelas referências socioculturais da Viena vitoriana do princípio do século XX não serem compatíveis com as referências socioculturais dos tempos do princípio do século XXI – independentemente da época em que viva –, o sujeito não deixará de se encontrar com os mal-estares provenientes de seu corpo, o encontro com os outros, a natureza⁵⁰ e os paradoxos de seu desejo. Talvez o peso de salvaguardar a moral a todo custo e a imensa repressão sobre tudo aquilo que tinha a ver com a sexualidade tenham criado as condições para que Freud se desse conta de que algo do que afetava o sujeito tinha a ver, precisamente, com o que se tentava calar, tapar e reprimir. Sem dúvida, mesmo que certas manifestações do psíquico respondam ao particular de uma época, a lógica do psiquismo transcende a singularidade do momento histórico na qual é formulada. Eis aqui a grandeza da obra freudiana, e o porquê de constituir um legado.

Apesar do imenso patrimônio teórico que a obra freudiana legou, e da grande riqueza conceitual que dá conta não apenas das manifestações do humano, mas também do que as determina profundamente, a psicanálise sempre batalhou com seu destino. Concebida mais além dos parâmetros positivistas, à sombra dos quais se inscreveu tudo aquilo que se entendeu como progresso, e situando-se em uma lógica distinta à dos discursos dominantes, a psicanálise exigiu um questionamento particular sobre a formação e o trabalho que lhe são próprios. Por isso, nunca foi considerado um discurso hegemônico e teve que se haver com a ameaça constante de sua dissolução.

Marcado pela devastação que duas guerras mundiais deixaram, rearticulando o mapa político do mundo, este século trans-

50 FREUD, S. [1927]. El malestar en la cultura. In: _____. *Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu Editores.

corrido desde o descobrimento freudiano foi marcado, além disso, por sérias transformações. Os efeitos do pós-industrialismo, o advento da informática e o chamado mundo virtual, e o impulso das neurociências e da engenharia genética alteraram as coordenadas nas quais os sujeitos se localizam. A consideração de tais mudanças exige formular a pergunta sobre o lugar da psicanálise em nossos tempos.

No início do século XXI, a cultura produz, mais do que nunca, mal-estares diversos, incessantes, intensos e dolorosos, mas também, mais do que nunca, produz discursos que oferecem objetos cuja função é configurar e sustentar certas falácias de bem-estar. Estas pretensões de bem-estar, exacerbadas pelos progressos da ciência, chegaram ao ponto de particular algidez, pelos efeitos de mal-estar que elas mesmas produzem ao tentar apacá-lo e ocultá-lo. Vivemos em uma época em que a exigência e a pretensão de domínio permeiam os diferentes campos do saber, e onde o discurso da ciência, ao atar-se ao discurso capitalista, pretende que tudo pode ser explicado e que tudo se pode saber e controlar. Entretanto, por mais esforços e avanços tecnológicos e científicos, por mais conquistas individuais e coletivas que se obtenham, os mal-estares não deixam de incidir, deixar-se sentir e fazerem-se presentes. Isto põe em evidência a impotência do humano para preencher sua falta, sobrepor-se ao desamparo, tolerar os limites e o enigma que a sexualidade e a morte impõem a suas possibilidades de satisfação e de saber.

Há uma tendência à banalização, à objetivação e à simplificação dos problemas que desconhece a complexidade e os avatares da condição humana. Esta tendência anda de mãos dadas com a intolerância e a exclusão sistemática daquilo que não se submete aos parâmetros da explicação suavizada pelo que se considera social, política, econômica, moral e emocionalmente correto. Como sugere E. Roudinesco: “A sociedade democrática moderna tenta fazer desaparecer de seu horizonte a realidade do mal-estar, da morte e da violência, ao mesmo tempo em que tenta integrar em um sistema único, as diferenças e as resistências”⁵¹.

Nossa atualidade repousa sobre uma economia na qual os significantes de auto-ajuda, auto-estima, auto-imagem, autoconservação, autocontrole, auto-suficiência, auto-realização e auto-satisfação estão particularmente presentes, e a reivindicação constante é a do custo-efetividade, que as coisas custem me-

51 ROUDINESCO, E. *Pourquoi la psychanalyse?* Paris: Fayard, 1999.

nos e, preferivelmente, que seja o outro quem assuma o custo. Porém, estes distintos “autos”, que se alimentam da complexa ilusão narcisista e se situam na autopista do discurso capitalista, se espedaçam continuamente com as muralhas da depressão, as adições, os déficits, os excessos, as violências e outros novos sintomas de nossa cultura que surgem constantemente. É uma economia que é sustentada pela lógica da demanda e na qual o desejo parece estar diluído na reivindicação constante de um bem-estar de aparição efêmera, que alimenta um circuito dominado pela frustração e por novas formas de mal-estar.

Os tempos que vivemos põem continuamente à prova a força e lucidez de cada um, posto que, como afirma Lacan, são tempos de acesso a um “mais-de-gozo de consumo mais curto”⁵². Se o que se quer é tudo mais rápido, a urgência se depara com a escolha de uma satisfação que não chega. A condição humana o enfrenta, então, com um insistente paradoxo: quanto mais opções de felicidade se lhe oferecem, mais triste e inquieto, mais angustiado e desorientado se lhe apresentam seu cotidiano e a opção de um porvir.

A tendência atual empurra para a homogeneização e a dissolução das diferenças cruciais que a condição humana postula, e pretende nos vender uma “melhor” opção, veiculada por um truque imaginário: uma falácia de bem-estar cujo custo vai mais além das renúncias históricas que o viver em comunidade exige. Por sua estrutura de ficção, esta falácia de bem-estar precipita o sujeito para um turbilhão que não tem outra saída que o implacável surgimento de novos mal-estares, cujo corolário é a subjugação da liberdade que o desejo permite a outra ordem de uma mal chamada liberdade. Esta ordem prescreve umas autopistas para a felicidade, que nos prendem em intermináveis engarrafamentos cotidianos onde o pensamento e o desejo se sufocam, anestesiados pelas transbordantes emanações de propostas tóxicas de fácil consumo e de relevo de responsabilidade subjetiva e cultural. Para o sujeito, o questionamento da ordem pode implicar ser relegado ao catálogo dos desordenados, que devem então ser normalizados e submetidos a fim de serem devolvidos a uma suposta ordem social, ou silenciados sob o jugo de camisas farmacológicas. Essas modalidades teceram as bases de um novo império, no qual a anestesia do desejo anda de mãos dadas com a primazia de uma política de higienização

52 LACAN, J. Radiophonie. *Scilicet*. Paris, Seuil, n.2/3, 1970.

e de controle da dor, da sexualidade, do pensamento, e da palavra.

O que pensar dos princípios de nossa sociedade do novo século, que sublinham que as pessoas devem poder viver segundo seus anseios, fazer valer seus direitos antes que seus deveres, e fazer prevalecer o interesse próprio sobre o dos outros? O que pensar da oferta inesgotável de objetos gadgets que pretendem preencher nossa insaciável lógica do algo mais? Onde fica o desejo em um cenário onde o gozo prevalece sob a modalidade dominante da mais-valia, quer dizer, do mais- de-gozo? O que pensar das alterações na sexualidade, de um desejo e de uma palavra sufocados com os medicamentos ou pela submissão ao império da demanda e do consumismo? Como fazer frente a esses ideais que buscam reduzir o sujeito a um interjogo de genes, neurônios, químicos ou comportamentos, suscetíveis de ser regulados, controlados e normalizados, mediante uma sedutora e implacável panóplia de recursos farmacêuticos?

À luz de tudo do que foi exposto, caberia refletir sobre em que medida as instituições contribuem para este cenário no qual se infantilizam os sujeitos com os quais são realizadas as intervenções, e quais são as repercussões disto para o trabalho clínico e para a psicanálise.

Se a renúncia pulsional é o elemento fundador das instituições, sendo estas tão indispensáveis para a convivência humana como o são as pulsões para o sujeito, o marco institucional está condenado a produzir sérios impasses. Tais impasses derivam do mal-estar que Freud atribuiu à inserção do homem na cultura, e do fato de que, como ilustra Lacan, toda instituição opera sob o discurso do amo, discurso do domínio e da proibição, que se opõe à verdade do sujeito.

Recordemos que a sustentação das instituições está sempre vinculada, entre outras coisas, ao poderoso e cativante jogo das identificações e dos ideais, que Freud define muito bem desde seu texto de 1914, “Introdução ao narcisismo”. As identificações são ofertas de sentido e lugar, de referência e pertencimento. Porém, podem também ser fonte de confusão e agressividade, de alienação e normalização. Ao buscar proteger o bem-estar do grupo sobre os interesses de cada um, a instituição se atribui os recursos para coagir as expressões de tudo àquilo que atente contra seu ideal de bem-estar.

No mundo ocidental do começo do século, o manejo da saúde foi institucionalizado de tal forma que fica submetido, pratica-

mente em sua totalidade, aos desígnios do capital. Dentro da lógica da “administração da saúde”, o lugar do sujeito, chamado cliente, foi reduzido a um objeto-consumidor, a quem se procura vender uns serviços de maneira mais “custo-efetivo”. Esta realidade converteu as instituições dirigidas ao “cuidado da saúde” na sustentação da infantilização do sujeito de que o discurso capitalista depende para subsistir. Entre as promessas terapêuticas ofertadas nas instituições que se ocupam de “saúde mental”, destaca-se particularmente a dos psicotrópicos. O ato de entregar-se cegamente ao consumo destes medicamentos provê ao sujeito um alibi, avalizado por uma minuciosa característica da ciência, que o condena a pagar o mais alto preço: o de sua subjetividade. Este será o custo enquanto se optar por permanecer atado à lógica capitalista, sem advertir as implicações de se ter convertido em um objeto a mais que circula entre os bens de consumo. Trata-se, nas palavras de Roudinesco, de um imperialismo médico, no interior do qual “cada paciente é tratado como um ser anônimo pertencente a uma totalidade orgânica. Imerso em uma massa onde cada um é a imagem de um clone”⁵³.

Em 1966, Lacan adverte sobre as sérias implicações das mudanças registradas no manejo da saúde, ao observar que, na era científica, o médico se integra, querendo ou não, ao movimento da organização de uma saúde que se torna pública, pelo que lhe serão colocadas novas perguntas. Após concluir que a saúde foi convertida no objeto de uma organização mundial, e que se vai querer saber em que medida ela é produtiva, Lacan formula uma pergunta que segue vigente quatro décadas depois: “O que poderá opor o médico aos imperativos que o converterão no empregado dessa empresa universal da produtividade?”⁵⁴. Trata-se de uma pergunta que incumbe a todos os que laborem no campo da saúde, e a qual, desde a perspectiva psicanalítica, somente se pode responder em termos de uma posição ética.

A preocupação de Lacan tem seu eco nas denúncias de Maud Mannoni sobre o que esta considera um problema político vinculado ao desenvolvimento do mundo industrializado: o aumento dos bens de consumo tende a institucionalizar os serviços sociais e a medicina⁵⁵. Como resultado, o médico e o *psi* são prisioneiros

53 ROUDINESCO, E. *¿Por qué el psicoanálisis?* Buenos Aires: Ed. Paidós, 2000. p.16.

54 LACAN, J. (1985). *Psicoanálisis y medicina*. In: _____. *Intervenciones e textos*. Buenos Aires: Ed Manantial, 1985. p. 89-99.

55 MANNONI, M. *Un saber que no se sabe*: La experiencia analítica. Barcelona: Ed. Gedisa. 1992.

dos imperativos administrativos, o que os impede de colocar a instituição a serviço do paciente. No dispositivo institucional, tendo em vista uma máxima eficácia e uma melhor administração, os profissionais ficam prisioneiros, pois são contratados para a cura, porém se lhes atribui um “sustentar o insustentável” que costuma levar à deformação de sua prática. E quem paga por esta deformação senão o sujeito suposto a ser “curado”?

Nesse contexto, que dá origem ao movimento atual da tecnocracia da medicina, o aporte revolucionário de Freud tem sido ou bem menosprezado ou “recuperado” por uma política de “cuidados psiquiátricos” que é produto de uma inquietude moral, social ou econômica, dissimulada sob uma oferta de ajuda médica. Este movimento de burocratização dos cuidados implica a ilusão de um saber que, em sua aplicação, fica reduzido a meras técnicas: avaliações, diagnósticos e planos de tratamento. Dentro da perspectiva de uniformidade dos cuidados, a dimensão do sujeito fica suprimida, pois o respeito à diversidade dos trajetos particulares não é compatível com o que pretende ser a vida administrada. O efeito que isto tem para o sujeito é o atropelo das possibilidades de produzir suas próprias significações ante o que, de seu corpo e de seu sofrimento, escapa a toda tentativa de administração e controle.

Um dos desvios desse funcionamento institucional é a exacerbação das estratégias de infantilização, que são inerentes a toda instituição e que podem muito bem gerar estratégias perversas, dado que o institucional remete – seguindo Foucault – à ambigüidade cura-castigo e à lógica do biopoder. A articulação da lógica institucional responde à segregação dos sujeitos, os quais não podem desvincular-se da sentença que se lhes impõe cumprir: calar aquilo que os constitui e que provoca mal-estar. Esta lógica permite propor leis novas cujo impacto mantém e exacerba a desigualdade e o domínio de quem tem o poder, o direito de identificar-se com a lei, o direito a submeter, domesticar, controlar, reprimir, segregar e esquecer, tudo isso sob o disfarce de um paternalismo tão mortífero como voraz. Ali se sela para o sujeito sua posição de *infans*, amputado de sua palavra; excelente álbi para aquele que, exigindo uma satisfação, não quer saber nada de seu desejo nem da responsabilidade de que é incumbido.

As instituições constituem cenários privilegiados para a colocação em jogo dos mecanismos de perversão, pois, ao estar a serviço de certa vontade de gozo, logram a legitimação daqueles excessos que respondem ao chamado *narcinismo*, fruto do discurso

capitalista do qual nos fala Colette Soler⁵⁶. A legitimação dos excessos atravessa e comove os fundamentos das instituições, cujos estertores anunciam, justamente, uma nova forma de orfandade que promove colapsos, em um mesmo espaço, no *Unheimliche*⁵⁷ e na insuportável *Hilflosigkeit*⁵⁸, angústia mais primária do sujeito exposto aos excessos e no mais profundo desamparo, quando o outro desfalece e não oferece resposta.

Robert Lefort aborda a relação entre o discurso perverso e a instituição, advertindo que o sujeito está a serviço de toda instituição a que pertence, especialmente nas de cuidados⁵⁹. A partir desta perspectiva, o dispositivo institucional que busca dar sentido e oferecer o que não pode dar, assim como os atos daqueles terapeutas instituídos em agentes e portadores da mística institucional mantêm o sujeito alienado de sua história e de seu sofrimento. Há uma distinção crucial entre a relação analítica e o triângulo instituição-cuidador-cuidado. Na primeira, se tudo se desenvolve no nível do sujeito que supostamente sabe, é porque, em realidade, não sabe nada da verdade de que fala; somente por um efeito de transferência ocupa esta posição, a qual constitui a única oportunidade, para o sujeito, de apreender algo sobre si. Na segunda, a situação é totalmente diferente, pois a instituição ocupa o lugar da lei, e o cuidador está seguro de seu saber, reconhecendo a si mesmo como sabedor daqueles que são cuidados, cuja palavra é, assim, suprimida. Aqui, os excessos do sujeito se entrelaçam com os excessos das instituições.

Dentro desse quadro, onde fica a possibilidade de o sujeito escapar à esmagadora condição de infantilizado que lhe é ofertada pela instituição? Não é, acaso, assumir sua responsabilidade como sujeito a única via pela qual pode chegar a “erguer-se”, inscrevendo-se no horizonte temporal e lógico que o enigma da esfinge coloca para Édipo? Dever-se-ia interrogar a função e o lugar que a psicanálise oferece em nossos tempos para proble-

56 SOLER, C. El discurso capitalista. In ____: El Padre, el síntoma. Medellín, Colombia: Foro del Campo Lacaniano. 2003. p.153.

57 “Das Unheimliche” é o título do artigo de Freud (1919), e que foi traduzido por “O estranho”. Assume também o sentido de lúgubre, sinistro, inquietante. Freud observa, nesse artigo, que a palavra alemã contém uma ambigüidade, oscilando entre o familiar e o desconhecido (Ver HANNES Luiz Alberto, *Dicionário comentado do alemão de Freud*: 1996, p.231. *Nota do tradutor*).

58 *Hilflosigkeit* designa um estado próximo do desespero e do trauma (Ver HANNES Luiz Alberto, *Dicionário comentado do alemão de Freud*, 1996, p.73 e 77. *Nota do tradutor*).

59 LEFORT, R. (1990). Discurso de la institución e sujeto del discurso. In: M. Mannoni, *La educación imposible*. México: Siglo XXI, 1990.(pp.169-183).

matizar e acolher estas perguntas. Seguindo Lacan, caberia refletir também sobre os desvios das instituições psicanalíticas e a disposição para assumir suas conseqüências, estando à altura do ato freudiano. É uma questão ética que retrocede ao âmago da formação analítica e do legado freudiano.

Reconhecer esse legado é considerar uma dimensão do humano, na qual a questão do controle, a transparência, a felicidade e o bem-estar se chocam com os paradoxos que o inconsciente põe em jogo. A proposição freudiana “o eu não é o senhor em sua própria casa” sublinha a intervenção de outras forças no psiquismo. Dar conta da dinâmica e da economia destas forças inconscientes permite apreender o sentido dos sintomas e dos atos repetitivos que ocorrem na vida de cada um. Descobrir aquilo que opera no inconsciente abre, para o sujeito, a possibilidade de encontrar em seu desejo as razões de seu sofrimento e de seus atos, e, com isso, ter certa margem de liberdade para assumir sua história, tomar novas decisões de vida e construir seu porvir.

No entanto, como indica Carmen Gallano, os sintomas neuróticos não são a-históricos, eles tomam as formas próprias da história subjetiva particular de um sujeito e da época social que os condiciona⁶⁰. É por isso que a psicanálise não pode desligar-se da trama social e histórica da qual passa a fazer parte, tanto na clínica como na formação dos analistas. Nem a clínica nem a formação são imutáveis, estão articuladas ao mal-estar da cultura e somente “pode[m] ser de seu tempo e de seu lugar”⁶¹.

Segundo se tem indicado, o panorama atual está marcado dentro da lógica do capitalismo, cujas propostas reduzem o tempo à imediatez, estabelecendo-o como um contínuo sem interrupções: tempo de consumo, tempo de mercado; tempos onde a possibilidade de historiar desaparece, e onde se intenciona, a todo custo, diluir o sofrimento. Diante disto, deve-se perguntar: Que tempos são estes para a psicanálise? Há tempo ainda para a psicanálise?

As propostas contemporâneas buscam liberar o homem do conflito inerente a sua condição de desejante. Esta aposta “liberadora” deixa fora e cala os afetos e tudo aquilo que aponta o mal-estar. Como assinala Roudinesco, “em lugar das paixões,

60 GALLANO, C. Avatares subjetivos en la sociedad global capitalista: éstrastornos individuales o males colectivos? Conferencia dictada em la Universidad de Puerto Rico, 30 ago.2006.

61 DEMOULIN, C. *¿El psicanálise terapéutico?* Medellín: Editorial No Todo, 2003. pp. 53.

a calma; em lugar do desejo, a ausência de desejo; em lugar do sujeito, o nada; em lugar da história, o fim da história”⁶².

Para Lacan, a manobra discursiva do capitalismo propõe a dissolução do laço social, a ruptura dos vínculos que a cultura propõe⁶³. Isto tem repercussões na clínica, já que, segundo sustenta Gallano, é nela que se constata “sintomas inéditos”, articulados a esta dissolução dos laços sociais. Estes sintomas não são “já os que mostram o sujeito do inconsciente, localizado em Outra cena, estruturada como linguagem [...]”⁶⁴. Nesta época, a forma como se apresenta o padecimento humano se transformou. A economia do psiquismo flui em um circuito no qual os propósitos do sujeito de encontrar um remédio ou, melhor ainda, um antídoto para o *pathos* que surge de sua condição de desejante, não somente são infrutíferos bem como enfrentam uma crescente e implacável insatisfação. Colette Soler aponta muito bem este terrível paradoxo: “O sentimento crescente do sem-sentido é realmente um índice de que o ‘mais-de-gozar’ produzido pela civilização, todos seus aparatos, não conseguem apagar a aspiração humana, e não fazem mais que acrescentar o sentimento de falta-para-gozar que pode ser devastador”⁶⁵.

A confusão que se joga nos cenários clínicos responde ao funcionamento proposto pelo discurso capitalista. Isto se ilustra nas múltiplas formas de abuso que se estabelecem nas mais invisíveis intimidades ou nas modalidades de trabalho que as instituições instauram e fomentam. Concordamos com a idéia de que “os mecanismos de trivialização do Capital, em nome da democratização do saber e da cultura, tem avassalado as expressões mais nobres do espírito humano”⁶⁶.

Os sujeitos chegam à clínica com vertentes de demanda enredadas fundamentalmente nesse discurso hegemônico. Os sujeitos chegam demandando uma solução que não comprometa sua comodidade e suas modalidades de satisfação, quer dizer, uma solução impermeável à castração. A clínica mostra, de maneira

62 ROUDINESCO, E. *¿Por qué el psicoanálisis?* Buenos Aires: Ed Paidós, 2000.

63 GÓMEZ, M. Del padre a lo peor: lógicas de la disolución. In: TIEMPOS de Disolución: Actas del Coloquio. San Juan: Taller del Discurso Analítico, 2004.

64 RAMOS, F. J. *Estética del pensamiento II: La danza en el laberinto*. Madrid: Ed. Fundamentos; San Juan: Ed Tal Cual, 2004. p. 29.

65 SOLER, C. El discurso capitalista. In: EL PADRE, el síntoma. Colombia: Foro del Campo Lacaniano de Medellín, 2003. p. 147.

66 RAMOS, F. J. *Estética del pensamiento II: La danza en el laberinto*. Madrid: Ed Fundamentos; San Juan: EdTal Cual, 2004, p. 29.

contundente, como a demanda já não é uma demanda de saber, que permitiria a entrada em análise com a possibilidade de uma retificação subjetiva e assumir a responsabilidade sobre o sofrimento de cada um. Cada vez mais, os sujeitos buscam algo que obstrua o questionamento que se cifra no sintoma, curto-circuitando as perguntas que podem emergir do enigma que opera no nível do inconsciente.

É um contexto que parece avalizar o interjogo da demanda e o direito a gozar, perdendo de perspectiva a ordem do dever, não apenas o que cabe fazer cada um, senão, sobretudo, o dever ao gozo que contraria tal interjogo. Há aqui um duplo desconhecimento: do dever como aquilo que reenvia aos imperativos superegóicos – que avassalam o eu e sustentam o álibi neurótico de satisfazer-se na insatisfação – e, por outro lado, o desconhecimento do desejo e seus paradoxos. As conseqüências de tal desconhecimento podem ser devastadoras para o sujeito. Porém, este cenário pode ser ainda pior, se o que prevalece é o desconhecimento de tal desconhecimento. Aqui se situaria o terreno da ênfase e a impostura, que podem incorrer tanto àquele que estabelece sua demanda como àquele que a recebe e/ou faz uma oferta que oblitera a possibilidade de uma palavra plena e tenta cobrir a falta do sujeito⁶⁷.

Como chamar, então, a clínica de nosso tempo? Que efeitos podem ser constatados em um cenário no qual colapsa o prestígio do pai, somado à crise dos semblantes, à exacerbação das exigências de normalização e do empuxo à auto-suficiência?

Poderíamos dizer, à luz do que anteriormente foi exposto, que se trata de uma clínica da orfandade. De certo que sempre fomos órfãos, porém esta nova orfandade soma a sua situação à ignorância e ao desconhecimento. Aí, a tempestade dos afetos inunda o cenário do sujeito e o *acting out* aponta o fracasso da simbolização. Ali, também, o corpo como cenário dos excessos mais devastadores nos revela seu irrefreável impulso, que não encontra na imagem mais que a mortífera sombra que a alteridade colapsada reenvia, como bem exemplifica a anorexia. Lacan ilustra esta orfandade ao falar da estratégia das adições, e coloca que se trata de “romper o casamento com seu fazer-pipi”, isto é, uma estratégia que busca romper o vínculo fálico. É uma tentativa de desfazer os efeitos do Édipo para fazer do corpo um

67 CLASTRES, G. A propos de l'infatuation: l'acte et la répétition. In: Actes de l'Ecole de la Cause Freudienne. Paris: Clermont Ferrand, 1987.

cenário não limitado, nem pela imagem nem pela via marcada pelas coordenadas da castração, e que, no entanto, se encontra mais cedo ou mais tarde com a morte.

Caberia também a pergunta: Por que a exacerbação do chamado autismo infantil? Será que agora, como sugerem as instituições e o discurso da ciência, estamos mais capacitados para identificar esses sujeitos? Será o autismo uma evidência do transbordamento pulsional e seus efeitos mortíferos no corpo que, fragmentado, não consegue construir um referente que o sustente? Será o autismo uma defesa ante os excessos do outro? E os comportamentos desafiantes, estariam acaso desafiando uma lei que não cumpre o que deveria ou ainda uma lei que, em vez de amparar, nos impulsiona a certa modalidade de auto-engendramento? Mais ainda, a depressão ilustra, de forma particularmente contundente, o sujeito órfão de desejo, instaurado no interminável lamento de sua impotência, no fracasso de sua auto-suficiência e de seu inquebrantável afincamento de não querer saber, de sua covardia moral à qual a instituição responde com uma oferta que dá ao sujeito o alibi de perpetuar sua aflição crônica.

O que fazer, então, ante a orfandade de nosso tempo? Já não se trata de oferecer um pai nem uma mãe substituta. Sabemos o efeito desastroso que as sintomáticas substituições podem ter sobre o sujeito, sobretudo se é o terapeuta quem tenta assumir este lugar. Se a orfandade é do desejo, o que se trataria é de dar conta do desconhecimento e de seus efeitos, da tendência atual dirigida para a simplificação e a homogeneização dos olhares e das posições, também da sedutora postura da covardia e do lamento, e do perigo de diluir o posicionamento ético sob a égide da moral ou da legalidade. Tratar-se-ia, como diz Colette Soler ao refletir sobre a proposta de Lacan em *Televisión*, de encontrar uma contraproposta ao discurso capitalista. “Sustentar outro desejo, é uma forma não de demolir – pois estamos todos agarrados no discurso capitalista – senão de sustentar um desejo que faça exceção, que consiga subtrair algo desse discurso”⁶⁸.

Como apostar em uma “cura pela palavra”, em uma cura que “toma tempo”, que implicaria percursos pelas cadeias significantes e pelo desejo que se aloja em seus intervalos? Os sujeitos do presente, fechados em uma oferta de solução imediata, preferem perder seu tempo buscando o fármaco sanador e as “terapias de manual”, cuja finalidade é convencê-lo de que seu sofrimento é

68 LACAN, J. [1973] *Televisión*, *Autres Ecrits*, Paris: Seuil, 2001

“irracional”. Estas soluções não permitem a irrupção da subjetividade e sugerem apagar as marcas do sintoma, único rastro, única pista, para poder, desde a castração que o apalavrar impõe, apostar em uma ética do bem-dizer sobre aquilo de que sofremos e, desde ali, tentar um outro reposicionamento ante a tragédia singular de cada um.

A clínica da atualidade nos enfrenta com as subjetividades do capital e com a metamorfose da demanda. A demanda insistente do neurótico do “diga-me e me dê” encaixa magistralmente com o paradigma do capital de “para tudo existe um objeto e você tem o direito de gozar de tudo”. Ao conjugar-se a demanda do neurótico – cuja solução é sempre falha – com a oferta do capitalismo, cria-se e se sustenta um círculo perfeitamente fechado. O sujeito, nas suas tentativas de não dar conta dos limites, vivendo a impossibilidade como impotência, cria todas as condições para no “desta vez sim” ficar preso na oferta do capitalismo.

Ante a voracidade da maquinaria do capitalismo e as conseqüências subjetivas que se geram com ele, a ética da psicanálise pode marcar um terreno e um tempo distinto. Diante da constante desilusão, que deixa o sujeito desolado e protegido pela angústia perante a queda da solução ofertada pelo capital, haveria duas possibilidades: a repetição que inscreve o sujeito em uma nova falácia de bem-estar, confortando sua infantilização, ou o des-cobrimento de uma via para fazer algo diferente.

A clínica fundada por Freud antepõe aos contínuos do tempo, outro tempo que dá potência às interrupções, aos intervalos e aos rodeios, que por sua vez permitiriam dar escuta ao desejo humano e à pergunta sobre a verdade do sujeito. Os analistas, então, devem abrir um lugar onde “prime o humano e sua letra”.⁶⁹ A psicanálise abre uma escuta ao sujeito do inconsciente, mais além do eu, possibilitando que o sujeito assuma responsabilidade sobre seu desejo. Tal qual recorda Colette Soler: “se o discurso capitalista faz do mais-de-gozo, da mais-valia, sua causa geral, trata-se então de devolver ao sujeito a pequena singularidade que lhe é própria, a pequena parte de desejo que não entra no grande circuito do discurso”⁷⁰.

Psicanálise ainda? Seria a pergunta que haveria de ser formulada, pois, apesar de sua aparente ambigüidade, permite recolher os desafios que se colocam nos tempos que vivemos. Estes

69 FINGERMAN, D. Los tiempos del sujeto del inconsciente. *Wunsch* n. 5, mar.2007.

70 SOLER, C. El discurso capitalista. In: EL PADRE, el síntoma. Medellín, Colombia: Foro del Campo Lacaniano, 2003. p.153.

desafios implicam a vertente do fazer clínico, o posicionamento ético, os avatares da formação e do funcionamento de Escola, e o vínculo possível do discurso analítico com os outros discursos e com a política. Sustentar um espaço para a subversão, tal qual fora introduzida pelo legado de Sigmund Freud, exige insistir na possibilidade de um fazer clínico que esteja à altura de tal legado. Exige também questionar as formações e deformações que são feitas em diversos espaços analíticos, pois, como Lacan advertiu, existe sempre a tentação de derivar para soluções formativas e de funcionamento institucional cada vez mais alheias ao legado freudiano. Diante disto, o ato de dissolução que operou Lacan com sua Escola, e também a orientação de seus ensinamentos nos devem servir de referência.

Exige também pôr em perspectiva as particularidades sociais, políticas e geográficas em meio às quais o trabalho analítico se leva a cabo. Diante do impulso das ofertas terapêuticas e formativas de curta duração e pretendidos custo-efetividade – soluções cada vez mais refratárias à castração – e diante das ingerências do Estado para tentar controlar e regular as formações e as práticas, o futuro da psicanálise está vinculado a um duplo desafio: fidelidade ao legado freudiano quanto à formação e ao fazer clínico, e capacidade de estabelecer um vínculo social inédito que co-responda aos tempos que vivemos.

Seguindo as citações em epígrafe, poderíamos dizer que a possibilidade de um tempo ainda para a psicanálise reside em recuperar sempre o sentido da experiência, tendo como referência o legado de Freud. Porém há que recordar a advertência de Lacan: “apenas a organização de uma comunidade não pareceria a Freud uma garantia dessa transmissão”⁷¹.

Tradução: Rosane Melo e Raul Serrador
Revisão: Solange M. de Fonseca

71 LACAN, J. La situación del psicoanálisis In *Escritos*, Buenos Aires: Siglo XXI, 1956 p. 468.



O TEMPO DA ANÁLISE
EPFL - ESPANHA (F5)

O TEMPO NA CURA: AS SESSÕES α -TEMPORAIS

Manuel Baldiz

Conhecemos bastante bem a tese freudiana do inconsciente fora do tempo. Aparece já em 1907 em uma nota de pé de página de *Psicopatologia da vida cotidiana*, que conclui dizendo: “No caso das marcas mnemônicas reprimidas, pode-se comprovar que não experimentaram alterações durante os mais longos lapsos. O inconsciente é totalmente atemporal”. Em dois textos posteriores (*O inconsciente*, de 1915, e a Conferência XXXI das *Novas Conferências de Introdução à Psicanálise*, de 1932) Freud insiste no caráter atemporal dos processos do sistema inconsciente. Para o pai da psicanálise, o tempo é patrimônio do consciente e do *Ich*⁷², enquanto o inconsciente e o *Id* escapam a ele. Nesta perspectiva, o poder da análise consiste em passar os desejos do fora-do-tempo do inconsciente à temporalidade consciente. É este, então, um ponto que se mantém inflexível ao longo de sua obra, de algum modo impermeável também à passagem do tempo.

Também sabemos que, com Lacan, se opera uma verdadeira transformação na concepção do tempo, tanto do ponto de vista clínico como teórico. Partindo da mencionada tese freudiana, incorpora, entretanto, outra importante intuição de Freud, a da retroação ou *Nachträglichkeit*, e leva, a ambas, a suas extremas conseqüências, acrescentando algo próprio e totalmente inovador no seu famoso texto “O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada”, com o famoso apólogo dos três prisioneiros e a tríade constituída pelo instante de ver (ou do olhar), o tempo de compreender e o momento de concluir.

Em nosso jargão, entre colegas, é habitual apelar, de um modo vago e às vezes um tanto superficial, ao chamado “tempo lógico”. Algumas vezes o que se vislumbra, unicamente, é um tipo de tempo subjetivo (próprio de cada um) ou uma espécie de desdém com relação ao tempo cronológico. No primeiro caso, pode tratar-se simplesmente de uma volta ao redil da psicologia, e o certo é que, para semelhante viagem, não seriam necessários tantos e tão sofisticados alforjes. No segundo caso, encontramos com uma ingênua rebeldia diante dos ditados do relógio

72 Em alemão, no original (N.T.)

que nem sempre corresponde à organização diária e real dos officiantes da análise, mais escravos do tempo do que realmente gostariam. A teorização lacaniana ia, sem dúvida, muito mais longe, implicando inclusive certa releitura do Cogito à luz da dialética da intersubjetividade.

Não é aqui o lugar adequado para resumir esse magnífico texto de 1945, mas vale a pena destacar o modo como Lacan retorna a esse escrito quase 30 anos depois. Trata-se da quarta lição do Seminário *Encore* (1973), quando Lacan evoca explicitamente seu escrito sobre o tempo lógico e acrescenta algo muito sugestivo. Ele nos lembra que ali destacava “o fato de que algo assim como uma intersubjetividade possa desembocar em uma saída salvadora”, mas vai mais além da relação entre sujeitos e agrega que já então se podia ler que “o a minúsculo tetiza a função da pressa” e que o que agora pode afirmar claramente é que, no trio dos prisioneiros, “cada um intervém segundo esse objeto a que está sob o olhar dos outros”.

O sujeito, nos dizia Lacan nos anos quarenta, realiza o momento de concluir em uma “desobjetivação num grau inferior”, em que se apreende como objeto ante os outros. Mas o Lacan (que, na realidade, já é bastante outro) nos diz nos anos setenta que o objeto a “tetiza”, ou seja, põe por escrito e/ou faz tese da função da pressa que leva o sujeito ao ato. E se impõe, portanto, certa releitura ou, em todo caso, certo suplemento à concepção intersubjetiva do tempo lógico. Da intersubjetividade passamos à relação do objeto com o Outro. Já não existe propriamente relação entre sujeitos. Por isso Lacan propõe, nesse Seminário, um quase-matema quando diz que estes três são, em realidade, “dois mais a”: dois mais o sujeito no momento de apreender-se como objeto para o Outro. E depura mais ainda o raciocínio quando conclui afirmando que, se nos situamos no ponto de vista do próprio objeto a, o “dois mais a” se reduz, de fato, a um “Um mais a”.

Esses dois ante os quais me apreendo como objeto não são, tampouco, dois sujeitos, reduzem-se à função do Um mais a função do a. Não há três nem dois em qualidade de sujeito, é o problema do Um e do Outro irreduzível em sua relação, relação que deixa sempre um resto irracional e que toca o núcleo de toda cura.

Duas conclusões (provisórias) sobre essa enriquecedora releitura lacaniana do tempo lógico:

1 - Parece legítimo sustentar, então, que a clássica atempora-

lidade do inconsciente freudiano pode ser reinterpretada, em Lacan, à luz do objeto *a*.

2 - Igualmente, pode-se tentar aplicar essa lógica do “Um mais *a*” ao próprio interior da cura, especialmente para abordar os problemas inerentes à função do emprego do tempo no dispositivo analítico, onde o analista ocupa, de algum modo, o lugar do objeto.

Vejamos agora algumas questões problemáticas que aparecem quando se transita pelos diversos textos sobre o tempo em psicanálise, produzidos no conjunto da comunidade de analistas lacanianos. Pode-se extrair de alguns deles uma espécie de dualidade que faria referência a duas possíveis etapas no ensino de Lacan acerca da questão do tempo, ou, dizendo de maneira redundante, “dois tempos” em Lacan com respeito ao tempo.

Conforme esta possível sistematização binária, teríamos um primeiro Lacan que seria o da sessão de duração variável e um segundo Lacan (supostamente último, no que concerne a este assunto), que seria o da sessão curta. Naqueles que se orientam diretamente pela leitura de Jacques-Alain Miller, tal dualidade se escreve assim: sessões que funcionam como unidade semântica a partir da lógica da pontuação, e outras que funcionam como unidades a-semânticas com base na lógica do corte.

Entre alguns de nós (Campo Lacaniano), esgrime-se a hipótese de que as sessões curtas respondem a uma lógica que trata de dinamitar a vaidade da palavra, apontando as suas falhas e aporias, mas ao mesmo tempo se faz a observação de que uma prática analítica que se fundamentasse essencialmente na sessão breve necessitaria algo do qual ainda estamos bastante distantes: “uma sagrada transferência, do analisante com a verdade freudiana, e do analista com a psicanálise” (Marc Strauss, Madrid, 2002). E, mais além da polêmica sobre a duração das sessões, Colette Soler enfatiza que o tempo da análise não pode comprimir-se, “pois o tempo necessário para empurrar o simbólico a seus redutos, tempo lógico, é inseparável do que ainda se necessita para admitir e suportar o resultado” (Colette Soler, *El más de tiempo*, 2002).

O primeiro Lacan é aquele que revoluciona a práxis analítica com a sua grande inovação do tempo livre de sessão. Vale a pena perguntar-se: livre de quê? Nenhum tempo é verdadeiramente livre, todo tempo tem suas leis. Livre, em todo caso, da ditadura obsessiva da duração *standard*, e liberado, exatamente por isso,

do possível e freqüente manejo da resistência por parte do analisante. Com esta concepção, o Lacan da primazia do simbólico utiliza (de uma forma totalmente coerente com a sua teoria) o tempo na própria sessão como um instrumento privilegiado para obter efeitos de escansão, de interpretação e de retroação significativa. Alguns podem pensar que não vale a pena determo-nos muito nisto, já que faz parte de nossa *doxa* mais conhecida, mas outros talvez opinarão que, na realidade, é uma *doxa* já ultrapassada, uma porção a mais da história da psicanálise, e isso é algo muito discutível e merece ser revisto.

O pretendo segundo tempo de Lacan a respeito do tempo na cura não é tão fácil de situar como o primeiro (que era o Lacan dos *Escritos*). Mas, neste jogo das dualidades, faz referência ao Lacan da práxis clínica das sessões curtas, algumas quase inexistentes, fulgurantes, e com uma ênfase que teria mudado de lugar: já não se trataria do corte com uma finalidade basicamente epistêmica, mas como uma manobra encaminhada para induzir o sujeito a abreviar os seus dizeres, reduzindo a produção imaginária de sentido e implementando, de modo digno, o conceito de “precipitação”, e tudo isto com uma dupla intenção radical: a de separar o objeto e a de reconduzir o sujeito até a opacidade do seu gozo. É, talvez, a passagem do analisante tagarela ao analisante lógico.

É, sem dúvida, tentador articular esta segunda concepção a esse momento de releitura que estivemos examinando há uns momentos e que obrigou Lacan a incorporar, mais explicitamente, a função do objeto “a” na lógica temporal, sublinhando, ademais, o estatuto da pressa.

Aparecem, entretanto, algumas interrogações:

- Existe realmente tanta oposição entre o primeiro modo de conceber o corte da sessão e o segundo?
- Devemos privilegiar sempre as últimas elaborações de Lacan e esquecermos as primeiras?
- Ainda no caso de que optássemos por enfatizar as supostas especificidades da segunda concepção, esta justifica sempre uma necessária abreviação das sessões? Não deveríamos talvez escutar com mais respeito algumas críticas que se fazem (fundamentalmente vindas de outras orientações psicanalíticas) à prática das sessões radicalmente breves?

Com relação à primeira interrogação (existe realmente tanta oposição entre os dois modos de conceber o manejo do tempo

em Lacan?) devemos ser prudentes e é útil reconhecer que, às vezes, tendemos a reinterpretar de um modo exagerado as práticas que supostamente já pertencem ao passado, ainda que seja nosso próprio e recente passado, com a finalidade de reafirmar a diferença com o que queremos apresentar como um procedimento inovador. Com o objetivo de potenciar a idéia de lidar com o tempo na cura de forma coerente com o aparecimento do objeto *a* podemos, ocasionalmente, acabar ridicularizando ou desvalorizando um manejo do tempo nas sessões como eficaz ferramenta na hora de pontuar e fazer emergir significações ocultas para o analisante. Não seria muito mais lógico preservar esta primeira e magnífica maneira de conceber a interpretação que Lacan nos ofereceu, tratando de fazê-la compatível com a segunda? Não será que o fato de que muitos entenderam e aceitaram esta primeira e subversiva utilização do tempo (inclusive fora do âmbito estrito do ensino lacaniano), nos incomoda de algum modo, quando deveria antes nos satisfazer?

Ambos os modos de lidar com o tempo na direção da cura podem ser perfeitamente compatíveis, uma vez que correspondem, em realidade, a dois momentos diferentes no curso da análise. Dois momentos que não devemos imaginar como que se dessem um após outro, formando uma série de duas etapas consecutivas, mas como um fundo estrutural da direção da cura, com um tempo dedicado mais a explorar o âmbito do saber inconsciente e outro no qual se trata de enfrentar o sujeito com o Real. O corte que funciona como uma interpretação que permite ao sujeito ser algo mais clarividente com relação às coordenadas simbólicas e imaginárias de sua novela familiar e de suas condições de gozo, pode ir perfeitamente com aquele outro corte (que talvez não seja mais que o seu próprio reverso, ou o seu resto), que põe em evidência que nem tudo pode ser significantizado.

Com relação à segunda interrogação (devemos privilegiar sempre as últimas elaborações de Lacan e esquecer as primeiras?), sejamos coerentes: nem sempre temos que privilegiar necessariamente o último Lacan. Tal procedimento proporcionou a Jacques-Alain Miller uma posição excepcional em uma determinada época, já que se aceitava que era justamente ele que, melhor que ninguém, podia determinar qual era a última concepção de Lacan referente a cada ponto da teoria ou da clínica. Mesmo que muitos de nós tivéssemos participado, em maior ou menor grau, durante algum tempo desta tendência um tanto ingênua de buscar apoio nas últimas palavras lacanianas acerca de cada

questão psicanalítica, se pensarmos bem é um contra-senso teórico, dado que o próprio Lacan nos ensinou uma e outra vez a questionar este princípio. Pensemos, por exemplo, que, na sua leitura de Freud, Lacan dista muito de reger-se por um suposto progresso cronológico na obra do pai da psicanálise. Ainda que destaque algumas questões do Freud mais idoso (como, por exemplo, a pulsão de morte, onde justamente quase nenhum discípulo o pôde seguir) ao mesmo tempo, é evidente também que se desprende de forma explícita da perspectiva pós-freudiana clássica que privilegia o desenvolvimento da segunda tópica em detrimento da primeira. Por que, então, os leitores de Lacan não podem operar com a sua obra de modo semelhante (ainda que não idêntico) a como ele nos ensinou a fazer com Freud, relativizando um pouco o culto “ao último do último” e à suposta progressão diacrônica da teoria?

Por outro lado, não é fácil encontrar, nos últimos seminários de Lacan, muitas referências explícitas a este polémico assunto das sessões curtas. Talvez seja um assunto que derive parcialmente das contingências específicas da práxis de Lacan como analista e não somente de sua teoria. Alguns podem não gostar desta antiquada apelação à diferença entre teoria e prática, mas é importante pensar que Lacan podia ter poderosas razões e, ao mesmo tempo, muito particulares (e dificilmente repetíveis) que justificassem, em parte, o emprego cada vez mais radical da abreviação das sessões. Não se pode ignorar quão especial era o lugar que Lacan ocupava na comunidade analítica do seu tempo e o modo como tal lugar influía nas transferências. Lacan nos pediu, ademais e de maneira explícita (na “Terceira”, em Roma) que não o imitássemos.

Um uso injustificado da abreviação temporal e sistemática das sessões de análise não beneficia em nada a causa analítica. Fazer da brevidade uma espécie de *standard* da orientação lacaniana pode ser um erro tão pouco analítico como padronizar as sessões de 50 ou de 45 minutos. A paradoxal padronização da sessão breve resultaria em uma aberrante contradição.

Cada paciente é diferente, e nenhuma sessão se repete. Provavelmente, como escreveu Colette Soler no Prelúdio número 3 das Jornadas em Madrid sobre o tempo, a questão não é tanto a duração das sessões, mas “o que a sua suspensão faz surgir”. Portanto, é factível considerar duas funções da escansão que não necessariamente devemos considerar antagônicas: uma mais vinculada à interpretação e à emergência de algum sentido, e

outra mais vinculada ao ato, que permite ao sujeito certo grau de enfrentamento ao sem-sentido do pulsional. Recordemos que Lacan já dizia, em seu seminário XI, que a interpretação não está aberta a todos os sentidos e que seu efeito é o de isolar, no sujeito, “uma medula de sem-sentido”.

Os riscos inerentes à primeira (por ficar somente nela ou por abusar desta) são aqueles que desvirtuam a posição do analista transformando-o em um hermeneuta ou em um psicólogo das supostas profundidades, que utiliza o tempo como uma ferramenta a mais para decantar possíveis significados, jogando somente no registro do *automaton* dos significantes.

Os riscos da segunda são os que podem deslocar a função do analista até o território do puro ato, tratando o tempo todo de provocar efeitos de *tyché*, a modo de uma cópia tosca de um mestre zen ou o metamorfoseando naquilo que Pierre Bruno tentou questionar nos instantes iniciais da grande crise da AMP, quando aludiu ao analista que age como uma figura imaginária do pai real.

A prática cotidiana demonstra que, em uma cura, podem acontecer sessões de um tipo e de outro, e que existe uma profunda articulação entre ambas. Sob o tempo do saber re-ordenado pela lógica retroativa do significante, habita o tempo pulsional, *tempus* libidinal fora da lógica discursiva, e próprio do objeto.

Aproveitando um oportuno jogo de palavras em castelhano, podemos dizer: “*la sesión corta*”⁷³, não no sentido de uma curta duração temporal, mas no sentido de que toda boa sessão analítica tem efeitos de corte para o sujeito, tanto se é para adverti-lo de alguma significação que até então lhe escapava, como para ajudá-lo a se desprender de um excesso de gozo e a enfrentá-lo com os limites do dizer.

A sessão analítica “corta”, e este é o modo específico de curar que a psicanálise tem, embora aceitando o incurável de cada sujeito no final da cura.

Tradução: Josefa Muñiz Pinho

⁷³ Jogo que o autor propõe ao atribuir diferentes valores ao vocábulo *corta* na expressão citada, referindo-se à brevidade da sessão como uma possibilidade (A sessão *curta*) e ao ato ou efeito de cortar (A sessão *corta*) como outra. (N.T.)

Bibliografía

- FREUD, S. Psicopatología de la vida cotidiana [1901]. In: _____. Obras completas. Buenos Aires: Ed. Amorrortu, v. VI.
- FREUD, S. Lo inconsciente [1915]. In: _____. Obras completas, op. cit., v. XIV.
- FREUD, S. Nuevas conferencias de introducción al psicoanálisis. [1932-36]. In: _____. Obras completas, op. cit., v. XXII.
- LACAN, J. El tiempo lógico y el aserto de la certidumbre anticipada: un nuevo sofisma [1945]. In: _____. *Escritos*. México: Ed. Siglo XXI, t. I.
- LACAN J. Función y campo de la palabra y del lenguaje en psicoanálisis [1953]. In: _____. *Escritos*, op. cit., t. I.
- LACAN J. Seminario 11: Los cuatro conceptos fundamentales del psicoanálisis. Buenos Aires: Ed. Paidós, 1964.
- LACAN J. Seminario 20: Aun. Buenos Aires: Ed. Paidós, 1972-73.
- STRAUSS, M. Madrid, 2002.
- SOLER, C. El más de tiempo, 2002.
- VVAA, Le temps fait symptome. *Revista de la Cause Freudienne*, n.26, 1994.
- VVAA, El tiempo del psicoanálisis. *Revista de la Internacional de Foros del Campo Lacaniano*, Heteridad, n.3, 2003.
- VVAA, La sesión corta. *Revista de la Escuela Lacaniana de Psicoanálisis*, n.6, 2004.



O TEMPO DA ANÁLISE
FOE DE BARCELONA - FÓRUM
PSICANALÍTICO DE GALÍCIA

O ACONTECIMENTO IMPREVISTO NO MARCO DA EXPERIÊNCIA ANALÍTICA

Ana Canedo, com a participação de Mar Criado,
Rosa Escapa, Christian Prado, Teresa Trías

Quando Lacan abre a edição dos *Escritos* em 1966 com “*O seminário sobre A Carta roubada*”, nos surpreende nesta *Abertura* com uma interpretação: a estrutura “já” estava contida no ponto de partida, encontrando sua conclusão, anos depois, em sua tese sobre o objeto *a*, invenção de um saber que produziu um giro inédito na teoria e na clínica da psicanálise. Para isso foi necessário um longo tempo para compreender que se cristaliza, em um momento preciso, um verdadeiro passe subjetivo após a excomunhão. Quase 20 anos havia-se passado...

Lacan renova a concepção freudiana do tempo – *Nachträglich* - com o Escrito “*O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada*”⁷⁴, introduzindo a estrutura formal do tempo: o instante de ver, o tempo para compreender e o momento de concluir: a estrutura mínima temporal que abarca três modalidades bem diferenciadas, com características próprias.

Trata-se do tempo necessário na análise para obter um saber na e através da transferência, onde se incluem “os passos” para uma conclusão que possibilite um produto, saber efetivo em ato, que encontra a verificação nas suas conseqüências no final da análise: a passagem de analisante a analista, que se recolhe no passe.

Na experiência de uma análise, o inconsciente aparece aberto ao acontecimento, não se trata somente do deciframento senão da invenção de um saber com efeitos de verdade para o analisante. O próprio sujeito se realiza renovado nesse tempo e lugar, reeditando-se a temporalidade inicial do inconsciente.

“Na modulação do tempo trata-se de captar a própria função por onde cada um desses momentos, no trânsito até o seguinte, *se reabsorve nele*, subsistindo unicamente o último que os absorve (conclusivo) para compreender verdadeiramente sua gênese no movimento lógico, em forma retroativa”.

74 LACAN, J. O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada [1945]. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

Parece-nos que se pode entender que logo o tempo para compreender aparece ligado ao processo de elaboração significativa do inconsciente que pede para se realizar.

Mais adiante em seu ensino, estará o tempo em que o sujeito deverá recorrer mais de uma vez ao modo das demandas suspendidas, produzindo seqüências conclusivas que preparam o desprendimento do objeto na transferência ao final.

A instância do tempo que cava o intervalo revela-se no acontecimento imprevisto, enigma onde se cristaliza em “hipótese autêntica”, a saber: a significação de um real ignorado pelo analista e o mesmo pelo próprio sujeito.

Somente advém como acontecimento do discurso no marco da transferência, *a posteriori*, depois de um tempo prolongado para compreender. Se bem se suscita a dúvida, não é pela dúvida que se chega sem mais nem menos à certeza, como propunha Descartes. “É a certeza antecipada do momento de concluir que põe em jogo a dúvida”, pela intervenção do objeto *a*.

“Não consegui lograr a tempo a transferência...”⁷⁵

O saber do inconsciente se manifestou em um primeiro momento como negação, como exclusão lógica no campo dos fenômenos que escapam à consciência.

Quando Freud se aproxima da problemática da histeria, comprova algumas coordenadas que já estavam no discurso da época: o sintoma de conversão nas funções do corpo, conectado à palavra e modificável pela sugestão hipnótica.

Observamos que, no instante do olhar, aparece algo da ordem de uma evidência que se capta sob a fórmula impessoal do “se sabe que...”, abrindo a dimensão do não sabido, que só encontra seu desenvolvimento no tempo necessário para compreender.

Embora o fenômeno da transferência tenha aparecido no tratamento, de acordo com o método catártico empregado por Breuer com sua paciente Anna O, ele somente toma seu valor fundamental como experiência efetiva no caso Dora, descobrimento que abre a possibilidade da psicanálise, instituindo seu marco. Freud reflete *a posteriori* sobre algo que havia irrompido de modo surpreensivo na cura, dizendo “não logrei dominar a tempo a transferência”.

75 FREUD, S. Fragmento de análisis de un caso de Histeria [1905]. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Ed. Amorrortu, 1978. t. VII.

Sabemos que a psicanálise encontrou a porta de entrada do desejo inconsciente através da escuta das pacientes históricas. A propósito disto, Lacan nos conduz desde *As mulheres sábias*, de Molière, mediante a graça obtida de sua palavra já que, se a jovem está muda⁷⁶, a análise consiste em fazê-la falar do seu sintoma com o analista. Isto permite a Freud descobrir o traço diferencial da histeria, que no movimento de falar constitui seu desejo e encontra sua solução.

A transferência se enlaça, então, ao descobrimento do desejo inconsciente, como motor do sonho e retorno do reprimido. O analista aparece como destinatário do sonho, ocupando na cura, com sua presença, um lugar qualquer para o paciente – em relação a seus objetos libidinizados pelo desejo –, como reedição dos conflitos edípicos não reconhecidos, que se manifestam em ato.

O laço com o analista aparece ali em seu aspecto positivo, isto é, como amor de transferência, que propiciaria a via significativa das associações, permitindo através das lembranças elaborar o conflito no qual o paciente está aprisionado, sem o saber. Seu manejo na cura chega a ser uma ferramenta indispensável para o analista; “somente pelo doloroso caminho da transferência”, o Homem dos Ratos admite considerar a interpretação em relação ao pai, que até ali o deixava frio.

Nesse caminho, torna-se possível a Freud aceder, pela via do fantasma, à elaboração do Complexo de Édipo, na análise dos sonhos de seus pacientes e na própria experiência da chamada auto-análise, na transferência com Fliess.

O inconsciente se manifesta ali onde se pode captar o que denominamos o tropeço no conteúdo manifesto, fazendo aparecer algo do conteúdo latente, como podemos observar no *lapsus*, no sonho ou no sintoma. O descobrimento se apresenta como surpresa que excede ao sujeito, introduzindo o ponto de vacilação no relato. No momento em que o paciente duvida, pode-se extrair desta dúvida a certeza de que se trata de algo do reprimido, censurado à consciência.

Poderíamos dizer que é, então, que se faz presente no campo da experiência, sob a forma de uma atualidade irrecusável, a existência mesma do desejo inconsciente, atravessando o “não penso”, no que adere o neurótico ao seu ser de amo, como amo da consciência, seu não querer saber sobre a causa de sua própria divisão como sujeito do inconsciente.

76 LACAN, J. Lição de 22 de Janeiro de 1964: O inconsciente freudiano e o nosso [1963-64]. In: _____. Seminário XI: *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Com o avançar da análise, abre-se a necessidade de elaborar o conceito da pulsão de morte, responsável pela compulsão de repetição. A partir de *Mais além do princípio do prazer*, de 1920, a transferência - tanto na sua forma positiva como negativa - se põe a serviço da resistência, ao mesmo tempo em que se vai constituir no mais potente dos instrumentos terapêuticos do médico.

Daí que o legado freudiano sobre o fim da cura analítica poderia traduzir-se pela pergunta: “que fazer com o resto pulsional?” - este “quantum libidinal”, o fator quantitativo que atravessa, em 1937, os últimos capítulos de *Análise terminável e interminável*. A rocha freudiana da castração é da ordem de um impasse, uma vez que localiza um resto incurável, impossível de ser analisado tanto no homem como na mulher: do lado do homem, angústia de castração; do lado das mulheres, inveja do pênis.

O impossível de dizer e a *Urverdrängung*

No começo do seu ensino, Lacan abre seu Seminário⁷⁷ com o estudo sobre o caso do Homem dos Lobos, oferecendo-nos uma fina leitura sobre os elementos em jogo da cena originária, nunca recordada, no sonho repetido dos lobos, que se apresenta posteriormente ao redor dos quatro anos do sujeito.

No debate com Jung, Freud está propenso a encontrar a realidade da cena para demonstrar que a sexualidade se organiza em um mundo simbólico cada vez mais organizado ao qual acede a criança na neurose infantil.

Neste Seminário Lacan demonstra que o valor de acontecimento traumático para o sujeito se constitui *a posteriori* – *Nachträglich* – da cena originária, digamos quando pode alcançar a significação. A cena originária se encontra no registro imaginário, prévio a qualquer simbolização.

Quanto à realidade da cena, assinala que a relação com a realidade não está vinculada ao sistema perceptivo. A percepção se encontra sob a dependência da ordem simbólica enquanto determina o sujeito no inconsciente. A estrutura, dirá logo, não procede do *percipiens*, porque já se encontra no *perceptum* que o determina.⁷⁸

77 LACAN, J. *Seminário: O Homem dos Lobos* [1953]. Inédito.

78 LACAN, J. De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose [1958]. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

Poderíamos dizer que retoma o histórico da questão desde o Capítulo VII de *A interpretação dos sonhos*, quando sinaliza de um modo concludente: o acontecimento só se torna traumático quando se “historiza”.

A história aqui não é o passado, senão a reconstrução de experiências que deixaram impressões no presente; trata-se menos de recordar que de reescrever a história pelo sujeito.

A historização não é memória senão rememoração, ligada ao sujeito barrado em vias de realização significante. Estabelecem-se significações à medida que se levanta a repressão, quando o reprimido passa à consciência.

Isto se produz não sem atravessar seqüências onde aparece a resistência, o que Freud designa como transferência, quer dizer, a atualização da pessoa do analista como presença.

A verdade do acontecimento depende do sistema simbólico que introduz a linguagem no vivente: “...somente com a dimensão da palavra se cava o sulco da verdade”⁷⁹, já que somente com ela é possível introduzir a dimensão da verdade e da mentira.

O acontecimento traumático toma seu valor de verdade na medida em que pode ser demonstrado na experiência da análise. Advém do originariamente reprimido, o chamado núcleo patógeno em *Estudos sobre a histeria*, como o rejeitado no discurso pelo discurso.

A existência da repressão primária se postula a partir de seus efeitos, e o núcleo do reprimido constitui o inconsciente primordial, para sempre inacessível à memória.

Para que a repressão seja possível, é necessário que se tenha constituído um primeiro nódulo do reprimido, que atrai sobre si todas as repressões posteriores na formação de sintomas.

Em “O esquecimento dos sonhos”⁸⁰, Freud outorga o estatuto de “certeza plena” quando as associações se aproximam do núcleo do reprimido, aparecendo então a inconsistência, os pontos débeis nos disfarces do sonho.

Ao se referir ao umbigo do sonho, assinala que “todo sonho tem pelo menos um lugar insondável, um umbigo pelo qual se conecta com o não reconhecido”

Algo há de ficar na sombra, aquilo que não pode ser alcançado pelo sentido. Podemos dizer que se trata do encontro com

79 LACAN, J. *Seminário 1: Os escritos técnicos de Freud* [1953-54]. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1979.

80 FREUD, S. El olvido de los sueños. La interpretación de los sueños [1900]. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Ed. Amorrortu, 1978. cap. VII.

um impossível lógico, manifestação do real – quer dizer, não simbolizado – algo diante do qual o sonho, enquanto rede de significantes, se interrompe, não podendo ir mais longe.

Lacan observa que Freud se detém em um ponto no deciframento do sonho, para dar lugar à construção do fantasma, onde se pode localizar o olhar como posição de objeto do sujeito, a deiscência imaginária, seu não querer saber da castração no Outro, mesmo que à custa de si mesmo.

Trata-se de um sonho de angústia que atravessa a função de ser o guardião do dormir onde aparece a irrupção do traumático que desperta, interrompendo a função do princípio do prazer. Se dissermos que um sonho é um despertar que começa é porque algo na outra cena desempenha a dimensão de desconhecido para o sujeito.

Através da via significativa, o analista encontra, no sonho dos lobos imóveis, o olhar, o sentimento de realidade efetiva, deduzindo o real em jogo no trauma.

No sonho dos lobos, encontramos estes requisitos como ponto inaugural: a cunhagem simbólica e a repressão originária; posteriormente, a formação de sintomas e o retorno do reprimido que no sonho deixará sua marca.

Na elaboração das associações, encontramos os elementos significantes que dão moldura à janela que se abre de improviso; é o tempo do Natal, data próxima a seu nascimento, e o menino espera um presente.

Lacan evocará em seguida a figura do V romano, para colocar em causa o enigma da castração que já estava presente na imagem do corpo da mulher ou nas asas da borboleta, para compreender que se trata do significante.⁸¹

Do sucesso traumático, sem palavras, se constrói ao mesmo tempo um lugar vazio, onde não existe rememoração possível, não há nada para dizer; sinalizando o ponto onde o ser falante encontra-se excluído da sua própria origem.

“O essencial não é a realidade senão saber como o sujeito pôde verificar suas conseqüências sob seu ser e por seu sintoma, como pôde articulá-lo a posteriori em termos de significante”.⁸²

Em uma intervenção de 1975⁸³, Lacan retoma a articulação dos conceitos *Unerkante* – o não reconhecido – o umbigo do sonho

81 LACAN, J. Do sujeito da certeza: Lição de 29 de janeiro de 1964. In: _____. *Seminário XI...*, op.cit.

82 LACAN, J. Lição 3. In: _____. *Seminário XIV: a lógica da fantasia* [1966-67]. Inédito.

83 LACAN, J. *Repuesta de Jacques Lacan a uma pergunta de Marcel Ritter*. Strasbourg, 1975. Inédito.

e o *Urverdräng* – o reprimido primordial. Utiliza o termo *Un* em alemão para designar a categoria do impossível, o limite à simbolização. Aquilo que permanece inacessível à consciência continua operando no real; “a dupla negação do *não cessa de não se escrever* para o impossível designa o umbigo do sonho em Freud”.

Da relação entre esses conceitos, observa que, no ponto onde se detém o deciframento, se extrai a impossibilidade lógica, aquilo que não terá acesso à palavra.

No nível do simbólico, esse buraco é nó, “orifício amarrado”: o sonho se assenta no não reconhecido e o fantasma vem a esse lugar.

Se “a palavra introduz o oco do ser na textura do real... ali se cava a hiância do ser como tal”. Poderíamos, então, falar do sujeito dividido no inconsciente, o que denominamos a falta em ser.

O acontecimento, é a tese forte que retoma Lacan, não vem do passado, advém do porvir em sua realização simbólica, por sua integração na história do sujeito. Não pertence à ordem do que foi, senão do que em um momento determinado, teria sido.

Como veremos, logo Lacan se refere ao *Unerkante* aplicando-o à impossibilidade lógica no que concerne ao sexo, “não há relação sexual”, quer dizer que, quanto à relação com o Outro sexo, não há saber possível no real.

A angústia é uma manifestação específica do desejo do Outro

A inquietante certeza da angústia é um fenômeno que permite indicar ao analista o ponto mesmo do encontro do sujeito com o real. Este afeto que não engana surge de um modo imprevisto no desconcerto quando a função do fantasma cambaleia para significar o desejo do Outro.

No Seminário *A angústia*,⁸⁴ o argumento de Lacan é o seguinte: a angústia e o desejo coincidem num limite, indicando a borda onde se aloja o objeto. Quando a falta vem a faltar, revela-se sua presença no lugar marcado por uma ausência, o objeto a, causa de desejo do Outro.

Encontramos na formulação “o desejo se revela como desejo do Outro”, onde se entrelaçam os três registros do desejo: real, simbólico e imaginário. Real porque se sustenta do objeto a; simbólico em seu laço com o Outro do significante; e com efeitos no registro imaginário: na imagem especular e na relação com o semelhante.

84 LACAN, J. Lição de 28 de novembro de 1962. Do cosmo à *Unheimlichkeit*. In: _____. *Seminário X: A angústia* [1962-63]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

A angústia aparece como um efeito da desestabilização no nó dos três registros, como uma espécie de bússola que permite localizar o lugar no qual se denota a presença do objeto. Assim, podemos dizer que é o afeto diante do desejo do Outro quando se perfila o inominável do gozo. O Outro aqui aparece como não barado que emerge como puro real, não marcado pelo significante.

Lacan retoma a angústia do real – da forma como fez Freud – separando o Outro como lugar do significante e a Coisa como lugar do gozo. O sujeito fica suspenso por este gozo que lhe concerne.

A incerteza pela falta de resposta no plano simbólico desestabiliza o eixo imaginário, e a função da imagem especular naufraga. O objeto *a* desamarrado do fantasma emerge na cena da realidade e sobrevém a angústia.

É por essa razão que a angústia localiza o lugar de onde emerge o desejo, sendo a prova material do encontro com o desejo do Outro.

O fantasma representa uma defesa contra a angústia, trazendo uma significação ante a falta de resposta ao enigma sobre o desejo. Se bem garante a significação fálica, não é suficiente para assegurar ao sujeito os encontros com um gozo desconhecido, que não se deixa reduzir pela dita significação.

“O fantasma serve ao neurótico como artifício para fazer-se um ser, um objeto *a* “posticho”, para defender-se de saber... que é por sua falta, pelo que se relaciona ao desejo do Outro”. Mas o neurótico quer que se lhe demande, tentando colocar a demanda no lugar valorizado do objeto agalmático, para se sentir seguro na sua aspiração de ser o falo e iludir a angústia.

Sabemos de sua estratégia para se elidir em sua relação com a causa do desejo: a nada na histeria, de acordo com a modalidade do desejo insatisfeito; no obsessivo, com seu sintoma privilegiado: a inibição, que usa como barreira para iludir a angústia. A angústia é causa da dúvida, doença do pensamento, de acordo com a modalidade de anulação do desejo pela postergação.

O desejo aparece obturado no fantasma, mas tampouco pode ser subsumido pela via da interpretação. Antes, do que do que se trata é de tentar cernir “o novo” que se apresenta e já estava ali, esperando para ser realizado.

O inesperado que irrompe na angústia assinala ao mesmo tempo, a dimensão do desconhecido, o indizível. Reconhecer o desejo não é o sancioná-lo desde o ponto de vista de sua verdade, é isto sim, reconhecê-lo em seu extravio.

O analista não deve falhar no encontro do analisante com a

angústia, um tropeço na associação de significantes que, infalivelmente aparece no campo da transferência. A análise faz trabalhar a incerteza, mas no marco de uma certeza que pertence ao sintoma – letra de gozo – em tanto pode ser encaminhada pelo sujeito na experiência.

“O paciente atua para não recordar...”

A apresentação do sujeito no campo do Outro, a operação de inversão dialética que transforma o acesso ao sintoma como algo a decifrar, a instalação da transferência, seus momentos lógicos, a direção da cura e sua conclusão, são todos acontecimentos que ao serem conceitualizados, adquirem um caráter previsível, esperável. Apesar disto, a lógica singular que impõe a existência do sujeito, encontra sua manifestação supressiva ao interromper as associações no *acting-out*.

A repetição, tanto em sua dimensão de encontro com o real como em sua dimensão significativa de *automaton*, apesar de prometidas pelo desdobramento do discurso em qualquer de suas modalidades, adquire seu valor de verdade tão-só no discurso analítico, em que o necessário tampouco é suficiente para que se faça previsível.

Definir o real como o que não cessa de não se inscrever, supõe sua irrupção, se bem que cingida a uma lógica, completamente imprevista, já que, em oposição ao binômio associação livre–interpretação, surgiria algo no campo de uma cena em que algo se mostra. No *acting-out* se trata de um *dar a ver* que aponta para a dificuldade que impedirá que uma psicanálise transcorra somente na vertente da recuperação dos significantes reprimidos mediante as formações do inconsciente.

Em 1914, Freud introduz pela primeira vez no texto *Recordar, repetir e reelaborar*⁸⁵ um novo conceito denominado *agieren*, que foi traduzido para inglês como *acting-out*. Aparece ali como uma disposição do paciente em atuar em lugar de recordar, como “um empurrão a repetir o passado infantil no ato, sem recordá-lo”, isto é, sem ter consciência dos motivos deste ato. Isto ocorre cada vez que o analisante está em posição de resistência: “atua para não recordar”.

85 FREUD, S. Recordar, repetir y reelaborar [1914]. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Ed. Amorrortu, 1978. t. XII.

É um dos fenômenos onde se põe de manifesto, por excelência, o que não se pode passar à palavra, que poderíamos considerar como algo da ordem do imprevisto na dimensão do ato, do mesmo modo que a passagem ao ato ou o ato analítico, três categorias do ato que se distinguem consistentemente em nível teórico e devem diferenciar-se na clínica.

É no Seminário X que Lacan expõe o *acting-out* como algo que, por suas características, poderia isolar-se com certa clareza. O fato de que seja assim, é explicável por ele estar nitidamente ligado à transferência. Pode ser provocado por uma intervenção do analista, que supõe, por parte do analisante, mostrar uma cena onde o desejo do sujeito quer-se afirmar como verdade.

A histeria demonstra esta relação entre o *acting-out* e a transferência emblematicamente no começo. Não é um ato que se baste a si mesmo, já que é uma mensagem dirigida ao Outro, por isso, em certas ocasiões, instala a transferência e permite a entrada em análise.

O *acting-out* funciona como um circuito de duplo sentido, o sujeito atua fora da análise e é no relato que ele pode retornar, em forma de discurso, na transferência. Ali é onde se percebe claramente o intento de simbolização.

Há uma indicação precisa em Lacan de como não propiciar sua aparição: “não temos que incomodar sem consideração a causa do desejo”.⁸⁶ A função do analista suporia, então, localizar com correção o desejo e o gozo, para evitar, dentro do possível, esta tendência.

Seria uma resposta do paciente, para mostrar ao analista que este havia errado com relação ao objeto causa de seu desejo. Não é a transferência que terá falhado, mas a posição do analista. Em vez de interpretar a partir de seu lugar de semblante de objeto, ele o faz a partir de uma posição de amo, quer dizer, comandado por um discurso que deixa o objeto *a* no lugar da produção, por baixo da cadeia significante, destinado, assim, a aparecer na forma de ato. Ato do qual o sujeito ignora toda significação, e que, portanto adquire também o estatuto de pergunta, demanda inequívoca de interpretação.

Aparece na modalidade de fazer surgir o objeto como uma dupla denúncia: do que o outro não ouve e do que o sujeito é incapaz de dizer. Por isso é que se confia ao Outro a tarefa de

86 LACAN, J. Lição de 08 de maio de 1963: do “a” aos Nomes-do-Pai. In: _____. *Seminário X: a angústia*, op.cit.

decifrá-lo, disso se explica o fato de que Lacan privilegie o lugar do *acting-out* na cura: “cujo encargo o analista, por si mesmo, assume e guarda”.⁸⁷ Dessa maneira no há mais Outro, a não ser o analista para fazer algo com isto.

Se bem se deduz, aí existe uma falha do analista que não acerta em registrar aquilo que o analisante está tentando mostrar-lhe. Anos mais tarde, Lacan apontará o aspecto estrutural do *acting-out*, que transcende a perícia do analista, pois está enlaçado ao que não pode ser dito. É o momento em que se ocupa o limite entre o que se pode dizer, mas que se furta à análise, e o impossível de dizer como tal. A partir desta perspectiva, seria em certo modo inevitável, pois teria que ver com o fato de que a transferência mesma implica colocar em ato da realidade sexual do inconsciente.

Finalmente seria uma ação que se efetua a partir da estrutura do fantasma e põe em jogo outra parte dos enunciados fantasmáticos que têm a incumbência da satisfação pulsional e do objeto causa do desejo.

Do simbólico ao real na transferência

Em 1964, Lacan começa o Seminário *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* perguntando-se sobre a autorização do analista, sobre o efeito da psicanálise didática, seus limites e metas, sobre quais são os fundamentos para sua práxis, distinguindo na transferência a repetição como *automaton* próprio da corrente significante da *tyché*, presença do objeto.

A partir da formulação “o inconsciente está estruturado como uma linguagem”⁸⁸, assinala um novo estatuto do conceito do inconsciente no seio da transferência.

“A transferência é a colocação em ato da realidade do inconsciente”⁸⁹, é a realidade sexual de inconsciente, o inconsciente que interessa ali onde se pode captá-lo, na moldura da experiência com o analista.

O inconsciente se reduz aqui à cadeia significante que relança o desejo, na metonímia onde se nos mostra a fenda por onde a neurose se enlaça a um real. Nesta fenda, Freud encontra algo

87 LACAN, J. Lição 24. In: _____. *Seminário XVI: De um Outro ao outro* [1968-69]. Inédito.

88 LACAN, J. Lição 15 de Janeiro de 1964: o inconsciente freudiano e o nosso. In: _____. *Seminário XI...*, op. cit.

89 Idem. Lição do dia 22 de abril de 1965: análise e verdade, ou o fechamento do inconsciente. In: _____. *Seminário XI*, op. cit.

da ordem do não-realizado, o não nascido, algo que está à espera e que insiste.

O inconsciente se abre e se fecha – função pulsante – com a característica evanescente de aparecer em um instante e escapar, voltando a desaparecer.

De acordo com Aristóteles, o agora – limite entre o passado e o futuro – é um ser que aparece e desaparece continuamente. Este conceito é retomado por Lacan quando diz que o sujeito advém no intervalo significante; “esse algo evanescente”⁹⁰ designa a função sujeito, conforme a fórmula “um significante representa o sujeito para outro significante”⁹¹.

Em *Posição do Inconsciente*, ressalta Lacan: “...o sujeito traduz uma sincronia significante em uma pulsação temporal primordial”⁹².

O inconsciente é o evasivo, mas logramos circunscrevê-lo em uma estrutura temporal ao situar o sujeito no plano da enunciação, que se separa dos ditos na associação livre como algo novo que se produz na consecução dos enunciados. Como dizíamos, nesta fenda aparece algo da ordem de um tropeço – lapso, sonho, ato falho –, um achado que escapa, permitindo instaurar a função da perda e a possibilidade de uma nova reedição. Entendemos que o achado participa da união do real e do simbólico, pela presença do objeto que não está no domínio do eu, senão que aparece de um modo supressivo, como re-encontro no sentido do que estava já ali, à espera.

Como uma forma de querer ser do sujeito barrado, que somente encontra a via de realização como saber, efeito do significante, o reprimido insiste em circular a partir do não reconhecido; o que da indeterminação do sujeito deve aparecer ao se responsabilizar por seus ditos na análise.

Assim, a transferência não é a repetição, mas abre a via da repetição, dando lugar ao imprevisto, para ser subsumido como acontecimento do dizer que permita contornar algo do não sabido.

Lacan põe o acento sobre a *tyché*, dizendo que “o real está além do *automaton*, do retorno, do regresso, da insistência dos signos, a que nos submete o princípio do prazer”⁹³. Ou seja, tem

90 LACAN, J. Lição do dia 29 de janeiro de 1964. Do sujeito da certeza. In: _____. *Seminário XI...*, op. cit.

91 LACAN, J. Lição 4. In: _____. *Seminário XVI: de um Outro ao outro* [1968-69]. Inédito.

92 LACAN, J. Posición del inconsciente [1964]. In: _____. *Escritos*, op.cit.

93 LACAN, J. Lição do dia 12 de fevereiro de 1964: Tiquê e automaton. In: _____. *Seminário XI*. op. cit

a ver com o reprimido primordial: como dizíamos o *Unerkante* de Freud, o umbigo do sonho.

Somente a transferência, suportada no Sujeito suposto Saber, nos levará ao “coração da repetição”, onde se amarra alienação – em sua vertente epistêmica – e separação – em sua vertente libidinal.

Na *Proposición* de 1967⁹⁴, Lacan vai mais longe na questão da transferência: não é somente resistência e fechamento do inconsciente, ela é também, pelo saber, abertura sobre o real do sujeito. O significante da transferência não deve, pois, somente ser considerado como um umbral, mas também como possibilidade de deslocamento de significantes e de surgimento de algo novo que se atualiza pelo amor de transferência.

Nessa moldura, coagula-se o Sujeito Suposto Saber, um elemento terceiro entre o analisante e o analista, como ponto de apoio, o “pivô” que permite articular “tudo o que se relaciona com a transferência na análise”. O saber se manifesta em seu estatuto de vazio, uma vez que a verdade não se pode dizer toda; isto é, o que impulsiona, o que cria a oportunidade de “explicar-se”. Este vazio anuncia o saber próprio do inconsciente.

O analista deverá estar advertido de que nenhum sujeito encarna o saber, nem mesmo ele próprio. Incluindo-se como *partenaire*, como um vazio, poderá propiciar o desdobramento dos significantes que submetem o analisante, quer dizer, poderá dar lugar a um dizer inédito a ser resgatado para ser realçado, que o saber opera enquanto saber suposto e somente se pode se atualizar “na via do encontro” entre o analisante e o analista.

O agalma que cativa o analisante, não engloba a pessoa do analista. Antes, o agalma se relaciona com o fato de que o analista saiba que pode subjetivar algo na sua própria análise para adquirir o que tem que saber desse vazio.

Por isso, por trás do amor chamado de transferência, podemos dizer que o que existe é a afirmação da ligação do desejo do analista com o desejo do analisante. É o desejo do sujeito em seu encontro com o desejo do analista.

A interpretação como limite ao gozo do deciframento

No Seminário *O avesso da psicanálise*⁹⁵, Lacan introduz uma

94 LACAN, J. *Proposición* de 9 de outubro de 1967. In: _____. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

95 LACAN, J. *Seminário XVII: el anverso del psicoanálisis*. Buenos Aires: Ed. Paidós, 1969-70.

nova versão da repetição na transferência como uma busca de gozo a recuperar, a dialética de um gozo que se produz contra a vida e além do princípio do prazer sinalizado por Freud. É a colaboração lacaniana que permite integrar as três concepções da repetição, dando conta da insistência significante do inconsciente, da perda de gozo incluída na repetição e da recuperação de gozo a obter.

O traço unário aparece como o elemento articulador “enquanto escrito”, como a forma primeira em que entra em jogo a marca do significante sobre o vivente, que se obtém pela insistência da linguagem, até produzir a primeira perda pela qual toma corpo o objeto *a*, plus de gozo. Ao intervir, um significante primeiro – que denominamos S1 –, sobre o campo do Outro, surge o sujeito dividido e engendra-se como resto o objeto *a*.

É um significante tomado no campo do Outro, mas que só adquire sua função como marca borrada em um segundo tempo – encontro com a *tyché* – experiência de gozo da ordem da contingência. A partir daí se engancham os significantes da demanda na busca do que deve ser repetido, sem alcançá-lo jamais, tal como aparece na figura do oito interior... O que retorna pela via significante não é o significante senão o signo, que faz signo do gozo do Outro.

Desse modo, atualiza-se na repetição, onde une-se a sua condição de laço com a economia das pulsões; a entropia rege o sistema: a dimensão da perda relança o plus de gozar.

Suas conseqüências se manifestam sem o consentimento do sujeito e na ignorância deste, como puro azar, traçando as condições de amor e estabelecendo um selo particular na transferência com o analista. É neste campo que deve ser marcada a manifestação do saber do inconsciente. É disto que se trata: para extrair a repetição da identificação com o destino com que sonha o analisante, a questão que se coloca é o saber da eficácia da análise sobre a repetição, uma vez que Lacan coloca a repetição do lado do necessário, para dar conta do real do sintoma e de seu gozo: este “não cessa de se escrever” que permite sua permanência.

Na transferência, a associação livre, articulada ao sujeito suposto saber, se entrelaça com um sujeito que aspira alcançar uma verdade a partir do significante, mais além dos próprios limites. As industriosas histéricas, como as chama, com uma certa ironia, Lacan, puseram em primeiro lugar o valor do saber mítico no limite do significante.

Deste material, pode-se extrair o saber da psicanálise, que aponta para outra cena do inconsciente: na articulação da transferência o encontro com o analista permite a histerização do discurso no dispositivo, quer dizer, o entrelaçamento do mal-estar com uma pergunta sobre sua causa.

Na associação livre, o analisante põe em jogo sua divisão na aposta de dizer tudo sem restrições, ausentando-se do que diz, sem governar seus pensamentos.

O corte nas cadeias de ficção subjetiva que o ato falho e o ato analítico realizam permitirá ao sujeito reconhecer a dimensão fantasmática das certezas a que se aferra.

O sujeito não é senhor do que sabe; no fio das associações aparece, então, a ocorrência imprevista, que subverte o sentido da frase e o conecta ao inconsciente como lugar de um saber que o determina e, ao mesmo tempo, que ele ignora.

Recordemos uma afirmação que faz Freud ao finalizar “A interpretação dos sonhos”: “O inconsciente é o psíquico verdadeiramente real, é-nos tão desconhecido em sua natureza interna como o real do mundo exterior, e nos é dado pelos dados da consciência de maneira tão incompleta como o é o mundo exterior pelas indicações de nossos órgãos sensoriais”⁹⁶.

Se bem entendemos que o sentido do significante se desprende de sua articulação com outros significantes, as cadeias significantes são, falando com propriedade, mais que de sentido, de “gozo-sentido”, relação primária entre saber e gozo. O inconsciente “é gozo” cifrando e decifrando, que deve encontrar seu limite na interpretação.

A transferência permite o tratamento do gozo, pelo rodeio da associação livre que põe em jogo o trabalho de deciframento do significante. Se o inconsciente é um saber sem sujeito enquanto gozo, a interpretação do analista aponta para a causa de desejo, desprendendo o gozo do sentido e mantendo aberto o lugar do enigma.

O analista deverá intervir de diferentes modos, mas, quando interpreta, a interpretação se vê afetada pela própria estrutura da verdade, que não pode ser toda alcançada. Por isso a interpretação é um “meio dizer” que toma a vertente do enigma, de uma enunciação que se articula apenas com o ato de dizer, não agregando significações. Apesar de (a interpretação) levar em conta o saber mítico do desejo inconsciente, também deve atender ao limite da palavra, onde toma corpo o objeto *plus* de gozar.

96 FREUD, S. La interpretación de los sueños..., op. cit., p. 598.

A clínica dos discursos aponta para se delimitar esse gozo do impossível de suportar no discurso do analista, colocando o objeto a em seu lugar, como causa de divisão do sujeito. Poderíamos dizer que é uma prova da existência do inconsciente, pela presença do analista no lugar do semblante de objeto convocando ao S1 que está a espera. O saber ali não apenas é suposto, mas também exposto. Quer dizer, posto em questão, pela verdade, no campo do gozo.

Laço social novo que se produz na passagem de um discurso a outro, permitindo, a partir de uma enunciação no lugar do Um só, inscrever um saber novo no laço social no Outro.

O dizer como acontecimento do discurso

Na experiência da análise, trata-se de poder orientar para o real a cura do simbólico; trata-se de fazê-lo chegar a um limite, ao sem-sentido, para dar lugar ao acontecimento que é da ordem do contingente e sua inscrição.

Nos anos 70, Lacan volta a seu Escrito sobre a instância da letra “[...] esse suporte material que o discurso concreto toma da linguagem”⁹⁷ para dar conta da operação do analista em relação à transferência no final da análise. “O discurso do analista é um giro no discurso do mestre”, nos diz em “Radiofonia”⁹⁸, que remete o sujeito à chave de sua divisão, isto é, às marcas cifradas do gozo no inconsciente que o determinam. A letra é da ordem do real, do que ex-siste, como diz sobre a escritura em seu nó borromeo para dar conta da interpretação.

A própria natureza do inconsciente se manifesta como um saber fazer com *alíngua*, a partir da linguagem⁹⁹. O *falasser* indica o ser falante a quem a letra faz falar; na junção do inconsciente e do corpo, o sintoma faz laço com aquilo que não cessa de não se escrever, o não cognoscível, quer dizer, o real.

O buraco no saber se expressa como necessidade lógica no discurso da ciência através de signos, de letras; permite observar certa função de borda do real, do que não pode se inscrever senão a partir de um impasse da formulação, dando lugar ao novo¹⁰⁰.

97 LACAN, J. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: _____. *Escritos*, op. cit.

98 LACAN, J. Radiofonia [1970]. In: _____. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

99 LACAN, J. El ratón en el laberinto: lección del 26 de junio de 1973. In: _____. *Aún [1972-73]*. Buenos Aires: Ed. Paidós.

100 LACAN, J. El saber y la verdad: lección del 20 de marzo de 1973. In: _____. *Seminario XVII*, op. cit.

Lacan retoma o valor do saber mítico no Édipo freudiano em relação a “Totem e tabu”; no matema da sexuação, serve-se da lógica proposicional para demonstrar a articulação entre o universal e a exceção, sob a forma do “ao-menos-Um”, que dá lugar à inscrição do “para todo...” quer dizer da castração, ao mesmo tempo do que não se inscreve, no lugar da inexistência da relação sexual, o que não cessa de não se escrever.

Neste contexto, tratando de circunscrever esse impossível que é o real, Lacan nos faz lembrar a sobredeterminação em Freud, que deu ao sonho um lugar fundamental nas formações do inconsciente, um lugar que nos indica a fissura do sujeito: sou eu o que sonha, mas sei que não sou o agente de meu sonho, algo empurra e está por trás de cadeias associativas, o não simbolizável.

O encontro do real está mais além do *automaton*, atrás do fantasma... é o que desperta no pesadelo, no sonho relatado por Freud “pai, não vês que ardo...”¹⁰¹.

O fantasma é tela que cobre algo que está antes e determina a repetição, o lugar do real, algo que explica a ambigüidade da função do real no despertar. Este pouco de realidade, o ruído, dá fé de que não sonhamos, mas nos desperta para outra realidade escondida atrás da falta na representação, o *Trieb* segundo Freud, o *Trieb* por vir esclarece Lacan.

A sobredeterminação implica o retorno significativo a esse fundamento que “está no corpo” – suporte do discurso – no encontro do gozo sexual, que não pode escrever-se.

Então, é um suporte “aberto”, somente articulável a partir do discurso analítico, em que o analisante encontrará sua divisão confrontado com o semblante de objeto encarnado pelo analista, para distinguir dos significantes que o comandam, intimamente surpreendido por seu *plus-de-gozar*. Assim, ali há efeitos no fantasma, relação entre o objeto *a* – efeito de discurso que causa o desejo – e “esse algo que, ao redor e como uma fenda, se condensa e que se chama o sujeito”¹⁰².

Na repetição, este acompanhar o inconsciente na pisada implicará, inevitavelmente, que o analisante deslize pelos significantes do Outro na busca de sentido, que deslize pela significação, sempre fálica, que explore “o campo das possibilidades” que está determinando o impossível.

101 LACAN, J. Tiqué e automaton. Lição do dia 12 de fevereiro de 1964. In: _____. Seminário XIX..., op.cit.

102 LACAN, J. Lições de 14 e 21 de junho de 1972. In: _____. Seminário 19...O pior [1971-72]. Inédito.

Na experiência da análise, trata-se de fazê-lo chegar a um limite, não aquele que leva dos significantes à significação, mas sim, do simbólico ao real, ao sem-sentido, para dar lugar ao acontecimento – que é da ordem do contingente – do que está por vir e de sua inscrição.

A marca primeira da inscrição do significante, atributo de uma diferença, encontra-se no limite, fazendo “litoral”¹⁰³ no buraco do saber. Então a eleição do gozo não se deduz do simbólico senão que se encontra, se experimenta de forma intrusiva como algo que toca a esse litoral.

O analista deve-se orientar pela descoberta – única maneira de não se equivocar – para contornar a falha do que não cessa de se escrever, e em cuja borda se deposita o cristal da alíngua produzindo o mal-entendido.

No Seminário *Mais*, ainda Lacan observa que “[...] não se trata do que se lê, do que se lê mais além do que se incitou o sujeito a dizer... trata-se é de saber... o que, em um discurso, se produz por efeito do escrito”.

O ato do analista, no final da análise, prepara as condições do ato do analisante, que neste mesmo ato já se transforma em analista. Pois bem, nós só dispomos de uma ferramenta para produzir esta prolongação do circuito que dê lugar ao ato verdadeiro, e esta ferramenta não é outra senão a transferência: primeiro, como um operador de saber que permite ao sujeito uma nova leitura de sua posição, depois, com o enigmático do desejo do analista, e, finalmente, com a verificação do amor.

Se o sujeito está disposto a fazer todo o percurso da transferência, poderia estar em condições de aceder a uma nova dimensão do ato. Trata-se do ato analítico, em que também se considera o registro da pulsão mas coordenado com o da invenção, porque o sujeito, depois do ato, encontrará sua maneira particular de saber fazer com o objeto, e de poder separar-se do Outro, sabendo que não é sem o Outro.

Essas diferenças deveriam implicar que, efetivamente, haja uma passagem entre o sujeito que entra e o que sai do ato, agora, sim, modificado.

Tradução: Adriana Caccuri

Revisão: Elisabeth Saporiti

103 LACAN, J. Lição 7. In: _____. Seminário 18: De um discurso que não seria do semblante [1970-71]. Inédito.



O TEMPO DA ANÁLISE
EPCL - FRANÇA

O TEMPO, O INCONSCIENTE E A LETRA

Luís Izcovich

O tempo e o inconsciente freudiano

A tese freudiana salientando que o inconsciente não reconhece o tempo levanta a questão fundamental de sua representação pelo sujeito, a forma como a psicanálise resolve em sua doutrina esta ausência e quais são suas implicações para a práxis. De fato, sem a referência ao tempo no inconsciente, como a prática analítica poderia ser encarada?

Observemos inicialmente que, se de um lado o inconsciente freudiano não inclui a medida do tempo, ele constitui, contudo, a mola de sua representação possível pelo sujeito. A questão é, pois, saber por qual mecanismo o inconsciente pode, entretanto determinar o tempo. Existe em Freud uma concepção que atravessa sua obra e tenta responder a esta pergunta. No texto “Formulações sobre os dois princípios do curso dos acontecimentos psíquicos”, ao postular que o aparelho psíquico não se reduz ao princípio de prazer-desprazer, ele coloca a necessidade da exigência de adaptação. Isso implica a instauração do princípio de realidade que faz objeção à satisfação contínua, introduzindo uma demora ligada ao momento oportuno para consegui-lo. Freud introduz, então, a idéia de uma periodicidade sem, com isto, postular que ela depende do inconsciente. Com efeito, os órgãos dos sentidos, voltados para o exterior, dão lugar a uma atividade periódica da consciência introduzida por um sistema de marcas que ritmam o aparelho psíquico.

Freud introduz assim a noção da suspensão da descarga motora, um adiamento ligado à prova da realidade, condicionando uma atividade independente, a da fantasia. Pode-se, então, deduzir a instauração da marca do tempo a partir da confrontação com a experiência efetiva - mecanismo do Eu-realidade - e, ao mesmo tempo, de um resto que resiste ao tempo da realidade, a fantasia. A partir daí, conviria perguntar, segundo esta concepção, se, na falta da noção de tempo no inconsciente e na falta da captura pelo princípio de realidade, o tempo do sujeito não seria a regulação operada pelo tempo da fantasia. É o que Freud aqui parece sugerir, e desenvolveremos as razões que nos permitem sustentar esta proposta. Freud é formal: “Mas que não

nos deixemos nunca levar a introduzir o estalão de realidade nas formações psíquicas recalçadas; correríamos o risco de subestimar o valor das fantasias na formação dos sintomas” (1). De fato, a fantasia resiste ao desgaste do tempo.

Esta é a razão da objeção de Freud à filosofia e, mais particularmente, a Kant. Este, ao tratar da sensibilidade de nossas intuições, aborda a maneira como somos afetados por objetos e afirma que o espaço e o tempo são formas puras *a priori* da sensibilidade. O tempo é concebido, portanto, como *a priori*, em outros termos, ele não deriva de uma experiência, mas a condiciona. A tese segundo a qual o princípio de prazer funciona como um operador que regula, mesmo que de forma automática, o escoamento dos processos psíquicos, implica que o tempo não é uma forma necessária de nosso pensamento, como o pensava Kant, e permite a Freud concluir quanto à intemporalidade dos processos psíquicos inconscientes (2). Freud retoma este debate com a filosofia quando afirma: “constata-se também com estupefação que ele (o isso) constitui a exceção à tese dos filósofos segundo a qual o espaço e o tempo são formas necessárias de nossos atos psíquicos” (3). Daí por que Freud pôde formular que nossa representação do tempo - ligada à consciência - é abstrata; imaginária, diríamos com Lacan. Efetivamente, o que não é abstrato na psicanálise e, ao contrário da filosofia, é que não há ordenação temporal dos fenômenos psíquicos e que o tempo em nada os modifica. Isto se traduz por um fato clínico notável, sublinhado por Freud: as representações recalçadas se comportam, décadas depois, como se elas tivessem acabado de se produzir. Desde já, uma conclusão se impõe, permitindo responder à eterna pergunta dos analisantes: “Será que aquilo que mudou para mim a partir da análise não seria tão-somente um efeito do tempo?” Poderíamos deduzir que a resposta de Freud seria clara: “não, caro senhor, não existe cura espontânea de uma neurose”. Isto repousa sobre uma afirmação explícita em seu texto sobre “O inconsciente”, no qual caracteriza o processo primário, que regula o funcionamento do inconsciente, pela ausência de contradição e pela intemporalidade (4). O tempo não ordena os fenômenos inconscientes, tampouco o escoar do tempo os modifica. E isto deve completar-se pela formulação freudiana muito mais tardia e explícita sobre “a inalterabilidade do recalçado que permanece insensível ao tempo” (5). Nem por isso a questão que incide sobre o fator tempo e sua incidência, ao mesmo tempo nas manifestações sintomáticas e no processo de cura, fica incontornável antes e durante a análise.

Notemos, aliás, uma primeira conseqüência para a direção da análise. Trata-se, segundo Freud, de despojar a representação de seu investimento de energia, de modo que ela seja reconhecida como pertencendo ao passado a ponto de ele afirmar: “nisso repousa em boa parte o efeito terapêutico do tratamento analítico” (6). Entretanto, aqui Freud conclui que é o sistema de percepção, através dos traços mnésicos da experiência, que fornece ao Eu (*Moi*), ao introduzir um prazo de trabalho ao pensamento, a origem da representação do tempo. O Eu (*Moi*) é, sem dúvida, determinante na relação do sujeito com o tempo, mas a afirmação de Freud é que o Eu (*Moi*), mais que senhor, é servo, e servo de três senhores: a realidade externa, o Supereu e o Isso. Em outros termos, ele não elimina sua proposição que afirma ser o inconsciente que está na origem do tempo do sujeito. É visível quando Freud, em sua Nota sobre o “Bloco mágico”, compara este último ao funcionamento do aparelho psíquico e enuncia a hipótese de que o inconsciente exerce seu efeito sobre o sistema preconsciente-consciente de forma descontínua. De maneira análoga ao Bloco mágico no qual a interrupção da inscrição provém do exterior, há um funcionamento periódico do aparelho psíquico como efeito de uma excitabilidade periódica do sistema perceptivo pelo inconsciente. Freud conclui da seguinte maneira: “eu suponha, além disso, que essa forma de trabalho descontínuo do sistema PC-Cs estava na base do surgimento da representação do tempo” (7). Duas perspectivas se destacam em Freud. De um lado, o tempo está ligado ao modo de trabalho do sistema de percepção que transmite ao Eu (*Moi*) a representação do tempo. Neste sentido, o tempo do sujeito está sempre ligado ao tempo do outro. Por outro lado, o inconsciente participa por seus efeitos da localização temporal do sujeito pelo retorno periódico dos restos mnésicos.

Observemos que essas duas perspectivas encontram como ponto de quiasma a concepção freudiana da fantasia, ao mesmo tempo como interpretação do desejo do Outro, mas também introduzindo uma fixidez na relação do sujeito com o mundo, que não é alterada pelo tempo nem mesmo pelo tempo do relógio biológico. Assim, contra o discurso comum que diz ao sujeito “tens a idade de tuas artérias”, o sujeito continua insensível, ele tem a idade de sua fantasia.

Ao lado do tempo ligado ao sistema de percepção e do tempo ligado ao retorno das representações inconscientes, haveria uma terceira perspectiva freudiana ligada ao tempo que se deduz de

sua teoria da angústia como sinal. À omissão da angústia no evento traumático (8), corresponde sua emergência como preparação, espera, tentativa de mediação em face do perigo, quer seja pulsional, portanto, do lado do sujeito, quer esteja ligada ao desejo do Outro. A angústia pode introduzir, assim, o sujeito no tempo que não é mais indeterminado.

Uma questão central permanece depois da obra de Freud: qual seria a incidência de uma prática no nível do tempo do sujeito que não exerce seu efeito precisamente no nível do trabalho de sua representação consciente? Pois é só articulando o tempo e o inconsciente que uma prática pode ser analítica. Ou seja, isso equivale a exigir pelo menos que esta prática seja capaz de dar conta das condições de parada da repetição.

O tempo e o sintoma

O discurso analítico evidencia o caráter sintomático da relação do sujeito com o tempo e das variantes conforme as estruturas permitam isolar assim soluções que integrem a dimensão do tempo.

À incerteza quanto ao tempo, própria do inconsciente, o obsessivo acrescenta uma paixão, a de seu não-reconhecimento sistemático ou, como diz Freud, “aversão diante da precisão do tempo” (9), que se traduz pelo efeito de procrastinação. O que se torna característico é uma oscilação na temporalidade entre a suspensão e a impulsão. Em outros termos, o obsessivo tenta apagar os signos do tempo que lhe vêm do Outro ou que insidiosamente marcam seu corpo, pois acerta seu relógio pela hora da morte do Outro. Só que o ciclo pulsional faz, não raro às vezes de despertador, o que se traduz pela compulsão na ação. O que a clínica do obsessivo demonstra é a incompatibilidade entre a assunção de um desejo - no que ele se mostra impotente - e ser dono do tempo, que é aquilo a que ele se dedica. A ponto de Lacan ter feito da subjetivação da morte uma das condições para fixar a finalidade de uma análise. Quanto mais o sujeito acreditar em sua finitude, mais se verá confrontado com a opção radical de seguir seu desejo e mais poderá assumir a relação com o ato. Observemos desde já que a incerteza introduzida pelo inconsciente quanto à temporalidade não encontra sua resolução na decifração inconsciente, ainda que esta seja uma condição necessária. Trata-se antes de produzir a viragem pela qual o sujeito passa à certeza do ato.

A clínica dos sujeitos histéricos o demonstra de outra forma. Freud o percebeu muito cedo: “Elas sofrem de reminiscências”. Elas resistem ao tempo pela “força do passado”, daí por que Lacan pôde lembrar que para Freud não se trata de memória biológica, “mas de rememoração” (10). A teoria freudiana da fixação se verifica no caso da histeria pelo amor ao pai morto. Ela não se comporta como o obsessivo que faz como se a morte não existisse, antes ela se protege do desejo no sentido genitivo-objetivo, pela escolha do parceiro morto. Contudo, não é a nostalgia do tempo passado que condiciona sua posição, mas a recusa a se preparar para chegar à hora da verdade para um homem.

Quanto ao sujeito psicótico, se muitas variantes dão conta da relação com o tempo, todas elas nos levam de novo à relação do sujeito com a fantasia.

O melancólico está fora do tempo. Ele está na hora em relação ao processo que nele se desenrola, do qual é objeto de acusação e que prescinde de qualquer verificação. Mas ele está na hora em relação à sua fantasia: a partir do momento em que cessa o delírio de indignação, o tempo se comprime, e o sujeito torna-se o tempo do objeto. Se o sujeito se reduz à sua identificação ao objeto, é a fulgurância da passagem ao ato que fica assegurada. A eternização do debate em torno de sua indignidade e de que se faz o objeto se inverte em uma precipitação que o faz sair da cena.

De modo mais geral, a fantasia não garante sua função de mediação na psicose, o que Lacan demonstra no “Homem dos lobo”, a ponto de postular que neste caso existe uma anulação do tempo para compreender. Trata-se de uma pura fantasia na qual o instante de ver se colapsa com o momento de concluir. Isto para mostrar a impossível subjetivação da cena traumática e seu correlato: toda uma vida devotada a contar ao mundo sua experiência com a psicanálise. Demonstra-se aqui o caráter crucial do tempo para compreender requerido para a elaboração e aceder a uma conclusão. Na falta do tempo de elaboração, resta ao sujeito o recurso a um desejo cuja mola não é a falta a ser, mas sustentado pelo Eu (*Moi*). É uma forma clínica que ilustra a fórmula de Lacan: o “Eu (*Moi*) é a metonímia do desejo” (11). A ausência do ponto de estofa se traduz por um tempo sem balizas, e o desejo se reduz à sua expressão narcisista.

O inconsciente história

É de fato a tese que Lacan propõe já em “Função e campo da fala e da linguagem”, que diz respeito ao procedimento que supre o déficit de referência ao tempo: “a fala plena reordena as contingências passadas, dando-lhes o sentido das exigências que estão por vir” (12). Uma concepção do tempo já está aqui presente; ela se articula em relação à dialética e faz do alvo da análise o surgimento de uma fala verdadeira, o sujeito realizando assim sua história numa relação com um futuro. Esta proposta concernente ao tempo desvaloriza a exatidão dos fatos biográficos e do tempo para privilegiar as viragens históricas, a partir de “perfazer a historização atual dos fatos” (13). O inconsciente é um fato de história, e a análise vai privilegiar a verdade e o tempo intersubjetivo como estrutura da ação humana. O tempo, com efeito, intervém na solução do desejo para um sujeito e não se desconecta da relação com o Outro. Basta entender o que é um tempo sem Outro, como a experiência do esquizofrênico o mostra. A cadeia significante quebrada se traduz pela infinitude de seqüências iniciadas sem que nada venha pontuar, fornecendo um ponto de conclusão nem que seja provisório. A experiência analítica põe em evidência a impossibilidade de regular o tempo. Tudo está sempre recomeçando sem que nada se sedimente.

O paranóico, ao contrário, mostra uma solução que implica o tempo, mas que exige também a acomodação ao Outro. É o que a fórmula de Lacan, a respeito de Schreber, demonstra: “Sem dúvida, a predição do inconsciente advertiu bem cedo o sujeito que, não podendo ser o falo que falta à mãe, resta-lhe a solução de ser a mulher que falta aos homens”. E mais adiante: “essa solução, contudo, era então prematura”.

Os efeitos dessa solução ocorrida demasiado cedo são a mola de todas as manifestações psicóticas nesse caso: passagem ao ato, emergência alucinatória e idéias de perseguição. Conseqüentemente, uma pergunta crucial para a experiência analítica se coloca para todo sujeito que tenha entrado no dispositivo, qualquer que seja sua estrutura, a de saber o que seria uma solução que não fosse prematura.

Para Schreber, caso princeps de paranóia, Lacan postula “o adiamento indefinido da realização de seu alvo”. A “solução prematura” de sua fantasia deve acomodar-se a um outro tempo que inclui o além do mundo onde a promessa fica adiada. Houve para esse sujeito uma reviravolta que é a causa de tal resolução.

Entre uma solução sintomática e uma solução de satisfação, “o sujeito estava morto”.

De forma mais geral, e em todas as estruturas clínicas, a pergunta que se coloca é: como se integra a dimensão do tempo na solução que é proposta pela transferência na psicanálise?

O tempo sob transferência

A questão do tempo está no centro dos questionamentos do analisante. Ela incide sobre a duração da sessão, da análise, sobre a persistência de um sintoma. Observemos, contudo, diferenças; elas dependem da estrutura, mas também daquilo que uma época veicula como discurso. De fato, no reino do homem sempre apressado, signo de nosso tempo, a psicanálise, que não pára de pedir tempo, estaria indo contra a corrente de sua época? Existe com efeito uma exigência analítica concernente ao tempo, ela tem uma incidência sobre a duração da análise e encontrou sua justificação em uma fórmula explícita de Lacan: “quanto tempo é necessário para deixar marca do que falhou em se demonstrar” (14).

Pode-se, em consequência, perceber em relação a que problema houve em Schreber uma “solução prematura”. O que falhou em se demonstrar, que é trans-estrutural, diz respeito ao ser de gozo do sujeito. A fantasia obtura esta falha, exceto se sua vacilação exigir um remanejamento.

Não se trata, contudo, de um tempo cronológico indispensável para deixar marca, ali onde houve falha. Daí por que Lacan se apoiou sobre um tempo lógico do qual se trata de determinar o mecanismo de seu funcionamento e as condições de sua realização.

A questão do tempo na transferência é determinada por uma outra: haveria acesso a uma certeza pelas formações do inconsciente? Creio que Lacan acreditou nisto durante certo tempo, a ponto de se apoiar sobre uma concepção do tempo que articula a solução do desejo ao laço intersubjetivo.

Se Lacan se serve do sofisma dos três prisioneiros em 1946, que ele retoma em “Função e campo da fala e da linguagem”, é para mostrar como a ação humana se organiza pela ação do outro, e a solução para a hesitação passa pelas escansões, permitindo o surgimento da certeza. A escansão como sanção tem um efeito indutor, o de um sentido por vir. Disto se deduz que a escansão tem um efeito de decisão. Assim, a marca do tempo no tratamento analítico está conectada à interpretação.

Esta é a razão pela qual esse texto, capital sobre a distinção entre a fala plena e a vazia, o é também em relação à concepção que o analista se faz do tempo e sua incidência, principalmente sobre a duração da sessão, como Lacan o desenvolve na parte III “As ressonâncias da interpretação e o tempo do sujeito na técnica psicanalítica”. Enquanto tem sido freqüente afirmar que ele fez uso da sessão curta em análise nos últimos anos de sua prática, ele já enuncia nesse texto que a duração da sessão é um “aspecto particularmente candente em nossa atualidade” (15).

A sessão curta

É interessante perceber que a questão da duração da sessão já está presente nessa época sob uma forma que contradiz a afirmação freqüentemente difundida e que deduz do ensino de Lacan o tempo variável da sessão. Quando Lacan examina a duração da sessão, ele começa primeiramente com suas incidências sobre o analista. A questão é de fato a do padrão da duração da sessão e seus efeitos sobre a função do analista, sobre o grupo analítico e sobre o analisante.

É preciso convir que a ordem escolhida por Lacan concernente à apresentação das incidências parece estranha! Enquanto se podia esperar que Lacan tratasse os efeitos do tempo para o analisante, abordando em primeiro lugar a incidência do tempo em conexão com a função do analista, ele coloca esta questão em ligação direta com a do desejo do analista.

A fixação da duração por um padrão, aleatório, é preciso acrescentar, anula o desejo do analista em proveito da regulamentação, mais próxima dos direitos trabalhistas do que das condições para o discurso analítico.

Em outros termos, enquanto a finalidade seria produzir o máximo de objetividade possível, o desejo do analista é o primeiro a padecer do padrão. Em segundo lugar, evocando a subjetividade do grupo, pode-se deduzir que a uniformização da duração da sessão se traduz em conforto para o grupo, eliminando a tensão possível que pode engendrar práticas demasiado diferentes no seu interior.

Finalmente, no que diz respeito aos efeitos sobre o analisante, a questão se torna: como medir o tempo do inconsciente?

O debate é atual e incide sobre o fato de que se o inconsciente pede tempo para se revelar, então poderíamos concluir que a duração da sessão deveria ser variável. Alguns analistas acrescentam

a este argumento o do recurso à duração variável da sessão como única prática antipadrão. O argumento encontra sua justificação e visa no fundo contrapor-se ao fundamento de outra prática da sessão, a de curta duração. Salientemos o que isto quer dizer: prática da análise com sessões sistematicamente curtas, e sente-se brotar a crítica: trata-se também de uma padronização.

Mais radicalmente, a questão é saber se o tempo variável da sessão ou a sessão curta correspondem precisamente a duas variantes técnicas, e mostrar qual seria o fundamento teórico que sustenta uma ou outra.

Parece-me claro que a concepção de Lacan em “Função e campo da fala e da linguagem” constrói uma teoria do tempo da sessão coerente com sua teoria do inconsciente.

Antes de tudo, sua demonstração se apóia sobre a experiência do sujeito obsessivo e o uso que ele pode fazer do cálculo do prazo a serviço da evitação da surpresa. Em outros termos, o obsessivo se serviria do dispositivo para... não se analisar, e a duração da sessão pode tornar-se para ele um aliado em sua resistência ao inconsciente. Resta como solução para o analista a suspensão da sessão como pontuação do discurso. Observemos que aqui o procedimento antipadrão tem como objetivo evitar a ritualização desses sujeitos. Porém, ainda, a pontuação da sessão não tem exatamente como finalidade fazer ecoar as formações do inconsciente, mas introduz o sujeito em uma experiência dialética.

Diante da aspiração do obsessivo, que consiste em sustentar a uniformidade dos enunciados a fim de evitar as conseqüências sobre o desejo, a pontuação, no sentido em que se faz ao pontuar um texto, introduz um procedimento que retira o sujeito de sua formatação amorfa. A pontuação, eixo da interpretação nessa época, é um meio privilegiado de introduzir uma marca e, portanto, o sujeito no tempo.

A pontuação compreende, nesse sentido, três perspectivas:

- a) ela é uma escansão que introduz o sujeito em uma dialética e favorece progressos no discurso;
- b) ela visa fazer emergir uma fala plena;
- c) ela tem efeitos sobre a duração da sessão.

Sobre essa terceira perspectiva, Lacan é explícito. Está convencido - “que ao experimentar em um momento, tendo chegado à sua conclusão” (16) - da eficácia da sessão curta, disto tira conseqüências. Portanto, não se trata de uma hipótese submetida à confirmação nem de uma observação pontual. Aliás, em

uma nota de rodapé de mais de dez anos mais tarde, ele assume mais radicalmente suas afirmações: “Pedra de refugio ou pedra angular, nosso forte é não ter cedido quanto a esse ponto” (17). Ainda que a sessão curta diga respeito ao exemplo de um sujeito obsessivo, a importância do exemplo citado reside em sua finalidade: evidenciar uma fantasia em um prazo “ou de outra

forma ainda estaríamos a escutar suas especulações sobre a arte de Dostoiewski” (18).

Pode-se, a partir daí, deduzir a instalação de um procedimento indissociável da concepção do ato que Lacan apresenta bem mais tarde. Se Lacan não reforça, então, a duração de sessão variável, isto tem a ver, parece-me, com uma razão: o analista, mais que esperar a revelação do inconsciente, provoca e até extrai, à maneira de um fórceps, o que ainda não está ali. É, aliás, o que lhe permite falar da afinidade entre a sessão curta e a técnica Zen. Já nos encontramos em uma outra dimensão que não a de ir procurar as escavações no inconsciente como se deduz de um Freud arqueólogo do espírito. Tampouco se trata de convocar as linhas de eficiência no inconsciente, o que Lacan visou com a ajuda da lingüística. A problemática nova da qual a sessão curta participa é anunciada assim por Lacan: “ela só quebra o discurso para dar à luz a fala”. Sem dúvida, Lacan ainda crê que uma fala autêntica pode coincidir com a verdade do sujeito. Nem por isso ele deixa de colocar já aí o que se tornará um ponto crucial de seu ensino: só se agarra o real do sujeito pela aversão do sentido.

Como não deduzir que a prática do tempo, que não se limita a acolher os sonhos e os lapsos, mas antes consiste em dar à luz a fantasia, só é possível se ela não for a busca do sentido, mas se ela visar o fora do sentido? Contrariamente ao que às vezes se diz ou se faz, Lacan não sustenta unicamente a sessão curta como técnica ocasional, reservada a uma sessão determinada ou como procedimento ligado ao tempo do fim da análise.

Ademais, não seria necessário encontrar no exemplo citado uma proposição

de Lacan referente à sessão curta que seria ao mesmo tempo uma proposição sobre a fantasia? A distinção que se tornou clássica entre o sintoma que se interpreta e a fantasia que se constrói coloca, de fato, a questão da manobra do analista no que concerne à fantasia. O manejo do tempo da sessão, como Lacan o mostra no exemplo evocado, se demonstra crucial.

A separação e o momento oportuno

Destaquemos, finalmente, outra dimensão que Lacan põe em relevo desde 1953, a saber, a relação com o tempo e a alienação. Poder-se-ia pensar que o dispositivo analítico é indutor de alienação. Certamente, o número de sessões, a duração em anos, a concentração libidinal no procedimento participam dessa dimensão. Observemos, contudo, que a consideração torna-se parcial, falsa, portanto, pois a separação do Outro, condição para que uma análise chegue a seu termo, exige de início a alienação.

Aqui seria necessário voltar à “solução prematura” no que se refere aos casos de retomada de análise depois de uma interrupção, pelo fato de que o analisante acedera a uma cura pelo menos transitória. Tais casos estão longe de ser raros. Como o exemplo desse analisante para quem a análise produziu um alívio terapêutico sem dúvida, segundo suas palavras, a ponto de considerar com satisfação que o momento de terminar sua análise tinha chegado. Só que uma nova conjuntura o confronta a um novo momento fecundo de sua neurose. Ele havia negligenciado o status da fantasia, do que o analista deve estar advertido. Esse analisante não contava com o que a fantasia deixa em suspenso e produz como retorno sintomático exigindo um retorno à alienação significativa na transferência. O caso não é raro. A solução analítica exige, com efeito, que a separação intervenha no momento oportuno. E creio que esse momento está sobretudo ligado à relação do sujeito com sua fantasia.

Digamo-lo de outra forma, “o tempo necessário para deixar marca”, segundo a fórmula evocada acima, é o tempo necessário para produzir uma separação como efeito conclusivo da alienação. Senão, o risco é a alternância alienação, separação e retorno à alienação. É o que às vezes a análise produz ou, mais exatamente, certos analistas.

Contudo, se a alienação ao significativo que o tratamento analítico promove é indispensável, a questão se coloca sobre a alienação à pessoa do analista, o que não é a mesma coisa. De fato, Lacan faz valer um efeito benéfico da sessão curta no sentido de que ela “não comporta nenhum perigo de alienação do sujeito” (19). A razão se encontra no enunciado mais tardio do ensino de Lacan, a do analista como objeto.

De fato, quando Lacan afirmou que “a transferência é uma relação essencialmente ligada ao tempo e a seu manejo”, foi para indicar como o motor da operação analítica é o desejo do analista,

e portanto, a questão do tempo está ligada à questão do manejo do agalma. A sessão curta, técnica que vai contra a alienação da pessoa do analista, trabalha para fazer manter o agalma e fazer, portanto, emergir o objeto causa do desejo... do lado do analisante.

Nesse texto, capital sobre a questão do tempo, como o veremos adiante, Lacan retoma a problemática da escansão para melhor precisar o que ela visa: “essa pulsação da borda por onde deve surgir o ser que reside aquém” (20). Se ele volta à escansão, não é mais para dar à luz a fala plena, mas o ser “aquém”, isto é, aquém da fala, o que é uma maneira de formular na época que o analista acossa o gozo.

O tempo para deixar marca

Parece-me indispensável articular a concepção do tempo que Lacan produz nesse texto e a fórmula “o tempo necessário para deixar marca do que falhou em se demonstrar de início”, já citada. Segundo os termos de “Posição do inconsciente”, o que não deve falhar em se demonstrar de início é a causa introduzida no sujeito “sem a qual não haveria sujeito algum no real” (21). É o que Lacan coloca como a primordial pulsação temporal “que é o fading constituinte de sua identificação” (22).

Ou seja, é devido à falha da identificação constitutiva do ser que vai ser necessário tempo na análise para que o sujeito inscreva seu ser.

A elaboração de Lacan que permite apreender uma teoria lógica do tempo é decisiva nesse texto. Isto tornou-se patente pela “causação do sujeito” segundo a operação de alienação e separação que exige dois tempos, portanto, mas sobretudo pelo interesse que ele põe no batimento do inconsciente a fim de cercar não tanto sua abertura mas o modo de seu fechamento.

É este que constitui a chave do “núcleo de um tempo reversivo, bem necessário para introduzir em toda eficácia do discurso” (23). O valor essencial desta abordagem reside na nova perspectiva que Lacan abre a partir do *nachträglich* (só-depois) freudiano que “mostra uma estrutura temporal de uma ordem mais elevada”. O que isso quer dizer? É que se trata menos de um efeito de sentido produzido no só-depois que de apreender aí a maneira como “o trauma se implica no sintoma”. De novo, a finalidade da psicanálise é lembrada: não se trata de produzir sentido, mas de voltar ao trauma, uma outra maneira de dizer “o que falhou em se demonstrar de início”.

Retomo minhas considerações para melhor indicar o que está em jogo. Proponho a hipótese de que a concepção do analista sobre a duração da sessão - longa padronizada, variável ou curta - depende da idéia implícita que ele se faz do inconsciente.

Enquanto o padrão amortece os efeitos do inconsciente até fazê-lo desaparecer do horizonte analítico, o tempo variável supõe “o inconsciente estruturado como uma linguagem”. Não se poderia dizer, no que concerne à sessão curta, que ela encontra sua razão em uma concepção do inconsciente como real? Três opções diferentes poderiam assim se destacar. O padrão, relativizando o inconsciente, faz do *setting* a alavanca da análise. A sessão de duração variável encontra seu motor na escuta analítica a ponto de, às vezes, sacralizá-la. É o que Lacan havia denunciado em relação àqueles que faziam prevalecer “um bom ouvido”. A sessão curta encontraria seu ponto de ancoragem em uma visada da análise que a subordina à redução do inconsciente até produzir a letra.

A pressa e a letra

Existe uma problemática particularmente posta em evidência a partir do seminário “Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise”, no qual, de um lado Lacan afirma que o desejo é limitado, sua relação fixada, e, de outro, ele sublinha o aspecto evanescente da apreensão do inconsciente. De fato, o que permite, segundo seus termos, que o “desejo, este, encontre seu contorno” (24)? É o que justifica a retomada por Lacan de um outro modo de tempo que não o da duração, o tempo lógico. A formulação é precisa: “o inconsciente é o evasivo - mas conseguimos cercá-lo em uma estrutura, uma estrutura temporal, da qual se pode dizer que nunca, até aqui, ela tinha sido articulada como tal”. Na falta de uma certeza conclusiva pelo significante, resta à análise a possibilidade de cercar o desejo inconsciente. Parece-me que o que se prepara é uma concepção do tempo na análise menos ligada à intersubjetividade do que à incidência do objeto (a). É o que se torna explícito com a função da pressa, “já é esse pequeno a que a tetiza” (25).

A pressa cujo suporte é o objeto (a) está articulada ao momento de concluir. A partir daí, é preciso distingui-la da precipitação, sendo ela uma conclusão que não segue o tempo de compreender. A precipitação é da natureza do *acting-out* ou da passagem ao ato, a pressa está articulada ao ato. Observemos,

contudo, uma deriva possível da pressa em uma perspectiva imaginária que Lacan assinala como “o efeito de logro do qual ela pode se fazer cúmplice”(26). É, com efeito, apenas uma forma precisa da pressa que se deve reter: “ela (a função da pressa) só é correta ao produzir este tempo: o momento de concluir” (27).

Esse modo de enodar tempo e ato, hâ(c)te¹⁰⁴, poderíamos dizer, deve ser concebido em uma dupla dimensão, o ato do analista introduzindo a função da pressa para produzir a certeza conclusiva, mas também o analisante produzindo sua conclusão de saída na pressa.

Recapitulemos: o tempo das deduções e o da conclusão pelo analisante não se confundem com o tempo necessário para que a associação livre possa se desenvolver. O tempo para compreender não coincide com um tempo cronológico. E o momento de concluir não se sustenta unicamente por um ganho de saber, ainda é preciso que mude a relação do sujeito com a fantasia e que isto se traduza com efeito sobre a pulsão. Daí ser possível afirmar que não é o saber sobre o inconsciente a alavanca que permite concluir, mas, pelo contrário, a conclusão depende da relação do sujeito com o não-sabido do inconsciente. Há um dizer como resto dos ditos do analisante que guia a conclusão. Esta é a razão pela qual um tempo a mais é requerido que não aquele que é necessário para que os ditos do analisante entreguem as significações inconscientes. Lacan formula este tempo a mais de outra forma, em relação ao sujeito suposto saber. Pois é preciso tempo para sua queda, mas isto ainda não basta. Há um além, o tempo de um luto, luto do objeto (a), como Lacan o formula, e que assegura a função de causa do desejo depois da queda da suposição de saber. A análise introduz o sujeito no tempo da urgência, que não está ligado ao imaginário do tempo do outro, o que é próprio do homem apressado. Tampouco a análise implica a orientação do tempo pelo encontro marcado que fixa a fantasia, mas introduz outra forma de relação com o tempo. Trata-se de um tempo subordinado à letra do inconsciente que assume o comando e orienta as coordenadas do desejo em função do ser de gozo. A letra é, assim, a inscrição do que falta para se demonstrar de início na estrutura.

Mas observemos que essa mudança de perspectiva em relação ao sofisma dos três prisioneiros, introduzindo uma temporalidade ligada ao objeto, já está presente no seminário *A angústia*. De

104 h(a)cte : [NT: neologismo formado a partir de hâte (pressa) e acte (ato) e homofônico a este último]

fato, se o desejo do Outro está na origem do afeto de angústia, é na medida em que ele pega o sujeito como objeto causa desse desejo, o que Lacan designa como uma “relação temporal de antecedência”. O interesse desta formulação reside na equivalência que Lacan estabelece entre a temporalidade engendrada pela angústia e a temporalidade da análise, o que é patente pelo que se segue: “Essa dimensão temporal é a angústia, essa dimensão temporal é a da análise” (28).

De fato, a análise introduz a dimensão do tempo e de início sob a forma da angústia. Existe aí o índice da manifestação do objeto (a). A questão crucial é que Lacan faz depender a eficácia da análise da introdução do sujeito na temporalidade. Este mergulho no tempo é freqüentemente solidário ao mergulho na angústia. É um fato clínico digno de nota que, uma vez que a análise começa, o sujeito experimenta com freqüência o afeto de angústia e de uma maneira desconhecida por ele. É o que justifica a expressão de Lacan: “o tempo da angústia não está ausente da constituição do desejo” (29).

O tempo da angústia não é, porém, um tempo que se mede, não é a angústia que dura, é um tempo lógico. Ele é lógico na estruturação do desejo do sujeito. Ele é também lógico na análise, no sentido de que ele é logicamente anterior ao desejo.

Para concluir, a análise introduz o sujeito em outra relação com o tempo que não será mais condicionada pela fixidez traumática sustentada pela fantasia, mas pela pressa que não é da natureza de um pensar o tempo, mas de uma exigência lógica.

Tradução : Sílvia Sobreira

1 - FREUD, S. Formulations sur les deux principes du cours des événements psychiques. In : _____. *Résultats, idées, problèmes*. Paris : PUF, 1984. p. 142.

2 - FREUD, S. Au-delà du principe du plaisir. In : _____. *Essais de psychanalyse*. Paris : Petite Bibliothèque Payot, 1981. p. 70.

3 - FREUD, S. La décomposition de la personnalité psychique. In : _____. *Nouvelles conférences d'introduction à la psychanalyse*. Paris : Gallimard, 1984. p. 102-103.

4 - FREUD, S. L'inconscient. In _____. *Métapsychologie*. Paris : Gallimard, 1968. p. 96-97.

- 5 - FREUD, S. La décomposition de la vie psychique, op. cit.
- 6 - Id., ibid.
- 7 - FREUD, S. Note sur le « Bloc-notes magique ». In : _____. *Résultats, idées et problèmes II*, op. cit., p. 124.
- 8 - FREUD, S. Au-delà du principe de plaisir, op. cit., p. 75.
- 9 - FREUD, S. L'homme aux rats. In : _____. *Cinq psychanalyses*. Paris : PUF. p. 250.
- 10 - LACAN, J. Fonction et champ de la parole et du langage. In : _____. *Ecrits*. Paris : Seuil, 1966. p. 256.
- 11 - LACAN, J. La direction de la cure et les principes de son pouvoir. In : _____. *Ecrits*, Op. Cit., p. 640.
- 12 - LACAN, J. Fonction et champ de la parole et du langage, op. cit., p. 256.
- 13 - Id., ibid., p. 261.
- 14 - LACAN, J. Radiophonie. In : _____. *Autres Ecrits*. Paris: Seuil, 2001. p. 428.
- 15 - LACAN, J. Fonction et champ de la parole et du langage, op. cit., p. 312.
- 16 - Id, ibid., p. 315.
- 17 - Id., loc. cit.
- 18 - Id., loc. cit.
- 19 - Id., ibid., p. 316.
- 20 - LACAN, J. Position de l'inconscient. In: _____. *Ecrits*, op. cit., p. 844.
- 21 - Id., ibid., p. 835.
- 22 - Id., loc. cit.
- 23 - Id., ibid., p. 838.
- 24 - LACAN, J. Les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse. In : _____. *Le Séminaire : Livre XI*. Paris : Seuil, 1973. p. 32-33.
- 25 - LACAN, J. Encore : *Le Séminaire, Livre XX*. Paris : Seuil, 1975. p. 47.
- 26 - LACAN, J. Radiophonie. op. cit., p. 433.
- 27 - Id., loc. cit.
- 28 - LACAN, J. L'angoisse : *Le Séminaire, Livre X*. Paris : Seuil, 2004. p. 180.
- 29 - Id., ibid., p. 204.

O TEMPO QUE FALTA¹⁰⁵

Colette Soler

Freud anunciou: o inconsciente não conhece o tempo. Não obstante, é evidente que em psicanálise se «precisa de tempo»¹⁰⁶. Este contraste deveria convidar-nos a retomar o estudo do conceito de inconsciente, como Lacan o fez até o fim e, em particular, no fim. Entretanto, a elaboração do inconsciente sob transferência em uma análise não poderia ser dissociada do tempo. Começo a partir daí.

O tempo necessário parece geralmente muito longo, demasiadamente longo. Impaciência natural? Estranha também, pois ela existiu desde o início, quando a duração das análises ainda não era contada em anos. Qual não terá sido o desassossego mais profundo no momento em que Freud decidia anunciar aos seus primeiros pacientes que a análise lhes exigiria muitos meses de sacrifício! A questão não é de hoje: por que é preciso tanto tempo? Muito mais do que se gostaria, isto é certo. Muito mais do que o necessário para contar sua pequena história, ou mesmo para decifrar o sintoma, em geral, mais, ainda. Por que esse tempo a mais?

Para que o processo de análise venha a constituir uma seqüência finita, vários modos de temporalidade são requisitados. Há o tempo próprio da associação livre, dos pensamentos colocados em série; em seguida, há o «tempo lógico», que é diferente, pois é o tempo necessário para produzir uma conclusão a partir do que não é sabido. E há também a questão de saber se o tempo lógico esgota o tempo real da seqüência analítica, já que existe ainda o tempo das inércias de transferência, não totalmente regido pela lógica.

O tempo da associação livre

A temporalidade própria da associação livre é mais a de uma série que a de uma seqüência, na medida em que, por definição, a palavra analisante se apresenta como um rosário de enuncia-

105 Nova versão de um texto redigido em seguida a uma conferência pronunciada na EOL. Buenos Aires, setembro de 1993.

106 LACAN, Jacques. Radiofonia. In: _____. *Outras Escritas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p.425.

dos que põe os ditos em série. Série virtualmente tão infinita quanto a dos números inteiros, embora dure apenas um determinado tempo; é sempre possível emitir mais um enunciado. A fórmula inversa também é aceitável: há sempre um enunciado que falta. O analisando tem freqüentemente o sentimento de que diz sempre a mesma coisa, mas sua repetição não contraria a estrutura de série cujo fim é inacessível. De acordo com algumas indicações de Lacan, podemos escrevê-la simbolizando seus enunciados por meio dos uns: (1,1,1 ... (- 1)) ou reduzindo a série dos enunciados a um único elemento: (1 ... (- 1)). O problema da conclusão da análise é precisamente saber se e como passamos da série associativa potencialmente interminável para uma seqüência finita, distinta, portanto, de uma série simplesmente interrompida. Em outras palavras, de uma estrutura de sucessão que não inclui o termo conclusivo para uma estrutura de sucessão que produz o termo que a conclui.

A associação livre como série tem a mesma estrutura da série dos números inteiros, sem considerar, é claro, que esta última é absolutamente determinada pela lei do sucessor. Nenhuma lei preside a produção dos enunciados que o analisando põe em associação, é o que geralmente acontece, mas, apesar do nome, sabemos que a série associativa não é livre. O artifício que convide o analisando a dizer tudo, e também a dizer qualquer pensamento que lhe ocorra, desvela, para quem se põe à prova, uma constrição associativa que o faz experimentar a impossibilidade de dizer qualquer coisa. O discurso pulverulento só é acessível ao sujeito fora-do-discurso, único a entrar como mestre «na cidade do discurso»¹⁰⁷, ao passo que o neurótico se instala como escravo, submetido à cadeia cuja causa é justamente aquilo que ele interroga.

Infinita e parcialmente determinada, a série não é qualquer uma: ela promove a significação do sujeito suposto saber. Isto quer dizer que ela tem um ponto de entrada bem delimitado e que podemos identificá-lo com o ao-menos-um, escrito acima, ao término da série. Este é o próprio sujeito, referente inacessível ao significante, que, se puder representá-lo, será equivalente ao conjunto vazio. É ele que se afirma na entrada da série associativa sob a forma clínica muito simples, que Lacan designou primeiramente como questão do sujeito, e que reconhecemos cada vez que evoca-

107 LACAN, Jacques. O ato psicanalítico: Resumo do seminário de 1967-1968. In: _____. *Outras Escritos*, op. cit., p. 375.

mos a necessária histerização da entrada. A questão que interroga o sintoma com «o que isso quer dizer?» ou «o que há?» situa o ao-menos-um, desde a partida, como o zero antes do um. Ela convoca o conjunto de enunciados que serão produzidos em posição de saber resolver o enigma e condiciona a sucessão da série associativa, mediante a qual se distingue de todos os testes, também chamados de associação livre. Com efeito, a série obedece, como tal, ao tempo amorfo da pura reiteração de uma diferença homogênea, enquanto a seqüência anima um tempo não homogêneo, estendido entre antecipação e retroação. Por isso, acionar a significação do sujeito suposto saber na entrada de uma psicanálise tem o efeito de captar o sujeito analisando na temporalidade seqüencial dos pontos de basta, a qual, inicialmente, lhe dissimula o *automaton* da recorrência do ao-menos-um.

De fato, a série de enunciados do analisando é uma série de seqüências. Podemos escrever cada um desses enunciados como um, mas, como observou Lacan, há diversos tipos de uns. O um do significante puro, asemântico, que não copula com nenhum outro, distingue-se da unidade sintática em que consiste a frase. Esta é uma cadeia, que pode ser simbolizada de forma reduzida por dois significantes ($S1 \rightarrow S2$) e que produz outra unidade, a unidade semântica de significação. Assim, o sujeito que profere «eu não me sinto filho de meu pai» – exemplo que acabou de me ocorrer – produz a estrutura mínima de seqüência que é o ponto de basta onde o eu tenta se determinar numa estagnação significativa: $S1 \rightarrow S2$. A unidade semântica assim produzida pode ser simbolizada por um «um» que, por sua vez, pode ser combinado:

$$\begin{aligned} (S1 \rightarrow S2) \\ (1 \rightarrow S2') \\ (1 \rightarrow S2'') \\ (1 \rightarrow \dots (-1)) \end{aligned}$$

Desde então a transferência como endereçamento ao suposto saber é «uma relação essencialmente ligada ao tempo»¹⁰⁸ e a experiência analisante, ordenada pela retroação das seqüências significantes, movimenta-se entre uma espera e uma retrospecção de transferência. O modo gramatical do futuro anterior¹⁰⁹ é o que melhor o exprime; em virtude do qual, no fim, ele ou ela terá sido aquele ou

108 LACAN, Jacques. Posição do inconsciente. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. p.858.

109 Em português corresponde ao futuro composto do modo indicativo.

aquela que... Esse tempo engendra afetos específicos que conferem aos dinamismos o aspecto erótico de retornos da libido, a paixão do significante manifestando-se como paixão do tempo. A busca analisante se faz esperança, às vezes exaltada, mas também receio, idéia fixa ou mesmo renúncia antecipada. As nuances, que especificam cada caso, têm sua importância na entrada em análise. É diferente entrar pela confiança em ganhar ou pelo receio da descoberta, pois são índices da posição do sujeito em relação ao saber inconsciente que o constitui. Tampouco faltam os afetos de retrospectiva: nostalgia, sem dúvida, porém mais ou menos colorida de arrependimento, ou mesmo de remorso. A elaboração de transferência oscila necessariamente entre o entusiasmo da expectativa e o sentimento de uma impotência recorrente para encontrar a última palavra. É certo que aí se acrescentam os «eureka» da descoberta, quando se abre uma nesga de verdade.

Não obstante, o tempo da retroação significativa não é característico do analisando. É da ordem do universal para o «ser falante» advir em um presente desde logo passado, pois as promessas do futuro só dependem dos veredictos daquilo que passou, ao preço da esquivia do presente. O resultado é que, para cada um, mesmo para as «vidas minúsculas», a vida se julga do ponto de vista da morte, ponto de vista supremo. Ao subtrair todas as promessas, ele faz prevalecer o futuro anterior de um julgamento final que se abstém do deus da revelação. Ora, a psicanálise não visa ao universal no sujeito, mas, antes, à particularidade do posicionamento de cada um na estrutura. Portanto, o que importa não é a fenomenologia universal, justamente ao contrário, é sua singularidade. É ela que, mediante o «manejo do tempo»¹¹⁰, permite levar a transferência a trabalhar para produzir a resposta esperada. Variam os modos de resposta, mas eles se distribuem segundo os tipos clínicos, pois o sintoma, em sua consistência, coloca o sujeito no presente, até mesmo no presente contínuo de «o que não cessa» de sofrer, apesar do consentimento e do desprazer, e podemos constatar que cada tipo clínico acentua uma modalidade temporal específica, que representa um desvio da estrutura universal do tempo da cadeia.

O tempo sintomático

Há o modo obsessivo do tempo seqüencial. Ao deixar de lado o *automaton* das compulsões, o sujeito se determina na anteci-

110 Id., loc. Cit.

pação sempre atualizada do ponto de retroação último. Neste sentido, seu relógio adianta, ao contrário do que se acredita, em decorrência de sua freqüente procrastinação. É um erro baseado na confusão entre o sujeito e a pessoa. Embora o relógio do sujeito esteja adiantado, não é isto que decide seu comportamento: conforme o caso ou o momento, ora são os atrasos da deliberação, ora o adiantamento da precipitação do ato. Nem um nem o outro impedirão que o sujeito, sempre previamente prometido ao «olhar da morte»¹¹¹, apreenda-se em um tempo concluído, que esvazia ainda mais um presente universalmente evanescente. Pela operação da antecipação que consome as núpcias, digamos platônicas, do sujeito e da morte, a agudeza do encontro é conjurada. Vejam o “Homem dos ratos”, de Freud. Embora firmemente ereto sob o olho eterno, mantém-se na realidade entre duas mulheres: a filha do albergue, a servente para a necessidade sexual, e a dama pobre da escolha impossível, com quem tece devaneios e fantasmas. Mas o inconsciente já suscitou a terceira, a suposta filha de Freud que, com «seus olhos de betume»¹¹², paralisa-o sob o olhar da morte.

O histérico, ao contrário, inscreve-se em um «ainda não» que vive de esperança. Aqui, o sujeito não está na hora da morte, ele espera a hora da verdade. Esta, porém, «se recusa mais freqüentemente do que na sua vez»¹¹³e, sem satisfazer-se com o que ela diz em breves encontros, o sujeito espera... mais, ainda. Quer se esquive como objeto do gozo do Outro, quer recuse, em nome do real, o saber que invocava em seus votos, o sujeito dedica-se a um «fazer desejar» que faz dele o artesão de um suspense prolongado. Não que já esteja morto, caso do obsessivo, que a antecipação da hora derradeira não deixa esperar mais nada, ao contrário, ele espera nascer, deplorando não ser, não ser sem o Outro. Apenas um vazio, que implora. E que implora sempre, pois, na hora da verdade, se é a verdade do Outro, o sujeito se eclipsa, para remediar à sua destituição. Conforme Sócrates e sua dialética interrompida, é fato. Não é a nostalgia que prevalece aqui, mas o sonho dos amanhãs, dos alhures e do ainda não. Aspectos inteiros da existência do sujeito são por vezes relegados, não na amnésia que é diferente, mas no não-acontecido

111 LACAN, Jacques. O ato psicanalítico. In: _____. *Outros Escritos*, op. cit., p.376.

112 LACAN, Jacques. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: _____. *Escritos*, op. cit., p. 304.

113 LACAN, Jacques. *Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. p.71.

- sem contar o traumatismo, certamente. É compreensível que, para esse sujeito, a entrada em análise e o espaço de espera que ela abre caiam-lhe como uma luva. O que cobre de luto o sujeito é sobretudo o fim da análise e o que este implica de redução a um veredicto definitivo, qualquer que seja.

O fóbico se diferencia por jamais perder o rumo: nenhum relógio lhe basta, ele tem também a sua bússola, que não engana nunca, porque apenas o significante da fobia o separa da angústia. O ponto fixo de um presente demasiadamente presente do encontro com a angústia, com o «abismo temporal» que abole, em um instante quase eterno, tanto o horizonte do futuro quanto os planos do passado, serve de ponto de amarração para suas ações de fuga e comanda a geometria de seus deslocamentos – daí as metáforas espaciais que sugere. Seu relógio está sempre na hora H do real. No entanto, ele também tolera condutas de tipos contrastados: imobilidade e tempo estagnado da espreita, que pode levar à confusão com a petrificação obsessiva, ou, ao contrário, o tempo projetado da fuga para outro lugar, «avante!», como é dito, que leva à confusão com a espera histórica.

A psicose desfaz a temporalidade seqüencial em decorrência do significante no real fora da cadeia. Que ela ataque os parâmetros temporais da realidade é aliás perceptível na eflorescência dos fenômenos (Biswanger e a corrente da psiquiatria fenomenológica deram muita importância a isto). Ao desfazer aquilo que prende o significante e a significação, desfaz também, conseqüentemente, a temporalidade retroativa da cadeia: alucinação verbal, fragmentação pulverulenta da esquizofrenia, infinito assintótico da realização paranóica, série de instantes justapostos na desordem a-histórica da mania, presente eternizado da melancolia, etc.

Pode-se conceber a variedade sintomática da temporalidade universal do sujeito, na medida em que o sintoma inscreve o que podemos chamar de a relação do sujeito com o real. O primeiro encontro com a realidade sexual – traumatismo, disse Freud – é inscrito pelo sintoma. Ao fazê-lo, ele o dissimula e o afasta: *proton pseudos* segundo Freud, *falsus*¹¹⁴ segundo Lacan. É compreensível que, enquanto edifício significante, o «envelope formal»¹¹⁵ do sintoma inclua a diacronia da cadeia, imobilizando-a e superpondo-a na metáfora primeira do gozo. Desde então,

114 LACAN, Jacques. Radiofonia. In: _____. *Outros Escritos*, op. cit., p. 427.

115 LACAN, Jacques. De nossos antecedentes. In: _____. *Escritos*, op. cit., p.70.

não nos surpreende que ele entregue seu segredo na temporalidade de antecipação-retroação da cadeia que se decifra aí, e que esta temporalidade traga a marca da defesa subjetiva diante do real. Ela é tudo que está em jogo numa análise.

No entanto, foi preciso constatar que, apesar das primeiras esperanças de Freud, a elucidação do sintoma nem sempre se confundia com sua reabsorção e que esta última nunca equivalia ao desaparecimento do sintoma como um todo. Por vezes, um sintoma decifrado se mantém, como no caso do “Homem dos lobos”, por vezes um sintoma curado deixa outro em seu lugar, como no caso do “Homem dos ratos” e em muitos outros, particularmente naquele para o qual Freud introduziu a expressão *proton pseudos* em seu «Projeto para uma psicologia científica». De fato, quando a jovem atormentada pela «idéia fixa» de entrar nas lojas, com tudo o que esse termo conota de atração fascinada e de medo, tiver decifrado com Freud a cadeia que permite substituir o significante «loja» pelo significante «homem» e traduzido sua fobia em termos de idéia fixa da relação sexuada com o homem, ela não poderá mais recuar diante do verdadeiro problema. Acontece o mesmo com o “Homem dos ratos”: sua obsessão desaparece de maneira espetacular sob o efeito da decifração, mas ele permanece parceiro da morte que o espera no lugar da mulher.

Por isso, é preciso mais tempo para tratar da relação do sujeito com a causa sexual do que para decifrar o sintoma, no sentido restrito do termo. Este fato nos introduz na questão do tempo lógico em sua definição rigorosa. O tempo retroativo da cadeia pode, sem dúvida, ser chamado de o «tempo lógico», na medida em que a lógica do significante comanda seu movimento reversivo. No entanto, vamos reservar a expressão «tempo lógico» para o tempo que se necessita para concluir, apesar da incompletude do Outro, lá onde o inconsciente não sabe. Este tempo é requerido para pôr termo na série associativa infinita e para produzir o efeito retroativo que lhe permita ordenar-se em seqüência finita.

O tempo lógico

Ter êxito em concluir, a despeito da falta de saber, foi este o problema colocado para cada um dos prisioneiros no sofisma do texto que Lacan dedica ao tempo lógico em 1945. Cada um deve deduzir sua própria cor, que não sabe qual, embora os outros

dois a saibam. Lacan os designa com as letras A, B e C, sendo que A é cada um deles enquanto calcula a sua cor. Ele é capaz de calculá-la inferindo, a partir dos movimentos dos outros dois, o que eles sabem sobre a sua própria cor. Sem dúvida, não é exagero ver no saber de B e C uma espécie de antecipação da função do Outro, lugar do saber. Não obstante, além de reconhecer a incompletude deste Outro, lugar barrado onde há falta de saber, S(A), Lacan nunca deixou de se referir ao seu tempo lógico. Ele o redefiniu em “Radiofonia” como o tempo necessário para «se dizer»¹¹⁶, o qual não é simplesmente o tempo que é preciso para se associar aos significantes de sua cadeia. Reviu novamente no seminário *Mais, ainda*, para redefini-lo como um cálculo sobre o objeto *a*. Ao modificar sua formulação anterior, em que cada um dos sujeitos, enquanto calculador, era nomeado A, ele acentua o saber que falta, designando-os doravante como “*a*”, já que cada um dos três intervém como objeto sob o olhar dos outros dois, na medida em que ele é «aquele que está em jogo nos pensamentos deles»¹¹⁷. Com efeito, toda a questão é saber como concluir onde há falta de saber, não somente para o sujeito, mas também... para o Outro. É preciso um cálculo dedutivo e, por isso, já faz anos que o evoquei, é preciso «um analisando lógico», que extraia as conseqüências de seus ditos: daquilo que se diz aí, e do fato de que sejam ditos.

Podemos localizar a diferença entre o tempo exclusivamente da associação livre e o tempo propriamente lógico na escritura do discurso analítico, pois a estática de sua estrutura não exclui que situemos nele a temporalidade da experiência. A cadeia do sujeito se coloca no andar inferior, entre a produção dos significantes mestres e o saber que inscreve a significação de verdade; ali podemos localizar o tempo das seqüências associadas. O tempo lógico, que deve concluir sobre a causa impossível de dizer, seria colocado entre os dois andares do discurso, na parte esquerda que escreve o hiato entre o saber e o ser de gozo:

$$\begin{array}{ccc} \underline{a} & \rightarrow & \underline{\$} \\ S2 & & S1 \end{array}$$

O ponto de basta do tempo lógico, que conclui a série sem fim dos ditos, só será conclusão se ultrapassar o impossível de

116 LACAN, Jacques. Radiofonia. In: _____. *Outros Escritos*, op. cit., p. 425.

117 LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 20: Mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.p. 67.

saber – recalque originário, dizia Freud – por meio de um saber sobre o impossível. Isto nada tem a ver com um horizonte místico. Contrariamente ao que afirma Wittgenstein, «o inexprimível» não é o elemento místico¹¹⁸. Ele não se mostra, ele se deduz, e o sujeito tem uma idéia dele a partir de sua divisão. Este é o elemento didático da análise: a lógica toma o lugar do saber faltoso para produzir, no fim, o sujeito seguro de saber¹¹⁹ as diversas formas do impossível inscritas na estrutura. A conclusão do passe, que condiciona a travessia do que Lacan designou como momento de passe, comporta a verificação de uma impossibilidade cuja afirmação faz ponto de basta para o conjunto da série associativa. Ao impelir o saber para os limites de sua elaboração, descobre-se que ele não sabe tudo sobre o ser. Desvalorização. A castração é confirmada pela ausência de meios, e a repetição da demanda se dissolve pela percepção de sua vaidade. Assim, o sujeito verifica que, ao dizer-se mais, afirma também o que não se poderia dizer, e que o tempo para se dizer se duplica a cada passo com o tempo para que se instrua do impossível de dizer, até que este último, por ter alcançado seus fins - o sujeito instruído -, coloque um termo ao primeiro. Então, há benefício epistêmico.

Contudo, é preciso constatar que esse benefício não é senão possível e que nunca lhe é necessária a conclusão que o demonstraria dedutivamente: falta, em muitas análises, a conclusão de impossibilidade, e aquelas que a alcançam permanecem aquém da demonstração à qual a análise não se presta. Nem todas as conclusões são da mesma ordem. Quando se trata de um romance, o inesperado e a surpresa podem ter seu valor. Mas há também os desenlaces que só ocorrem em ato. No registro propriamente lógico, a conclusão parece valer por sua necessidade. No entanto, constatamos a evidência de que todas as conclusões de fim de análise não são conclusões de impossibilidade. Um sujeito pode-se precipitar para a saída por meio de um «basta!», que representa ou a falta de esperança de obter mais ou a satisfação com as aquisições relativas à verdade e com o bem-estar que já foi alcançado. A questão é avaliar, em cada caso, a conexão determinante entre a decisão de saída e a conclusão obtida no simbólico.

118 WITTEGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus logico-philosophicus*. Paris: Gallimard, 1961. p. 106.

119 LACAN, Jacques. O aturdido. In: _____. *Outros Escritos*, op. cit., p.489.

O tempo-a-mais

Surge a questão de saber que mola imprime ao tempo lógico o ritmo próprio a cada caso e, até mesmo, as suas limitações às vezes irreduzíveis. Por que será preciso tanto tempo para que o sujeito se instrua sobre uma estrutura que opera durante toda a experiência, e como lhe é possível recusar-se a isto?

Em primeiro lugar, é preciso assinalar que não há conclusão puramente lógica. A incompletude, até mesmo a indecidibilidade, ambas assinalam a presença, ali onde menos se esperaria, na própria lógica matemática, do limite da ordem dedutiva: por mais necessária que pareça, toda conclusão envolve sempre um elemento de decisão, motivo pelo qual ela jamais se imporá àquele que não consente de modo algum.

Perguntemos, primeiramente, a qual categoria, do imaginário, do simbólico ou do real, pertence o tempo lógico da conclusão. Lacan levanta a questão e a responde em uma passagem de *Radiofonia*. Ao evocar o «se dizer», ele acrescenta: “o que do tempo lhe faz estofo não é um empréstimo do imaginário, mas de um têxtil em que os nós não diriam nada senão sobre os furos que nele se encontram”¹²⁰. Vemos o que está em questão: se o tempo lógico não é simplesmente idêntico àquele dos nós da significação – imaginária – então, será simplesmente de essência simbólica? A evocação do buraco poderia sugerir-lo, mas a frase, mais sutil, desliza sobre a veia homofônica, da textualidade à textura: dois termos no lugar de um só, evidentemente, não para dizer a mesma coisa, mas para desposar a complexidade da própria coisa: a deiscência invisível que, de texto a têxtil, fratura uma gemelidade aparente. Esse têxtil, se não é simplesmente de essência simbólica, sustentar-se-ia no real?

Porém, Lacan convoca um outro termo: “Esse tempo lógico não tem outro Em-si senão o que cai dali para especular com o masoquismo”. Precisão sinuosa de uma frase que nega e ao mesmo tempo afirma o que nega – o em-si do tempo lógico; sutileza de uma negação acrescentada à expressão comum «não tem...senão»: «não tem [...] senão o que»; espantosa clivagem da frase entre uma afirmação que nega – “não tem” - e uma negação que afirma «não tem... senão». O termo masoquismo conota evidentemente o gozo e o objeto que é visado. Não é a primeira vez que Lacan evoca o em-si do objeto a, já o havia

¹²⁰ Ibid. p. 448.

feito no resumo do seminário *O Ato analítico*¹²¹. Ele o extrai de Kant, evocado algumas páginas antes de maneira crítica, e de sua «Coisa-em-Si», que, assim como a Dama inacessível, “se furtaria ao conhecimento”¹²². O objeto a não é o em-si do tempo lógico, pois ele não existiria sem a cadeia simbólica de onde cai; no entanto, é o único em-si, não por permanecer tão impossível de dizer quanto o númeno de Kant seria impossível de conhecer, mas porque existe mais substancialmente. Sua substância, a única evocável aqui, é o gozo que o texto evoca um pouco depois. Se Lacan diz que o objeto é em-si, em vez de dizê-lo real, como em outras circunstâncias, é precisamente para evocar o gozo que se acrescenta ao real de sua consistência lógica.

É do «se dizer» perpetuado que o gozo “que se produz do efeito de textura” resiste eventualmente à conclusão que colocaria um termo, enquanto o sujeito só aprende ao preço da renúncia. O tempo-a-mais é a face visível do mais-de-gozar. Com efeito, precisa tempo, diz Lacan : «no ente, precisa tempo para fazer-se o ser»¹²³. A expressão conota o ato de forçar um consentimento, a paciência para suportar, para se acostumar... ao inevitável – outro nome do impossível. Este ser, com o qual é preciso habituar-se, não vem do Outro. Ele não tem fiador nem no saber, nem no amor. ‘Fazer-se a’, ‘tornar-se’, é separar-se das colocações em atos transferenciais que, na repetição da demanda, conectam o sujeito com o Outro por ele mesmo convocado a título de complemento de sua falta-a-ser. Pode-se produzir a queda da demanda onde o parceiro se esvaece, quando a resposta impossível do simbólico aparece pontualmente como... a resposta, a resposta que reduz o sujeito ao ser sem Outro. Precisa ainda que ele se faça a, que venha a ser... com o tempo. Não é o tempo epistêmico. Depende menos do entendimento que de uma impensável decisão.

Não se pode comprimir o tempo da análise, pois o tempo necessário para empurrar o simbólico para a retaguarda, tempo lógico, é inseparável do tempo que é preciso para admitir e suportar o resultado. É um tempo imprevisível, cuja equação inclui o elemento incalculável de uma «insondável decisão do ser»¹²⁴, conforme a expressão que Lacan utilizou há muito tempo para a

121 LACAN, Jacques. O ato psicanalítico. In: _____. *Outros Escritos*, op. cit., p. 371-379.

122 LACAN, Jacques. Radiofonia. In: _____. *Outros Escritos*, op. cit., p.422.

123 Id., *Ibid.*, p 425.

124 LACAN, Jacques. Formulações sobre a causalidade psíquica. In: _____. *Escritos*, op. cit., p. 179.

psicose. A escolha de gozo está implicada nisto. Quanto à escolha do neurótico de gozar com a falta-a-ser, da qual, no entanto ele se queixa, podemos conceber que precise tempo para retificá-la. Se o fizer, será em ato: Wittgenstein tem razão quando nega até mesmo a possibilidade de «proposições éticas»¹²⁵. Com efeito, não há ética declarativa. Mas, aqui como alhures, «retificando a posição da ética»¹²⁶, prepara-se, não a ciência, mas a conclusão lógica sem a qual não haverá qualquer possibilidade de desejo do analista.

Tradução: Maria Vitória Bittencourt
Revisão: Vera Pollo

¹²⁵ WITTEGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus logico-philosophicus*, op. cit., p. 103.

¹²⁶ LACAN, Jacques. Kant com Sade. In: _____. *Escritos*, op. cit., p. 776.

NESTE LIVRO, COM FORMATO FECHADO DE 14x24cm,
FORAM USADAS TIPOGRAFIAS BODONI E FUTURA.
FOTOLITOS, IMPRESSÃO E ACABAMENTO NAS OFICINAS DA VENTURE GRÁFICA.
PAPEL DO MILO: ALTA ALVURA DE 75GR/M²
PAPEL DA CAPA: CARTÃO SUPREMO DE 250GR/M²
JULHO DE 2008 - SALVADOR/BA